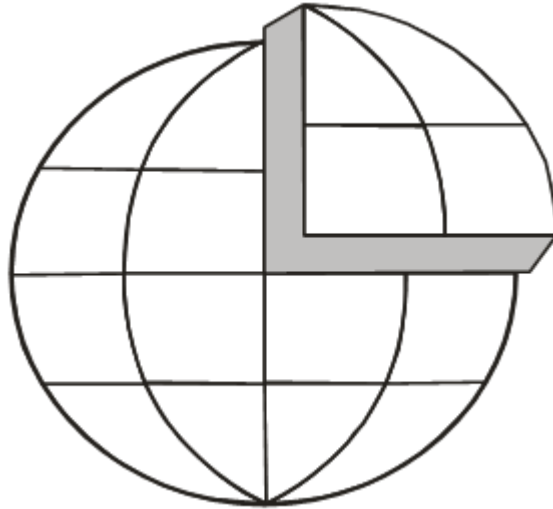


ISSN 1518-6059

GEONORDESTE

Revista de Pós-Graduação em Geografia



EDIÇÃO ESPECIAL



Ano XIX, N° 1

Apoio:



São Cristóvão – SE
Julho de 2008

**As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva
dos autores**

GEONORDESTE (Publicação do) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – Ano 1, nº. 1, 1984. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2008, nº. 1

Semestral

1984 – 2008, I – XIX

1. Geografia – Brasil – Nordeste – Periódicos. I- Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia.

CDU 91 (812/813) (05)

ISSN 1518-6059

GEONORDESTE é editada pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe. Avenida Marechal Rondon, S/N, Didática II, Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, CEP: 49.100-000, São Cristóvão (SE). Tel.: (79) 2105-6782. E-mail geonordeste@ufs.br ou geonordeste@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Reitor

Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor

Ângelo Roberto Antonioli

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Cláudio Andrade Macedo

Coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NP GEO

Vera Lúcia Alves França

Editor Responsável

Celso Donizete Locatel

Conselho Editorial

Ana Cláudia da Silva Andrade

Celso Donizete Locatel

Jailton de Jesus Costa

Solimar G. M. Bonjardim

Taiana P. de A. Gonzaga

Conselho Consultor

Alexandrina Luz Conceição - UFS

Aracy Losano Fontes - UFS

Artur Whitacker – UNESP

Bárbara Cristine Netwing-Silva - UCSAL

Cláudio Antonio Gonçalves Egler – UFRJ

Doralice Sátyro Maia – UFPB

Eduardo Rodrigues Viana de Lima – UFPB

Edvaldo César Moretti – UFMS

Edvânia Torres Aguiar Gomes - UFPE

Emília de Rodat Fernandes Moreira – UFPB

Fernando Antonio Santos Souza – UFC / EMBRAPA

Francisco de Assis Mendonça – UFPR

Francisco F. de Azevedo – UERN

Horacio Capel – Universidade de Barcelona

Ideni Terezinha Antonello – UFS

João Lima Sant'Anna Neto - UNESP

Jorge Ramón Montenegro Gómez – UFPR

José Borzacchiello da Silva – UFC

Jose Bueno Conti – USP
Joseli Maria Silva – UFPR
Lindemberg Menezes de Araújo - UFAL
Manoel Fernandes Souza Neto – UFC
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli – UEMS
Márcia da Silva – UNICENTRO – PR
Márcio Rogério Silveira – UNESP
Maria de Fátima Ferreira Rodrigues – UFPB
María Franco Garcia – UFPB
Maria Geralda Almeida – UFG
Mario Diniz de Araujo Neto – UNB
Messias Modesto dos Passos – UEM
Renato Leone Miranda Leda – UESB
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespagnol - UNESP
Solange Terezinha de Lima Guimarães - UNESP
Sueli Furlan – USP
Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva – UFBA
Vera Lúcia Salazar Pessoa – UFU

Capa

Celso Donizete Locatel

Diagramação e Editoração

Solimar G. M. Bonjardim

Tiragem

500 exemplares

Solicita-se permuta – Se solicita intercambio – We ask for exchange

APRESENTAÇÃO

A Revista GEONORDESTE é um periódico que começou a ser publicado em 1984, pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, um ano após sua fundação. A Revista foi criada com o intuito de tornar pública a produção intelectual do corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (na atualidade com cursos nos níveis de Mestrado e Doutorado).

Hoje a revista encontra-se reestruturada, com publicação semestral regular, e aberta a todos os interessados em publicar os resultados de suas pesquisas, na forma de artigos, assim como, textos de entrevistas, traduções de documentos e textos clássicos, resenhas e relatórios de trabalho de campo, de caráter inédito, cujas matérias tratem das teorias, objeto e metodologia da Geografia.

Na tentativa de reafirmar o compromisso com os colaboradores e leitores, no sentido de elevar a qualidade desse veículo de divulgação da produção científica da Geografia, além de comemorarmos os 25 anos de fundação do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia é que temos a satisfação de apresentar este Número Especial Comemorativo.

Inicialmente tínhamos como meta lançar apenas um número, referente ao ano de 2008, com trabalhos de convidados. No entanto, devido ao grande número de contribuições recebidas de pesquisadores de inserção nacional, de docentes e de pesquisadores formados pelo NPGEO, decidimos lançar dois números, do Ano XIX da Revista, com as contribuições recebidas. Esse grande volume de trabalho recebido reflete a credibilidade que o periódico vem conquistando nos últimos anos, após a somatória de esforços para elevar a qualidade e a periodicidade dessa publicação.

Para essa edição especial, tendo em vista a comemoração dos 25 anos de criação do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, lançamos um Edital, cujo objetivo era reunir artigos de pesquisadores de inserção nacional, enfocando quatro eixos, sendo três deles ligados as linhas de pesquisa do Programa, que são: “Dinâmica Ambiental; Análise Regional; Produção e Organização do Espaço Agrário”. Definiu-se como quarto eixo as “Transformações na Geografia Brasileira nos últimos 25 anos”, dando abertura para a apresentação

de trabalho com temas e abordagens que ganharam projeção na Geografia no último quarto de século.

Este número contém três artigos vinculados à abordagem da Geografia Cultural, quatro à Geografia Agrária e três à Análise Ambiental. Ainda, vale destacar que dos dez artigos, seis são de pesquisadores de outras instituições como UFBA, UFRN, UFPB, UERN, UNESP e UFG.

Diante da qualidade dos artigos aqui apresentados, acreditamos que os mesmos venham contribuir para o fortalecimento da Geografia, estimulando as reflexões sobre diversos temas desta área do saber.

Comissão Editorial

SUMÁRIO

Apresentação	07
Uma abordagem sócio-cultural: para o conceito de região na geografia e no planejamento.....	11
<i>One social and cultural approach for the concept of region in geography and in planning</i> SERPA, Ângelo	
Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geografia cultural	33
<i>Les Contributions théoriques et les voies épistémologiques de la géographie culturelle</i> ALMEIDA, Maria Geralda de	
A inútil oposição natureza x cultura na complexidade ambiental das tramas contemporâneas.....	55
<i>L'inutile opposition nature x culture et la complexité de l'environnement dans les rapports contemporains</i> VARGAS, Maria Augusta Mundim	
O agronegócio e a reconfiguração espacial das principais lavouras no Brasil – 1990 –2006.....	63
<i>Agribusiness and the space reconfiguration of the main farming in the Brazil – 1990 - 2006</i> HESPANHOL, Antônio Nivaldo	
Desenvolvimento local e capital social: uma abordagem teórica.....	87
<i>Desarrollo local y capital social: Una aportación teórica</i> AZEVEDO, Francisco Fransualdo de	
Política pública e organização agrária no cariri paraibano.....	107
<i>Public policy and agrarian organization in the cariri paraibano</i> TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes	
Bases teórico-conceituais da modernização da agricultura brasileira.....	129
<i>Theoretic-conceptual bases of Brazilian agriculture modernization</i> ARAÚJO, Hélio Mário de	

O quaternário costeiro no município de Barra dos Coqueiros: implicações para a gestão ambiental.....	143
<i>The coastal quaternary in the municipality of Barra dos Coqueiros: implications to the environmental management</i>	
FONTES, Aracy Losano; COSTA, Jailton de Jesus	
Das redes de pesca às tramas da sustentabilidade em comunidades haliêuticas.....	163
<i>From fishery nets to sustainability weave plots in halientical communities</i>	
MELO e SOUZA, Rosemeri	
Relações de poder, atores sociais e territorialização no nordeste brasileiro.....	179
<i>Power relations, social actors and territorialization in the Brazilian northeast</i>	
SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da	
Normas para Publicação.....	193

UMA ABORDAGEM SÓCIO-CULTURAL PARA O CONCEITO DE REGIÃO NA GEOGRAFIA E NO PLANEJAMENTO

Angelo Serpa¹

RESUMO

Discute-se, no artigo, uma abordagem sócio-cultural para o conceito de região, com ênfase sobre as implicações deste procedimento para a Geografia e o Planejamento. O texto busca analisar também a operacionalização do conceito no âmbito do Estado da Bahia, que vem implementando uma nova regionalização do território estadual, baseada na idéia de “territórios de identidade”, em substituição às antigas regiões econômicas no norteamento das políticas públicas no Estado. São abordadas as implicações teóricas na construção deste tipo de abordagem na chamada Geografia Regional, resgatando-se autores que trabalharam com uma abordagem cultural para o conceito de região (ou a criticaram), relacionando-o com o conceito de território e refletindo sobre sua operacionalização como base para a formulação de políticas de desenvolvimento e combate às desigualdades regionais no Estado da Bahia depois de 2007.

Palavras-Chave: Região; Território; Abordagem sócio-cultural; Regionalização; Estado da Bahia.

ONE SOCIAL AND CULTURAL APPROACH FOR THE CONCEPT OF REGION IN GEOGRAPHY AND IN PLANNING

ABSTRACT

The article argues one social and cultural approach for the concept of region, specially its implication for Geography and Planning. It also analyses the concept using by Bahia State government that is performing one new regional organization of its territory based in the “territories of identity” idea to replace the former economic regions in the orientation of state public policies. There are the discuss about the theorist implications of this kind of approach in the called

¹ Professor Associado Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia, pesquisador do CNPq. E-mail: angserpa@ufba.br



Regional Geography retaking the authors that use or that ones that criticize one cultural approach for the concept of region in a link with the concept of territory and its practice as a base to the policies of development and regional unequal situation combat in Bahia State from 2007.

Key-words: Region; Territory; Social and Cultural Approach; Regional Policy; Bahia State.

1 - INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discutir a possibilidade de uma abordagem sócio-cultural para o conceito de região, analisando as implicações de um tal enfoque para a produção do conhecimento geográfico, buscando refletir também sobre a operacionalização do conceito no âmbito do Estado da Bahia, que, a partir de 2007, vem implementando uma nova política de regionalização do território estadual, baseada na idéia de “territórios de identidade”, que substituem as antigas regiões econômicas no norteamento das políticas públicas no estado.

Em um primeiro momento discute-se as implicações teóricas na construção deste tipo de abordagem na prática da chamada Geografia Regional, recuperando autores que buscaram uma abordagem cultural para o conceito de região (ou a criticaram), para, em seguida, relacioná-lo com o conceito de território e refletir sobre a operacionalização e as implicações de tal abordagem como base para políticas de desenvolvimento e combate às desigualdades regionais no Estado da Bahia depois de 2007.

2 - A CONSTRUÇÃO DE UMA ABORDAGEM SÓCIO-CULTURAL PARA O CONCEITO DE REGIÃO

O pressuposto de partida para justificar uma abordagem sócio-cultural para o conceito de região na Geografia advém do fato da íntima interligação dos fatos econômicos com os sistemas de valor, tradições e organização social, em suma, com os fatos sociais e culturais, em qualquer recorte, inclusive no recorte regional. Esse entendimento não é novo e remonta à antiguidade clássica, visto que os gregos provavelmente pensaram nisso quando distinguiram a



Europa da Ásia e da África. Na Geografia moderna, ele ganhou força com a aplicação da cultura aos problemas geográficos². O geógrafo Jan Broek, a partir da constatação de que é difícil imaginar um traço cultural sem a sociedade que o possui, difunde ou recebe, vai afirmar que as geografias “cultural e social confundem-se forçosamente”, que não se pode analisar a sociedade sem seus atributos culturais (BROEK, 1967, p. 39).

Na década de 1940, o reconhecimento da importância dos “fatos culturais” introduz, para Richard Hartshorne, um elemento básico de confusão na análise geográfica, dominada até então por um contraste teórico entre os fatores humanos e os fatores naturais:

Se nos for simultaneamente exigido separar os elementos humanos e os não humanos, a combinação dessas duas exigências força a presumir que tais elementos se correspondem, isto é, que os fatores humanos devem ser estudados como efeitos de causas naturais. Se, porém, for reconhecido que os “fatores culturais” desempenham um papel causal nesta relação, cumpre situá-los como “causativos” ao lado das “causas naturais”, e a formulação feita não mais separará os fatores humanos dos fatores não humanos (HARTSHORNE, 1978, p. 55).

É preciso entender o contexto histórico dessas afirmações, em um momento em que a produção do conhecimento geográfico ainda estava muito atrelada a uma visão positivista, base de um determinismo geográfico injustificável para uma abordagem sócio-cultural do conceito de região numa perspectiva a um só tempo hermenêutica e dialética, como se pretende aqui. Estudar os fatores humanos como efeitos de causas naturais levou a imensos equívocos e à busca de evidências empíricas para teorias formuladas *a priori*,

² “A pesquisa deve necessariamente restringir-se às investigações passo a passo de tópicos especiais, ou de áreas de proporções bastante limitadas, mas (...) podemos (...) empregar uma divisão provisória da Terra em amplas regiões culturais. Vários autores, na Europa e Estados Unidos, propuseram os seus esquemas individuais. Todos são semelhantes. Em essência, distinguem as seguintes regiões: ocidental, ou oeste; islâmica, ou África do Norte-Sudeste asiático; indiana, ou indiana; leste-asiática, ou oriental; Sudeste da Ásia; Mesoafriicana ou negro-africana. O grupo ocidental pode ser dividido ainda no berço europeu, terrestre, e em suas alas de além-mar da América inglesa e latina. África do Sul, Austrália e Nova Zelândia, e sua ala oriental, a União Soviética” (BROEK, 1967, p. 78).



como na chamada Geografia Tradicional, cujo maiores expoentes foram Friedrich Ratzel³ e Vidal de La Blache. Em termos de método, a proposta de Vidal de La Blache não rompeu com as formulações de Ratzel, foi antes um prosseguimento destas. Vidal era, entretanto, mais relativista, negando a idéia de causalidade e determinação de Ratzel: “Na perspectiva vidaliana, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre” (MORAES, 1981, p. 68).

A região-personagem, fruto do pensamento vidaliano e considerada a representação espacial fundamental da síntese harmoniosa e das heranças históricas, tornou-se um poderoso conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações, como nos alertou Yves Lacoste em meados dos anos 1970, em obra hoje considerada um clássico da guinada dialética no âmbito da Geografia Política e Regional. Lacoste achava corretamente que a consagração pelos geógrafos da “região personalidade” forneceu a garantia, a própria base, de todos os geografismos que proliferavam (e de certo modo ainda hoje proliferam!) no discurso político. Exemplos de geografismos: a Lorena luta, a Córsega se revolta, a Bretanha reivindica, o Norte produz. Evidentemente esses geografismos designavam (am) os homens que viviam (em) nestas cidades ou regiões da França:

Mas esses malabarismos de estilo não são assim tão inocentes como podem parecer à primeira vista, pois eles permitem escamotear as diferenças e as contradições entre os diversos grupos sociais que se encontram nesses lugares ou sobre esses territórios. É a razão pela qual esses geografismos são tão utilizados nos discursos patrióticos,

³ “A geografia proposta por Ratzel privilegiou o elemento humano, (...) valorizando questões referentes à história e ao espaço, como: a formação dos territórios, a difusão dos homens no Globo, a distribuição dos povos e das raças na superfície terrestre, o isolamento e suas conseqüências, além de estudos monográficos das áreas habitadas. Tudo tendo em vista o objeto central que seria o estudo das influências, que as condições naturais exercem sobre a evolução das sociedades (...) Os discípulos de Ratzel radicalizaram suas colocações, constituindo o que se denomina (...) doutrina do determinismo geográfico” (MORAES, 1981, p. 57).



quer se trate do Estado-nação ou da região, que alguns consideram como mininações ou como nações em potencial (LACOSTE, 1993, p. 65).

Por outro lado, os seres humanos, individualmente ou em grupos, parecem tender a perceber o mundo com o “self” como o centro. O egocentrismo e o etnocentrismo parecem ser traços humanos universais, embora suas intensidades variem grandemente entre os indivíduos e os grupos sociais. Yi-fu Tuan, geógrafo humanista sino-americano, vai afirmar, também nos anos 1970, que a ilusão de superioridade e centralidade provavelmente seria necessária para a manutenção da cultura:

O fato é que esta perspectiva etnocêntrica prevalece entre a maioria, ou todos os povos, enquanto ficam isolados e não têm que enfrentar a existência de outros povos mais numerosos ou superiores a eles. Graças ao conhecimento atual, estamos certos em denominar o etnocentrismo uma ilusão, mas no passado, a experiência muitas vezes apoiou esta crença (TUAN, 1980, p. 36).

Tuan constata uma visão eurocêntrica óbvia na idéia de “Europa” - já que embora útil na época das grandes navegações marítimas, tendo em vista que Europa e Ásia eram continentes separados pela grande península da África, que os marinheiros tinham que circunavegar - “Europa” acabou por adquirir também um significado político e cultural:

“Europa” servia a uma área que fora unificada por raízes comuns na história, raça, religião e língua. (...) Ásia é simplesmente aquilo que não é Europa. Ela foi definida negativamente e sob a perspectiva européia: deste modo temos o Oriente Próximo, o Oriente Médio e o Extremo Oriente. A Ásia nunca foi uma entidade. Os seus povos diferem grandemente em tipo racial, língua, religião e cultura. Os árabes, os indianos, os chineses e os balineses não sabiam que eram todos asiáticos, até que os europeus lhes disseram. A Ásia era a sombra subjacente da consciência da Europa (TUAN, 1980, p. 48-49).



No período contemporâneo, o surgimento de movimentos nacionalistas, disseminados pelo Globo, evidencia um processo de fragmentação territorial. O Estado moderno é muito grande, sua área muito heterogênea para infundir o tipo de afeição que surge da experiência e do conhecimento íntimo com o território. Assim, a formação de blocos e a integração econômica mundial são contrabalançadas por forças contrárias, de origem, sobretudo política, social e cultural, e de caráter predominantemente local, que podem ser identificadas preliminarmente, nas formas seguintes:

- a) Criação de novos estados: em 1993, o número de estados independentes já alcançava 189, incluindo mini-estados, que seriam considerados inviáveis anteriormente, como as ilhas de Caribe e do Pacífico, tendo algumas características de “Paraísos Fiscais”;
- b) Novos desmembramentos de estados: após a desagregação da União Soviética e da Iugoslávia, a Tchecoslováquia separa-se em duas repúblicas; a Eritreia separa-se da Etiópia após longa guerra;
- c) Novas tentativas separatistas: na Rússia, na Geórgia, na Etiópia e no Sri Lanka. Esses movimentos são baseados no crescimento do nacionalismo, no agravamento das questões étnicas ou nas especificidades religiosas, e vão juntar-se a movimentos separatistas mais antigos como o de Quebec (Canadá), dos flamengos/valões (Bélgica) e dos bascos (Espanha/França);
- d) Desagregação de estados nacionais: o estado central perde o controle do território para frações, tribos, grupos étnicos ou religiosos. Exemplos: Afeganistão, Líbano, Libéria, Somália;
- e) Povos sem estado: ciganos, palestinos, curdos;
- f) Ampliação dos movimentos integristas: islâmicos (como na Argélia); hinduístas (na Índia ocidental) (VASCONCELOS, 1993, p. 48-50).

O patriotismo, que em geral anda de braços dados com o nacionalismo, significa amor pela pátria ou terra natal. Nos tempos antigos era estritamente um sentimento local. Os gregos não usavam patriotismo indiscriminadamente para todas as terras de língua grega, mas para pequenas áreas como Atenas, Esparta, Corinto e Esmirna. O patriotismo dos fenícios se reduzia a Tiro, Sidon ou Cartago; não à



Fenícia em geral. A cidade despertava emoções profundas, especialmente quando era atacada. Quando os romanos procuraram punir os cartagineses pela desobediência, arrasando sua cidade, eles suplicaram aos seus conquistadores que poupassem a cidade física, suas pedras e templos, que não tinham nenhuma “culpa” e, em vez disso, se necessário, exterminassem toda a população. Talvez esteja aqui o significado mais profundo do que se convencionou chamar “região cultural”, visto que o homem contemporâneo conquistou a distância, mas não o tempo. Durante a sua vida, o homem do presente - como no passado - somente pode estabelecer raízes profundas em uma pequena parte do mundo (TUAN, 1980).

3 - REGIÃO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Um segundo pressuposto para a construção de uma abordagem sócio-cultural para o conceito de região é a necessidade de identificar as possibilidades de sua articulação em termos epistemológicos com o conceito de território, já que o entendimento de uma região como ente social e cultural requer também uma reflexão sobre as implicações políticas deste tipo de enfoque. Concorde-se com as afirmações de Rogério Haesbaert (1997) de que a região não é um território em sentido amplo, mas um determinado tipo de território. A região é, portanto, sob esse ponto de vista, um recorte no espaço geográfico que manifesta sua diferenciação enquanto um território que é apropriado/ controlado de uma maneira a um só tempo concreta e simbólica, através da consolidação de uma identidade territorial.

A questão das identidades regionais, enquanto manifestações específicas de certo tipo de identidades territoriais, mantém-se insuficientemente explorada. No entanto, parece consensual que “identidades” se constroem sempre a partir do reconhecimento de uma alteridade. Isso, no entanto, só pode acontecer onde há interação, transações, relações ou contatos entre grupos. Neste contexto parecem importantes as afirmações do sociólogo Pierre Bourdieu, para quem o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional (...) são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de



fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2000, p. 113).

É, portanto, no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade regional pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade (HAESBAERT, 1997). E se a cultura é o centro dos objetivos de uma geografia regional que busca compreender o mundo vivido dos grupos humanos, é necessário reconhecer que o mundo vivido, mesmo que simbolicamente constituído, tem expressão material, não se devendo negar sua objetividade (COSGROVE, 2003). Assim,

o poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto às vezes é chamado de *hegemonia cultural* (COSGROVE, 1998, p. 105).

A região como um tipo de território implica, na sua efetivação, em um discurso performativo, que vai articular um conjunto de signos e representações para legitimá-la enquanto construção simbólica e política, legitimando também uma hegemonia. O discurso regionalista é performativo, porque pretende impor como legítima uma definição de fronteiras e fazer reconhecer a região assim delimitada. Mas, ainda que a região seja uma “construção” humana (política, econômica, social e cultural), não se deve esquecer as relações sociedade-natureza, já que “os referenciais concretos para esta construção simbólica podem ser buscados tanto em elementos naturais que predominem na paisagem (...) quanto histórico-culturais em sentido mais estrito” (HAESBAERT, 1997, p. 55). Retomaremos essa discussão na próxima seção do texto.



Concordando com as assertivas enunciadas anteriormente, a geógrafa Iná Elias de Castro vai enfatizar a dimensão política, simbólica e cultural na constituição de regiões e regionalismos, que se manifestam através da consolidação de uma “consciência regional”. Aqui a região ganha contornos de um construto sócio-cultural, já que é parte constituinte de um imaginário social, enquanto representação da realidade. Mas, para Castro, ela também é “um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses territoriais” (CASTRO, 2005, p. 193).

Assim, a continuidade e persistência das “clivagens regionais” obrigam a refletir sobre os meios que são utilizados para expressar a alteridade como uma questão regional no contexto nacional:

Uma região torna-se “questão” quando sua inserção na organização política e econômica nacional é conflituosa, por questões étnicas ou culturais, ou quando a reorganização da economia nacional se impõe sobre uma economia regional, desestruturando-a. Portanto, nem toda disparidade regional resulta em uma “questão regional”, e as regiões que constituem “questões” não são obrigatoriamente as regiões mais pobres (CASTRO, 2005, p. 193-194).

4 - REGIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL, REGIONALISMO E CONSCIÊNCIA REGIONAL

Antes de analisar as implicações da adoção de uma nova regionalização do Estado da Bahia, para formulação, articulação e implementação de políticas públicas de cunho regional, é necessário distinguir as regionalizações (e regionalismos) que se constroem no dia-a-dia dos habitantes das regiões e que vão consolidando uma “consciência regional” como reflexo e condição de uma apropriação simbólica e material do território, e as regionalizações institucionais como base para estratégias estatais de desenvolvimento regional. Na verdade, o desafio é a construção de convergências entre esses dois processos, que são distintos e implicam, ambos, em rebatimentos evidentes no planejamento territorial.



A regionalização institucional resulta, portanto da atuação do Estado, ao contrário daquela regionalização que é condicionada pela ação da sociedade, que, para isso, se utiliza de mecanismos de organização regional histórica e culturalmente construídos, valendo-se da estruturação existente como base para definição de funções territoriais:

A atuação do Estado se faz através de mecanismos de intervenção – subsídios, impostos, atos administrativos ou legislativos – que são simultaneamente instrumentos de desorganização da ordem precedente e de organização da nova ordem proposta. A regionalização intervencionada, de caráter desordenador faz-se, freqüentemente, a partir da conformação anterior; ela idealiza regiões que não têm sua estruturação determinada pelas condições políticas, sociais e econômicas locais, mas que recebem mais ou menos passivamente a massa de inovações tecnológicas e econômicas geradas em centros difusores externos (LEITE, 1994, p. 93).

A questão central é saber até que ponto uma regionalização institucional que priorize uma abordagem sócio-cultural para o conceito de região em substituição a uma abordagem estritamente econômica pode aproximar a atuação da sociedade e do Estado na articulação de políticas de desenvolvimento regional. Pensa-se aqui numa regionalização que se baseie na idéia de região como espaço vivido, caminho apontado por Frémont (1980). Nessa perspectiva, a região integraria espaços sociais e lugares vividos, fazendo da região um “conjunto com estrutura própria” e a distinguindo de outras regiões, por representações específicas, consolidadas na percepção dos habitantes e dos estranhos à região.

Assim, se a “identidade cultural” deve servir como paradigma para a definição dos limites de uma região, deve-se, em primeiro lugar, compreender os códigos de representação e significação dos grupos sociais que ali vivem. Desse modo, deve-se mais uma vez ressaltar que o regionalismo e o discurso regionalista representam posturas ativas dos grupos e agentes sociais no espaço regional e baseiam-se na cultura local vivida, que se serve das identidades culturais para encaminhar as aspirações destes grupos:



Por outro lado, a regionalização (institucional) se traduz em uma fraca coesão e unidade do (s) grupo (s), facilitando e aceitando a ingerência de técnicos do governo nas decisões regionais, pois esses desenvolvem programas, políticas e planos para as regiões, ignorando, muitas vezes, os problemas cotidianos e as aspirações dos seus habitantes (BEZZI, 1996, p. 295-296).

A aplicação dos procedimentos metodológicos e dos conceitos renovados de uma Geografia das Representações Sociais pode ajudar também aqui no entendimento dos complexos processos cognitivos que resultam da tensão entre percepção e cognição, vivência e experiência, espaços concebidos e vividos. Uma geografia assim pode, sobretudo, explicitar as relações entre cultura e poder nos processos de apropriação social e espacial em diferentes escalas e recortes espaciais (incluindo o recorte regional), assim como as múltiplas estratégias cognitivas dos diferentes agentes e grupos produtores de “espaço” (SERPA, 2005; LEFEBVRE, 2000).

5 - AS REGIONALIZAÇÕES NO ESTADO DA BAHIA - DAS REGIÕES ECONÔMICAS AOS “TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE”: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Passemos então à análise preliminar da nova regionalização institucional do Estado da Bahia, que passou a ser implementada e discutida a partir de 2007. No site da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), os 26 territórios de identidade são apresentados como resultado da mobilização da sociedade na busca de um novo recorte espacial que valorize “a identidade e o pertencimento de sua população” como elementos centrais na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Como uma primeira tentativa de difundir o conhecimento sobre “a nova espacialização do Estado da Bahia” são mostrados no site os principais indicadores sócio-econômicos das unidades regionais recém-delimitadas (<http://www.sei.ba.gov.br>).

As consultas aos bancos de dados da SEI pode ser feita a partir do cruzamento de dados econômicos, geoambientais, infra-estruturais e sociais, em recortes municipais ou regionais. Interessante perceber aqui que os dados apresentados para o cruzamento não se agrupam em uma temática cultural, algo contraditório com a nova



regionalização que pretende explicitar os laços de pertencimento da população aos respectivos territórios de identidade (<http://www.sei.ba.gov.br>). Esse fato talvez se explique porque a definição das novas regiões é muito recente e vem substituir, no âmbito do planejamento territorial do Estado da Bahia, uma regionalização por regiões econômicas, em vigor até então. A regionalização anterior dividia o Estado em 15 regiões econômicas (Figura1).

No início de 2007, o Fórum Baiano de Agricultura Familiar reivindicou o reconhecimento, a adoção e o estabelecimento dos 26 territórios de identidade da Bahia como diretriz básica do planejamento público estadual junto ao secretário do planejamento estadual e sua equipe. O encontro marcou o início do diálogo que pretende envolver os diferentes agentes sociais na “definição de prioridades para cada região do estado, a partir da estruturação conjunta de uma política de regionalização territorial”. A partir de então, outras secretarias de governo foram também envolvidas no processo, o que resultou na elaboração de um mapa com as novas regiões do Estado (Figura 2), que será utilizado como “instrumento de orientação para a promoção do desenvolvimento social, com equidade e em todo o território baiano, priorizando a saúde, educação, geração de trabalho, emprego e renda”, norteador também a concepção do Plano Plurianual PPA 2008/2011 (<http://www.seplan.ba.gov.br>).

A nova regionalização institucional foi pensada como instância aglutinadora e articuladora de políticas estaduais, tomando-se os territórios de identidade como unidades de planejamento e controle social das ações de governo, o que implicará no relacionamento constante e permanente entre os colegiados territoriais constituídos (ou a constituir), na execução de programas, planos e projetos. Vemos, portanto, que a estratégia é a de aproximação entre os representantes da sociedade e do governo estadual, em um clima otimista em relação à participação popular no processo de planejamento regional, como demonstram os depoimentos abaixo transcritos:

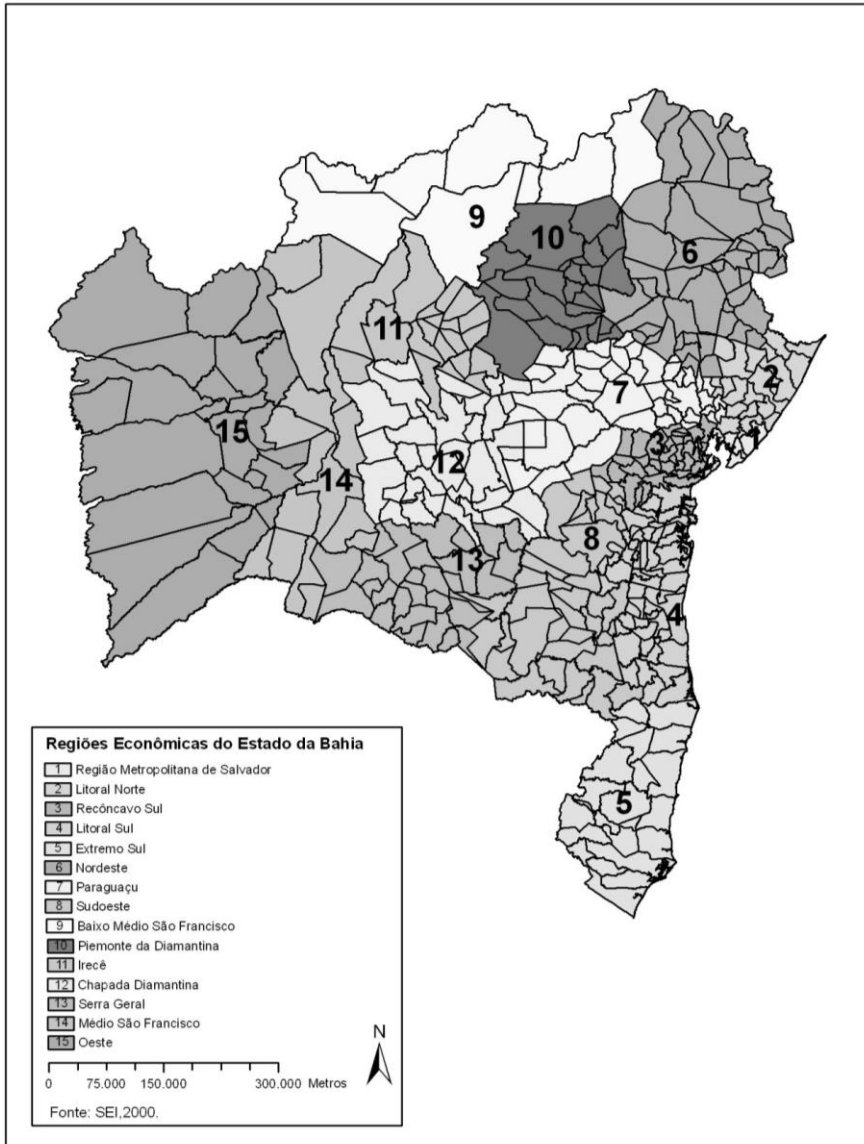


Figura 1: Regiões Econômicas do Estado da Bahia
 Fonte: SEI, 2000.



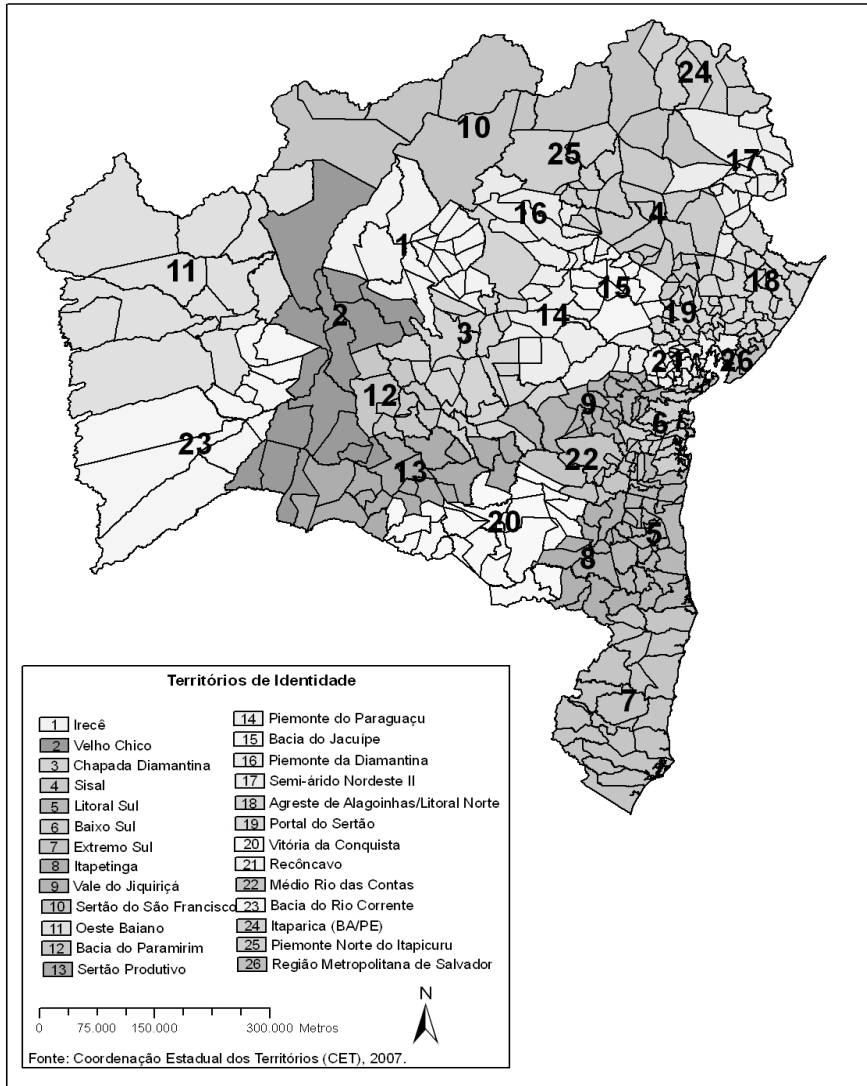


Figura 2: Territórios de Identidade

Fonte: CET, 2007.

Sabemos da disposição do governo (...) para promover o desenvolvimento da agricultura e por isso estamos aqui. Afinal, o Fórum tem como finalidades a proposição, negociação, articulação e o monitoramento das ações voltadas para o fortalecimento dos 625 mil estabelecimentos familiares rurais existentes na Bahia, tendo como princípios norteadores a agroecologia, o

desenvolvimento sustentável e a gestão social das políticas públicas, através dos 26 territórios de identidade (Elizângela Araújo, representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar/Bahia).

Esse foi o primeiro de muitos contatos que manteremos com os atores sociais a fim de definirmos uma regionalização de referência e darmos início ao planejamento territorial, que permitirá a articulação das políticas públicas, de forma alinhada e coordenada, com a sociedade civil e no âmbito do território” (Lilian Barreto Matos, superintendente de Planejamento Estratégico da Seplan).

A parceria entre os atores sociais e o poder constituído é fundamental para a garantia do desenvolvimento sustentável” (Mário Augusto de Almeida, articulador territorial de Irecê) (<http://www.seplan.ba.gov.br/>).

De acordo com os técnicos da SEPLAN, as consultas à população são fundamentais para o reconhecimento mútuo das identidades territoriais, permitindo e aprofundando o conhecimento da realidade e das demandas específicas de cada região. Há, inclusive, quem reconheça que as identidades territoriais, além de múltiplas, são dinâmicas e que uma regionalização assim deve ser constantemente revista e atualizada, através do diálogo permanente com as populações regionais, como o diretor de Planejamento Regional da Seplan, Benito Juncal, que “destacou a dinamicidade do processo de regionalização, que está sempre em evolução porque envolve mudanças de referenciais culturais, econômicos e políticos, além dos representantes da sociedade civil organizada” (http://www.seplan.ba.gov.br).

Comparando-se a regionalização atual com a regionalização anterior (regiões econômicas) verifica-se, em primeiro lugar, um aumento significativo do número de regiões, de 15 para 26, explicado talvez pelo desejo do Estado de aproximar a população dos novos recortes regionais, tornando-os menores e mais próximos do cotidiano dos habitantes dos “territórios de identidade”, como estratégia de consolidação/ constituição de um planejamento regional participativo, baseado nas consultas aos (e no diálogo com os) colegiados territoriais. Mas a simples constituição de colegiados territoriais não é garantia para o desenvolvimento regional nem para a consolidação de um planejamento regional participativo.



É necessário, como já fizemos em outras ocasiões (SERPA, 2006), discutir a legitimidade das representações regionais nos respectivos colegiados territoriais. Um primeiro ponto diz respeito à proporcionalidade entre os diversos segmentos da sociedade regional e do Estado, pensando-se nos coeficientes percentuais mínimos destes segmentos. Algo como foi pensado para os comitês de bacias hidrográficas, cujo funcionamento (nem sempre eficiente!) é norteado por resoluções legislativas específicas. Uma segunda questão é como aproximar os segmentos da sociedade das instâncias de planejamento e gestão territoriais em um processo efetivo e legítimo de participação popular.

No Orçamento Participativo de Porto Alegre, por exemplo, experiência tida como exitosa e emblemática, trabalhos científicos apontam para o descompasso entre os espaços de vivência da população (bairros) e os espaços tomados como base para determinar os percentuais de participação das lideranças comunitárias, em geral “pinçadas” de espaços abstratos maiores como as Regiões Administrativas. Esses espaços não se legitimam no cotidiano dos habitantes da cidade e colocam em xeque a representatividade das comissões de discussão e decisão das políticas públicas resultantes do Orçamento Participativo.

O recorte regional é particularmente ingrato para o desenvolvimento de estratégias participativas de planejamento, já que, em geral, não é percebido como um espaço de vivência e experiência cotidianas da população. Antes de tudo é preciso consolidar uma estratégia de divulgação e promoção de imagem dos novos recortes territoriais, mas isso não é suficiente, já que há uma grande distância entre reconhecer um recorte e se identificar com ele (CARDOSO, 2003). Neste contexto, são interessantes as colocações de Bourdieu (2000) a respeito das fronteiras e limites espaciais, relacionados com os processos de regionalização e o surgimento de regionalismos:

A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” segundo os elementos, que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (...) Cada um está de acordo em notar que as “regiões” delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente (...) a “realidade”, nesse caso, é



social e as classificações mais “naturais” apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária (...) de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta (BOURDIEU, 2000, p. 115).

Um modo de identificar um recorte com a percepção da população passa pela denominação dos novos territórios de identidade e, neste momento da reflexão, é particularmente interessante analisá-los sob essa perspectiva. Há um grupo de territórios que mantiveram a denominação anterior de região econômica, mas que perderam área para outros territórios e deram origem a novos recortes. A antiga região oeste, por exemplo, originou o território “Oeste Baiano”, mas o “novo” oeste é menor, já que cedeu área para o território da “Bacia do Rio Corrente”. Um segundo grupo mantém praticamente a área das antigas regiões econômicas, mas os territórios ganham novas denominações: é o caso das antigas regiões do “Baixo Médio São Francisco” e “Médio São Francisco”, hoje denominadas, respectivamente, como territórios do “Sertão do São Francisco” e “Velho Chico”. Alguns novos territórios mantêm também o nome da região econômica correspondente sem perder área (Irecê), ganhando área (Chapada Diamantina) ou encolhendo em relação à regionalização anterior (Piemonte da Diamantina).

Interessante perceber também que a nova toponímia privilegia muitas vezes os chamados elementos físicos ou naturais, em especial as bacias hidrográficas (Bacia do Paramirim, Bacia do Jacuípe, as já citadas Bacia do Rio Corrente e Velho Chico, além do Médio Rio de Contas e Vale do Jiquiriçá), bem como clima e vegetação (Sertão⁴ do São Francisco, Sertão Produtivo, Portal do Sertão, Semi-Árido Nordeste, Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte). Isso indica a persistência na construção das representações regionais dos elementos naturais como critérios definidores, como já apontado na seção precedente. Isso é ainda mais interessante se considerarmos que a nova regionalização do Estado da Bahia pretendeu se basear em

⁴ Sabe-se que originalmente o termo “sertão” referia-se, enquanto denominação, a regiões afastadas dos centros urbanos, ganhando mais tarde a conotação de regiões com predominância de clima semi-árido.



critérios e parâmetros sócio-culturais. O termo “sertão”, por exemplo, ao ser associado à caatinga e ao semi-árido, tem uma conotação sobretudo ideológica, como mostram as pesquisas de Rogério Haesbaert na região oeste do Estado (hoje “Oeste Baiano”):

O sertanejo e a caatinga do semi-árido passaram a fazer parte da construção simbólica da identidade nordestina com a ascensão das oligarquias pecuaristas-algodoeiras na passagem do século XIX para o XX, ao mesmo tempo em que era gradativamente abalada a hegemonia da Zona da Mata canavieira; e a criação de órgãos estatais de planejamento, como o DNOCS e, posteriormente, a SUDENE, e a definição do “Polígono das Secas” servirão, especialmente a partir da década de 1950, como delimitações espaciais para o fortalecimento de uma ideologia regional que, tal como já acontecia embrionariamente no discurso de alguns políticos do século passado, projeta o espaço do sertão semi-árido como área core a caracterizar a identidade regional nordestina (HAESBAERT, 1997, p. 77-78).

A denominação, recorrente, baseada em nomes de rios ou de bacias hidrográficas, por outro lado, também coloca em questão a estratégia de aproximação da população dos novos recortes, já que, em geral, as Bacias não estão consolidadas na percepção dos habitantes das diferentes regiões, como demonstram os problemas de articulação dos Comitês de Bacias, também já mencionado anteriormente. As bacias hidrográficas podem também ser entendidas como critérios de regionalização para fins de planejamento, estabelecendo-se recortes territoriais por vezes conflitantes com recortes mais consolidados nas práticas tradicionais de gestão e ordenamento territoriais, sua criação como unidade territorial de gestão podendo se revelar, inclusive, como potencial geradora de conflitos e choques entre poderes (SERPA, 2006).

6 - À GUIA DE CONCLUSÃO

Analisados os pressupostos de uma abordagem sócio-cultural para o conceito de região na Geografia e no Planejamento, bem como sua operacionalização em recente estratégia de regionalização do Estado da Bahia a partir de 2007, pode-se concluir que, de fato, esse



tipo de abordagem é potencialmente interessante e instigante como base para um planejamento regional participativo, embora haja ainda um longo caminho a percorrer, tanto em termos teóricos como metodológicos.

No caso específico da regionalização apresentada, esforços de articulação institucional para desenvolvimento e consolidação dos chamados “Territórios de Identidade” vêm sendo empreendidos, através de fóruns e discussões capitaneadas pelo governo do Estado da Bahia, como demonstra a realização do II Fórum de Desenvolvimento Territorial, realizado entre os dias 6 e 10 de novembro de 2007, no Blue Tree Premium Hotel, em Salvador. A atividade contou, inclusive, com a apresentação de experiências brasileiras e de países como Portugal, Espanha, França e México, reunindo representantes dos governos Estadual e Federal, acadêmicos e representantes da sociedade civil.

Muitos acreditam que a adoção dos “Territórios de Identidade” como estratégia e foco das ações de planejamento regional pode ampliar as discussões sobre economia e aplicação de recursos públicos, como Mário Augusto de Almeida Neto, conhecido como “Jacó”, representante do Território de Irecê no Fórum. Ele explicou que a noção de territorialidade surgiu no Estado em 2003 e tinha, a princípio, os sindicatos como principais representantes da sociedade civil, acreditando que, hoje, “a Bahia está vivendo um momento de amplo diálogo entre a sociedade civil e o governo do estado” (<http://www.seplan.ba.gov.br>).

Para o secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Humberto Oliveira, uma abordagem territorial para o desenvolvimento poderia qualificar as políticas públicas para o meio rural. Por essa razão, o governo federal vem promovendo a integração das políticas públicas, através do Programa de Cidadania, optando por trabalhar a partir dos “Territórios de Identidade” na Bahia: “Fizemos a opção pelos territórios de identidade por entender que este é um processo de construção social, que valoriza o sentimento de pertencimento do cidadão, sua história, sua cultura” (<http://www.seplan.ba.gov.br>).

Nessa perspectiva, o Território do Sisal é o primeiro a ser atendido pelo programa Territórios da Cidadania, entre os quatro beneficiados no Estado, e contará com R\$ 238 milhões para execução de 61 ações de programas como o Brasil Alfabetizado, Luz para



Todos e Bolsa Família. Conforme notícia veiculada no site da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, os recursos serão aplicados nas áreas de apoio à gestão territorial, direitos e desenvolvimento social, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura e infra-estrutura. Em ações fundiárias, os investimentos serão usados para o reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos, elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, criação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), apoio e modernização de espaços culturais, concessão de crédito-instalação às famílias assentadas e a ampliação do acesso da população à atenção básica por meio do Saúde da Família (<http://www.seplan.ba.gov.br>).

A palavra-chave para consolidação deste tipo de política é articulação. Articulação não só entre governos (federal, estadual e municipais), mas também entre os conselhos municipais, os consórcios intermunicipais, os comitês de bacias hidrográficas (os dois últimos, onde eles existem) e os colegiados territoriais em cada um dos 26 territórios de identidade. É necessário institucionalizar a atuação desses colegiados, cuidando também dos critérios de escolha dos representantes da sociedade regional em cada território de identidade, garantindo sua legitimidade no tempo, ou seja, desvinculando-os das ingerências conjunturais das políticas de governo e tornando-os de fato colegiados que possam pensar as políticas públicas, a médio e longo prazos, para os territórios que representam.

É necessário também que as discussões não se norteiem apenas por interesses territoriais específicos, mas também articulem as discussões setoriais e temáticas (cultura, saúde, educação, etc.) para todo o território do Estado, evitando uma possível “guerra territorial” por recursos e investimentos, estabelecendo, ao invés da concorrência entre regiões (e entre os colegiados territoriais), um planejamento regional participativo e solidário.

7 – REFERÊNCIAS

BEZZI, M. L. **Região - Uma (re)visão historiográfica - Da gênese aos novos paradigmas**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 1996.



- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BROEK, J. O. M. **Iniciação ao estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- CARDOSO, M. L. M. Desafios e potencialidades dos comitês de bacias hidrográficas. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 55, n. 4, out./dez. 2003.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política – Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens Humanas. In: Córrea, R. L.; Rosendahl, Z. (orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 93-122.
- COSGROVE, D. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria. In: Córrea, R. L.; Rosendahl, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Portugal, Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. 2ª edição. São Paulo. São Paulo: Editora HUCITEC/EDUSP, 1978.
- LACOSTE, Y. **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3ª edição. Campinas: Papirus, 1993.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4^e édition. Paris: Anthropos, 2000.
- LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou Desconstrução?**. São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 1994.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- SERPA, A. Por uma Geografia das Representações Sociais. **OLAM – Ciência e Tecnologia**, Rio Claro-SP, v. 5, n. 1, p. 220-232, 2005.



SERPA, A. Por um enfoque ambiental no planejamento regional: Um olhar geográfico sobre a questão da representatividade (e legitimidade) dos comitês de bacias hidrográficas na escala urbano-regional. In: Lage, C.; Prost, C.; Braga, H. (Orgs.). *Estratégias Ambientais e Territoriais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/ Mestrado em Geografia, 2006. p. 229-239.

TUAN, Y. F. **Topofilia**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Editorial S.A., 1980.

VASCONCELOS, P. A. A nova (des)ordem mundial. **Cadernos de Geociências**, Salvador, v. 4, p. 39-54, 1993.

www.sei.ba.gov.br, acessado em maio de 2008.

www.seplan.ba.gov.br, acessado em maio de 2008.



APORTES TEÓRICOS E OS PERCURSOS EPISTEMOLÓGICOS DA GEOGRAFIA CULTURAL

Maria Geralda de Almeida⁵

RESUMO

Este artigo tem um enfoque sobre a história de geografia cultural apresentando sua evolução até os anos noventa. Os precursores da geografia cultural apresentados pertencem principalmente às “escolas” anglo-germânica, norte-americana e francesa e discute-se como estas colaboraram para dar consistência e desenhar um corpo teórico-metodológico à geografia cultural. Em seguida, é discutida a crise e renovação da geografia cultural, apontando os teóricos que se destacaram e a contribuição recebida de outras áreas do conhecimento para o delineamento da fase contemporânea. Uma retomada das metodologias citadas, ainda que breve, encerra as múltiplas facetas desta abordagem.

Palavras-Chave: História do pensamento geográfico, geografia cultural, geografia francesa, geografia anglo-saxônica, abordagem.

LES CONTRIBUTIONS THÉORIQUES ET LES VOIES ÉPISTÉMOLOGIQUES DE LA GÉOGRAPHIE CULTURELLE

RESUME

Il s'agit d'un article sur l'histoire de la pensée de la géographie culturelle jusqu'aux années quatre-vingt-dix. Les fondateurs ici présentés appartiennent surtout aux écoles anglo-saxonne, américaine, allemande et française chacune donnant sa contribution au dessin et à la construction de la géographie culturelle. Les crises sont discutées comme des moments fertiles en renouvellements de la géographie avec la collaboration d'autres sciences. À la fin il y a une brève présentation des aspects théoriques et méthodologiques de cette démarche.

⁵ IESA-Universidade Federal de Goiás e professora colaboradora do Núcleo e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: mgdealmeida@gmail.com



Mots-clés: Histoire de la pensée géographique, géographie culturelle, géographie française, géographie anglo-saxonne, démarche.

1 - INTRODUÇÃO

Apesar de não ser recente, a geografia cultural, até o início dos anos 2000, era ainda pouco divulgada ou tinha poucos seguidores no Brasil. No entanto, ela é atualmente, sem dúvida, um dos mais atraentes e estimulantes conhecimentos propiciados pela ciência geográfica. Indiferente à formulação de um corpo teórico-metodológico unitário ela contempla um leque de variadas questões como representações da natureza, construção social, cotidiano, identidades, cultura “material”, costumes sociais, significados simbólicos gerando, nas palavras de Corrêa (1995, p.2), “um enorme volume de livros, artigos e teses” na França, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, principalmente.

Por que este desinteresse até então demonstrado? Em um artigo que escrevi em 1993 sobre a Geografia Cultural francesa, publicado na Geosul (UFSC), n. 15, sugiro a matriz da geografia cultural como uma explicação para a pouca filiação nesta abordagem baseada nas características dos princípios filosóficos da geografia humanista. Presentemente, reafirmo esta opinião e acrescento que a abordagem humanista, nitidamente neo-positivista, não teve eco entre os geógrafos brasileiros visto que, na opinião de Haesbaert Costa (1980, p. 77), “o dogmatismo de esquerda, ainda hoje presente em alguns pesquisadores que se dizem dialéticos, (...) excluem o debate transformador e a emergência do novo ao elegerem previamente sua ‘linha’ como a vencedora”. Tal corrente insistia em firmar a geografia crítica como a única abordagem possível de interpretar a realidade. A despeito do reducionismo, ser marxista ou adotar a geografia crítica prevaleceu e afastou os geógrafos do risco de serem considerados positivistas se adotassem outra abordagem.

Também deve-se considerar que para isto contribuiu a geografia ministrada na USP, instituição que até o início da década de 1990 permaneceu como a principal, se não a única, na formação de doutores em Geografia no Brasil. Seu corpo docente, de maior visibilidade no cenário acadêmico, negava o projeto tradicional da geografia, valorizava a utilização de modelos econômicos de



inspiração neoclássica ou neoliberal e enfatizava a concepção de que a verdadeira revolução na metodologia da geografia moderna só chegava a partir da crítica radical, adotando o materialismo histórico e dialético. Respaldados na busca de um novo papel político do saber e a formulação de um modelo nomotético para a geografia, enquanto ciência social, os professores “uspianos” mais conhecidos historicamente defendiam e alguns ainda defendem a visão ortodoxa do marxismo e a crença nesta como a via metodológica única da “verdadeira” geografia. Ora, esta postura impediu que outras correntes teórico-metodológicas na própria USP pudessem emergir. Paralelamente, ela possibilitou que, já na década de 1990, em outras instituições acadêmicas emergissem contra-correntes e o movimento de novas vias para o conhecimento geográfico, como o humanismo.

A corrente humanista busca referências variadas, tem um ecletismo voluntário, sem excluir nenhuma via, pois a exclusão é encarada como um risco de limitação e de empobrecimento. A delimitação espaço-temporal do humanismo recolocou o homem no centro de suas preocupações. É o homem, considerado em toda a sua complexidade cultural e antropológica, que faz aparecer novos pontos de vista para compreender o sentido da arte, da literatura e de todo o conjunto que expressa o campo da atividade humana. No caso da geografia francesa, após a década de 60 esta diversificação aparece com os qualificativos de Geografia Humanista, Geografia Cultural, Geografia Comportamental, Geografia das Representações ou Fenomenológica, conforme Robic (1992).

A despeito da variedade de qualificativos ou matrizes, cabe assinalar que a própria leitura do mundo, feita pelo geógrafo, modifica. De qualquer forma, não existe mais a crença em uma via metodológica única e se reconhece a importância e a riqueza de outras condutas possíveis para a geografia, é o que afirma Gomes em “Geografia e Modernidade” (1996). Adotando a visão humanista, o geógrafo com certa firmeza e consenso, não se contenta de estudar o homem que apenas produz e amplia para uma análise mais rica do indivíduo e da sociedade, do homem que pensa, que cria. Toda divisão rígida entre o mundo objetivo (exterior) e o mundo subjetivo (interior) é rejeitada. Os geógrafos se interrogam sobre o espírito, o corpo do homem e seu universo imaginário. Este homem, nas palavras de Claval (1995b), é culturalmente definido pelo seu meio ecológico, sua educação, seu meio social, suas práticas e



materializações, suas experiências, suas crenças nos modelos que ele aceitou e ou escolheu.

Uma vez esclarecida a matriz epistemológica, saliento que este ensaio não tem a merecida profundidade que o título pode insinuar. Ele constitui uma tentativa de esboçar algumas reflexões introdutórias sobre as bases teóricas da geografia cultural, após a observação do quanto o pouco tem se produzido no Brasil neste espaço. Sem dúvida, ele tem suas lacunas; porém, espero que ele possa suscitar debates mais consistentes e contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema. Com esta finalidade, buscarei apresentar a evolução da geografia cultural somente até os anos 1990, com base, sobretudo, em Capel (1981), McDowel (1996) e Claval (1984, 1995).

Primeiramente, retraçarei os percursos da geografia cultural tendo como referência algumas “escolas”: alemã, anglo-saxônica, com a inclusão de alguns autores norte-americanos e a francesa. O meu propósito, longe de estabelecer comparações entre elas, é destacar as “visões” geográficas existentes nestas “escolas” e o modo como colaboraram para dar consistência e desenhar um corpo teórico-metodológico à geografia cultural.

Em um segundo momento discutirei a crise e renovação da geografia cultural, apontando os teóricos que se destacaram e a contribuição de outras áreas do conhecimento para o delineamento da fase contemporânea.

As discussões anteriores contêm as referências e os eixos que norteiam a geografia cultural. Uma retomada das metodologias citadas, ainda que breve, permitirá um melhor entendimento das múltiplas facetas desta geografia e a apreensão da riqueza da abordagem da mesma, no terceiro e último momento.

Estas reflexões no presente justificam-se pelo crescente interesse ocorrido no meio acadêmico pela geografia cultural no Brasil, conforme já mencionei. O número de comunicações que se classificam ou se consideram como de geografia cultural nos eventos da Associação Brasileira de Geografia-AGB e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia-ANPEGE, nos últimos quatro anos, tem assombrado os organizadores. Para ilustrar, somente no VII Encontro Nacional da ANPEGE, em 2007, na cidade de Niterói-RJ, sessenta trabalhos foram considerados como desta abordagem, igualando aqueles da Geografia Urbana e superando a Geografia Agrária (37 trabalhos) e os vinte e um trabalhos



apresentados na Geografia do Ensino, consideradas como áreas tradicionais de interesse da Geografia.

Para este crescimento contribuem, entre outras, o maior contato de brasileiros com geógrafos estrangeiros que adotam esta abordagem, o crescimento de linhas de pesquisa tratando de práticas culturais nos programas de pós-graduação, a existência de professores e pesquisadores que assumem a adoção deste enfoque e o diálogo mais frequente entre a Geografia e a Antropologia, as Ciências Sociais e a História, entre outras.

Cabe ressaltar que se agrega a isso o surgimento de grupos de pesquisa e/ou de redes. O Núcleo de Pesquisas sobre Espaço e Cultura-NEPEC, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com treze anos de existência é pioneiro na criação do seu grupo. Ele possui uma rede de pesquisadores de diversas instituições de ensino, publica a revista “Espaço e Cultura” e a série de livros “Geografia Cultural”, além de promover periodicamente eventos científicos. Pouco depois, em 1999, iniciou-se na Universidade Federal de Goiás o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Turismo e Cultura atuando principalmente no campo da investigação. Os livros “Geografia: leituras culturais” (2003), “Tantos Cerrados” (2005) e “Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares” (2008) têm vínculos com parte dos pesquisadores deste núcleo. Em março de 2008 realizou-se naquela instituição o 7º Seminário Internacional de Território e Cultura, que permitiu consolidar mais ainda aquele grupo no cenário da geografia cultural brasileira. A partir de 2004, o NEER-Núcleo de Estudos em Espaço e Representações, sediado na Universidade Federal do Paraná e igualmente articulando uma rede com geógrafos e pesquisadores de outras nove instituições vem também aglutinando grupos dedicados a estas reflexões. Dois eventos já ocorreram vinculados ao NEER e um livro foi publicado em 2007.

Breve, inúmeros artigos, dissertações e livros, principalmente nos últimos cinco anos, fortalecem a existência da geografia cultural, dão-lhe visibilidade e reforçam esta ascensão vertiginosa.

2 - OS PRECURSORES DA GEOGRAFIA CULTURAL

A noção de geografia cultural é velha e complexa. Todavia, nos seus primórdios, o termo cultural era empregado tanto pelos



geógrafos alemães como pelos norte-americanos para se referirem ao que era distinto de natureza.

Quem utilizou o termo “Geografia Cultural” como um fator importante na geografia humana, pela primeira vez, foi Ratzel, em 1880, falando de uma “culturgeographie” dos Estados Unidos. Nos anos seguintes, influenciado por Ritter, Humboldt e Dawin, ele elabora uma nova concepção da geografia a qual ele denomina de “Antropogeographie”, publicada em 1891. Nela, ele insiste sobre a forte relação existente entre o homem e o seu meio e também se interroga sobre o papel da mobilidade dos homens na difusão das técnicas. Conclui afirmando pela importância da mobilidade e da cultura do homem sendo que é esta que define e permite aos homens se apropriarem de um dado meio. Continuando seus estudos, é ainda nesta década que ele publica os fundamentos culturais da diferenciação regional da terra. Apesar de esta ter sido uma grande contribuição ao enfoque de cultura, este autor se apega aos aspectos materiais, ao conjunto de artefatos, o que para ele era a materialização cultural e negligencia em sua análise as idéias e linguagem subjacentes a tais aspectos. Também Ratzel, incorporando as observações de Darwin sobre a natureza, se preocupa com o espaço mínimo para a sobrevivência da espécie e sobre as barreiras que os grupos possuem para se expandir. A sua obra, com a idéia de luta pela vida, seleção de sociedades para dado espaço apresenta uma conotação essencialmente política do espaço e é por esta que Ratzel se torna mais conhecido.

Ainda na origem de uma geografia cultural alemã destaca-se Schlüter. Para ele, assim como a maioria dos geógrafos alemães do início do século XX, são as marcas - “rugosidades” no linguajar de Milton Santos - impostas à paisagem pelos homens que devem ser analisadas. Em 1907 ele redige uma pequena brochura tratando a paisagem como objeto da Geografia Humana e obtém grande repercussão. O estudo dos assentamentos humanos, com suas ações e modificações ganha expressão e breve a “Kulturlandschaft” (paisagem cultural) é incorporada às análises em geografia. Schlüter defendia que as marcas da ação humana têm uma organização e competia à geografia discerni-la, descrevê-la, sendo uma tarefa do geógrafo buscar as origens da morfologia da paisagem cultural.

Muitos geógrafos alemães estavam, de fato, em busca de uma definição do campo geográfico que possibilitasse delimitar um objeto



claro, para justificar a existência da geografia enquanto ciência e evitar querelas de fronteira com as ciências vizinhas.

Outras contribuições vieram de Meitzen (1895), com estudos sobre paisagens agrárias. Segundo ele, a explicação para serem diferenciadas umas das outras estaria nos grupos étnicos formadores destas paisagens. Edouard Hahn, ainda no século XIX, se preocupa em mostrar a complexidade da agricultura e debruça-se sobre a evolução das relações dos grupos humanos com os animais para compreender a passagem da colheita de gramíneas selvagens ao cultivo destas em campos preparados para tal. Sua grande obra sobre a origem das plantas cultivadas e a domesticação dos animais foi publicada em 1896.

A partir de 1910 os geógrafos alemães marcam suas abordagens por uma ênfase dada aos instrumentos, técnicas e análise da paisagem. Excetuando Hahn, nenhum outro geógrafo valorizou questões de aquisição de práticas, de conhecimento e valores.

Nota-se que estes geógrafos possuíam uma preocupação em entender a paisagem a partir da ação do homem, da sua relação com os elementos da natureza e/ou a natureza transformada e faziam uma leitura cultural pelas práticas, ignorando as atitudes e crenças dos homens.

No caso da geografia cultural norte-americana, conforme já mencionado, até 1915 o termo “cultura” aparecia nos mapas topográficos para designar “os trabalhos do homem” comenta Platt, em artigo de 1952, traduzido e publicado na “Espaço e Cultura” (1996). Segundo ainda Platt, somente após a segunda guerra o ambientalismo foi superado e desenvolveu-se uma linha de pensamento geográfico que conduzia à Antropologia.

Em 1923, é o antropólogo Kroeber quem faz uma referência à cultura, ao analisar grupos indígenas americanos; ele admite que a noção de cultura foi apreendida de C. Sauer, considerado como o pai da geografia cultural americana ou da geografia cultural da Escola de Berkeley. Fortemente influenciado pelos alemães, em 1925 Sauer revela esta admiração no seu livro “The Morphology of Landscape”; porém, ele adota outra vertente mais próxima à Antropologia, abordando a origem e difusão da cultura, de maneira mais intimamente ligada à história natural.

Entretanto, graças ao seu convívio intenso com os ecologistas, ele deduz que a paisagem resulta da ação do homem: as construções,



os cultivos e estas transformações decorrem da ação sobre a vegetação e o mundo animal. Isto era cultura. Portanto, a capacidade de utilizar com sabedoria, sem causar impactos ao meio revelava uma característica cultural do grupo e pelo qual ele poderia ser julgado.

A grande contribuição de Sauer foi avaliar que os aspectos aparentemente naturais ocorrem devido à influência humana. Assim, com sua sólida base em Botânica e com as análises já feitas por E. Hahn, ele se interessou pelas gênesis da agricultura e procurou respostas para: Quais as espécies utilizadas para o extrativismo? Quais são as espécies “domesticadas”? Como os homens agem sobre a cobertura vegetal e transformam a mesma?

Sauer colocava em primeiro lugar, entre os processos culturais, a difusão, o que neste caso não difere dos seus colegas alemães. Também como eles, ignorava o papel das dimensões sociais e psicológicas da cultura.

Compartilhando desta opinião, Claval (1984), criticando Sauer, chama à atenção por este ter priorizado a cultura apenas em suas manifestações materiais, não levando em conta, nas suas análises sobre os agricultores, os aspectos sociais e afetivos. Esta crítica não encontra eco em Price e Lewis (1993), citados por McDowell (1996), que ressaltam em Sauer um interesse nas interconexões entre formas culturais materiais e não-materiais. McDowell (1996, p.164) já aponta, como críticos ou questionáveis nos estudos de Sauer, “a pouca atenção dada às estruturas econômicas, sociais e políticas mais amplas da sociedade” e a exclusão, em seus estudos, “dos modos como as práticas culturais refletem, reforçam ou desafiam os padrões e normas culturais”. Sua crítica, em alguns aspectos aproxima-se daquela feita por Claval. Claval, por sinal, posteriormente (1995b) aprofunda sua leitura sobre Sauer e a escola de Berkeley e conclui que as limitações da mesma deve-se ao fato dessa escola não ter conseguido ultrapassar o mundo americano e suas sociedades tradicionais; salienta, também, que a geografia cultural de Sauer se restringiria pois àqueles espaços onde as ditas sociedades tradicionais persistem, não sendo possível utilizar sua abordagem para apreender as sociedades industriais.

As críticas procedem, entretanto, não retiram o aporte de Sauer e seus seguidores na inclusão dos impactos das sociedades sobre meio ambiente nos estudos geográficos. Por esta vertente, a Geografia cultural de Berkeley permanece ainda atual.



Por último, cabe acrescentar que Sauer tinha muita dificuldade em lidar com o que considerava como “tendências homogeneizantes do mundo moderno” e declarava ter prazer em terras “atrasadas”, nas palavras de McDowell (1996). Comparando com os novos geógrafos culturalistas aí reside uma das principais diferenças, pois estes elegem como foco de interesse as sociedades industriais contemporâneas e as paisagens históricas; contudo, McDowell (1996) não deixa de assinalar que a nostalgia de antigas maneiras de viver ainda permanece como tema importante para os geógrafos culturalistas dos tempos atuais.

No que diz respeito à geografia cultural na França, remeto o leitor ao texto publicado por Almeida (1993). O mesmo serviu de base para a reflexão presente, atualizada e complementada com novas leituras. Na França, três geógrafos se destacam no lançamento das bases da geografia cultural: Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Pierre Deffontaines.

A cultura era, para La Blache e seus seguidores - e Ratzel também tinha a mesma interpretação - o que se entrepõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens. A cultura pertinente seria aquela apreendida através dos instrumentos que as sociedades utilizam e as paisagens por eles modeladas. Entretanto, estes elementos só têm sentido como componente de gênero de vida. A noção de gênero de vida explicaria os costumes, hábitos, as técnicas e formas de uso e as paisagens. Insistindo que a geografia era, sobretudo, uma ciência de lugares e não de homens, La Blache se negava a discutir a organização social do trabalho apesar das evidências da relação desta com a paisagem.

La Blache (1954) enfoca, ainda, a difusão das técnicas. Como os geógrafos alemães, ele entende ser esta a via para compreender o arsenal à disposição de cada grupo. Seus estudos, feitos sobre criadores/pastores e agricultores no sul do Mediterrâneo revelaram que os hábitos e os meios de explorar a natureza possibilitam uniões/acordos para tal, mas também a violência e a exploração. Estas observações fizeram La Blache rever suas deduções sobre gênero de vida, até então noção naturalista, e incorporar posições mais humanistas. Assim, gênero de vida tem dimensões sociais e ideológicas, que são estritamente associadas ao seu aspecto ecológico.

Jean Brunhes destaca-se neste trio por ser efetivamente o único a se interessar pelas dimensões culturais na Geografia. Vivendo na Suíça, ele se beneficia da visão geográfica dos suíços e dos alemães,



nos quais evidenciam-se uns rasgos de Antropologia nos estudos geográficos. Ele se inspira mais nos folcloristas e adota a paisagem como categoria capital para seus estudos.

Como discípulo de Jean Brunhes, Pierre Deffontaines deu continuidade aos estudos de gênero de vida e se destacou publicando, em 1954, uma “Géographie des religions”. Entretanto, sua importância se deveu à sua atuação frente à Coleção Gallimard, quando incentivou e publicou várias obras que abordavam gênero de vida.

Outros geógrafos/estudiosos se destacam: Hardy (1939) com seu polêmico “La Géographie Psychologique”, e Eric Dardel (1952), com o “L’Homme et la terre - nature de la réalité géographique”, no qual ele dá uma atenção maior às intenções e aos sentimentos humanos para com os lugares e o espaço. Neste enfoque ele foi pioneiro.

Nos anos 60 do século XX floresce o que viria constituir-se uma especialidade da geografia francesa: os estudos tropicais baseados nos contrastes e diversidades culturais, com diversos e numerosos pesquisadores. Entre eles destacam-se Gilles Sauter (1966) e Jean Gallais (1967), mas a maior contribuição viria de Pierre Gourou (1936, 1973), que incluiu sistemas e técnicas de organização social no campo da análise cultural. Ele justificava dizendo que os contrastes na utilização da terra eram em função das desigualdades no conjunto das técnicas e utensílios à disposição de cada grupo. Para ele, a exploração, o uso do espaço dependeriam, portanto, dos meios naturais e da habilidade, para não dizer técnicas, do grupo na utilização destes meios.

Fugindo deste eixo dos estudos tropicais cita-se Xavier Planhol (1968) com um estudo sobre o peso das ideologias religiosas na valorização, no mundo muçulmano, deste ou daquele gênero de vida.

Entretanto, os aportes mais significativos nos anos 60/80 vieram de Armand Frémont e Paul Claval, pois juntamente com Gallais foram os primeiros a insistir sobre a valorização da experiência humana dos lugares, das paisagens e dos espaços, procurando redescobrir uma “géographie à visage humain”. Frémont e Claval deram as principais contribuições metodológicas, questionando o espaço vivido e o espaço percebido, dedicando uma atenção especial às redes de valores e de significações materiais e afetivas.



Este cenário não impediu, contudo, em meados do segundo quartel do século vinte, um declínio no interesse nesta abordagem o que para alguns caracterizou-se como uma crise.

3 - CRISE E RENOVAÇÃO

Discutir a crise e processos que conduziram a geografia cultural ao patamar no qual ela se encontra é repensar as concepções de cultura e leituras de mundo que predominavam até os anos 1960/70. É também buscar nessas concepções o entendimento da dita crise e posterior retomada desta abordagem geográfica. Isto permitirá ainda entender que o que é considerado como crise, aqui, não teve o mesmo impacto ou efeito nas principais abordagens de geografia cultural.

Como já foi dito, o interesse dos geógrafos pelos fatos culturais priorizou, sobretudo, o enfoque sobre o conjunto dos instrumentos e equipamentos utilizados para explorar o meio e seu habitat. Todavia, com o tempo, a mecanização e a modernização estandarizaram, máquinas e construções banalizaram os fatos culturais que davam as particularidades e especificidades. A geografia cultural entra, então, em crise porque a pertinência da dimensão cultural para explicar a diversidade das sociedades desaparece.

Os geógrafos culturalistas franceses são duramente golpeados, pois conforme já mencionei o modelo vidaliano é inadequado para análises do mundo urbano-industrial, em franca expansão mundial. As sociedades tipificadas pelo “genre de vie” esvanecem-se no turbilhão das mudanças e homogeneizações globais comprometendo, assim, as clássicas abordagens dos geógrafos franceses.

As reflexões começam a voltar-se, a partir de então, para o contexto atual e os geógrafos culturalistas se dão conta de que vivemos em um mundo de consumidores culturais de massa no qual as dimensões culturais não devem ser negligenciadas. No caso dos geógrafos culturalistas franceses são as representações identitárias e os territórios que passam a atrair as atenções.

Quanto aos geógrafos ingleses, a desconstrução dos entendimentos de cultura com o surgimento da industrialização e da urbanização provocou outra reação nos mesmos. Assim, as mudanças demográficas e sociais associadas com urbanização industrial são vistas como de importância fundamental na história da mudança



cultural. As vastas concentrações de pessoas resultaram em novas formas de “vida mental” e afetam as percepções sociais. Não é de se estranhar portanto, que os “novos” geógrafos paisagistas como Cosgrove (1984) e Duncan (1990) se voltem cada vez mais para questões sobre a cidade e vida cultural, identidade, significado e imaginação e, em outra vertente, como as pessoas se sentem e reagem às “experiências urbanas”, nas palavras de Harvey (1989).

Discussões sobre os conjuntos de significados compartilhados e identidades sociais estão presentes nos estudos de dois ingleses que muito influenciaram nos novos interesses da geografia cultural: o historiador Raymond Williams e o teórico cultural Stuart Hall.

Williams (1992) enfatiza o contexto social, político e histórico em que ocorre a produção cultural e onde se cria o significado. Para elaborar uma noção própria de cultura, “a unidade vivida da experiência”, produzindo determinadas “estruturas de sentimento”, ele levou em consideração este contexto. Essa sua noção de cultura enquanto experiência vivida estimulou diversas pesquisas sobre cultura com base local. Para a construção desta noção, Williams teve como aporte, especificamente, seu estudo focalizado sobre o desenvolvimento da cultura da massa trabalhadora em áreas de indústria pesada e sobre o modo como a solidariedade cultural resultou em políticas trabalhistas.

Uma outra característica dos teóricos culturalistas norte-americanos e ingleses citada por McDowell (1996) reside em uma preferência por estudos sobre o sentimento de nostalgia, da perda da autenticidade que aparece de forma recorrente em vários autores. Zukin (1991) lamenta a destruição de antigas paisagens, caracterizadas pelo sentimento de pertencimento e individualidade e Harvey (1989) nos fala do “mundo que perdemos” no seu livro “A Condição da Pós-Modernidade”. Williams também queixa-se do surgimento da cultura de consumo mostrando sua preocupação quanto aos seus impactos negativos sobre a classe trabalhadora.

As críticas desta época foram dirigidas principalmente à “escola localista” pelo seu relativo descaso aos fatos culturais. A geografia cultural contemporânea tenta redimir-se e os estudos atuais discutem de forma mais ampla as maneiras como os artefatos materiais são apropriados e os seus significados transformados, levando em conta o contexto global, as redes entre o local e o global e as escalas múltiplas.



Entre os críticos da escola localista citam-se Stuart Hall e sua equipe do Centro para Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de Birmingham, que já dão uma importância maior ao que denominou culturas oposicionistas ou comunidades oposicionistas. Eles partem do pressuposto de que as comunidades se unem para aceitar ou subverter consumo e estilo e que a localidade, no sentido geográfico, não desempenha nenhum papel. O objetivo é ser cosmopolita, sem vínculo com o lugar que, neste caso, não tem uma identidade específica. Como exemplo, Hall cita a cultura jovem que assume ares universalistas.

São novas leituras e outros objetos de interesse que se abrem para as relações sociais e o significado simbólico de consumo, com um interesse novo sobre os locais de espetáculos e de consumo que caracterizam as sociedades pós-modernas, por parte dos geógrafos. Alguns teóricos franceses, sociólogos, como De Certeau e Lefebvre tiveram um papel importante com uma visão científica do espaço. No caso de Lefebvre, apresentando-o como algo que é vivido, percebido e concebido implicando em relações sociais de poder.

A partir de 1986 os anglo-saxônicos, representados por Cosgrove (1988), Duncan (1990), Anderson (1992) e Price e Lewis (1993) entre outros, citados por McDowel (1996), principiam a falar em uma nova geografia cultural fortemente ligada à pós-modernidade. A porta-voz desta nova tendência é a Revista *Ecumene*, lançada em 1994.

A reconstrução da geografia cultural na França não rompeu com as tendências anteriores e, assim sendo, procurou enriquecer e integrar as novas abordagens àquelas já existentes. Foi o caso, por exemplo, de Joël Bonnemaïson que, a despeito da perda de interesse dos geógrafos de uma maneira geral, pelo exotismo dos países tropicais, conseguiu renovar e avançar nos estudos tropicais, na leitura e abordagem sobre o povo da Ilha de Tanna – “La dernière île” (1986). Guiado pelo simbolismo mágico-religioso de Mircea Eliade, Bonnemaïson busca apreender a sociedade local pelo caminho do mito para, na decodificação dos símbolos, desvelar o território. Este é eleito como sua categoria geográfica de análise e é um território cultural revelado, neste estudo tropical.

Nos estudos dos fatos culturais e representações citam-se Berque e Claval. Berque se inspira em J. Piaget, G. Durand e Husserl e os intelectuais japoneses para propor um novo método de geografia



cultural. “Vivre l’espace au Japon”, (1982) seu primeiro livro com este método, foi considerado como modelo de análise em geografia cultural.

Observou-se, nos últimos tempos, por parte dos geógrafos, um interesse renovado por Dardel e sua obra já citada, “L’Homme et la terre”. Dardel inspira-os a explorar o universo científico concomitantemente com o universo dos sentidos fazendo apelo ao imaginário e à imaginação. Pouco a pouco estes termos introduzem-se no vocabulário dos geógrafos que incorporam a geograficidade proposta por Dardel. Para outras percepções do espaço, os franceses tiveram o aporte de sociólogos como Sansot (1986) e Bachelard (1957), despertando-os para visões mais sensíveis sobre o espaço.

Os aspectos materiais da cultura ainda têm importância: as paisagens são temas preferidos por Berque (1985), paixões e gostos das pessoas interessam ao casal Kayser (1986); Pitte (1986) e Claval (1995a, b.) redescobrem a etnogeografia.

Como núcleo vivificador da geografia cultural merece destaque o Laboratório “Espace et Culture – Villes et Civilisations”, da U.E.R. de Géographie - Paris IV- Sorbonne, em atividade desde 1981. Paul Claval, seu fundador, por mais de dez anos esteve à frente desse laboratório, animou e incentivou as pesquisas e reflexões, estimulando as novas idéias e temas no âmbito da geografia cultural. Este laboratório, graças a Claval, obteve projeção internacional. Para os inúmeros geógrafos brasileiros que acolheu, desde sua fundação, e que por ali passaram fazendo doutorado ou estágio pós-doutoral, esse laboratório foi, sem dúvida, o local do encontro e da descoberta para as reflexões sobre a geografia cultural. Associada ao mesmo, desde 1992, a revista *Géographie et Cultures* dá corpo e vez à produção nesta temática.

A “crise” possibilitou uma reconstrução da geografia cultural pela renovação das leituras, de novos interesses e pela incorporação de outros elementos teórico-metodológicos. Cabe ressaltar que a “crise” decorrente da própria “falta de fôlego” teórico-metodológico da geografia cultural para acompanhar e abarcar a complexidade cultural das sociedades contemporâneas pôde ser administrada no seio da própria área e se recompor. Neste caso, falar em crise pode ser um exagero e por isso esse termo crise consta com aspas neste último parágrafo.



4 - SOBRE A BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA

Conforme venho discutindo, diversos autores esforçaram-se para que a abordagem na geografia cultural apresentasse uma metodologia científica; todavia, não é possível afirmar que exista uma unidade teórico-metodológica na geografia cultural, fato que é consenso entre aqueles que adotam esta abordagem. Também creio ter deixado claro que as referências da geografia anglo-saxônica são diferentes daquelas da geografia francesa. Para McDowell (1996), após a Segunda Guerra Mundial - marco que ela utiliza, mas cujas as razões não esclarece - a geografia cultural adotou duas abordagens distintas: a que define a cultura como conjunto de significados compartilhados expressos nas práticas sociais de um lugar e a que tem como foco a cultura e a interpretação de padrões de significado na paisagem. Estudioso da geografia cultural francesa Claval (1995b) observa que, ao fazer do homem o centro de sua análise a geografia cultural foi obrigada a novas abordagens. Esta nova Geografia teria então três eixos complementares e igualmente necessários: o das sensações e das representações, da cultura pela ótica das comunicações e, um terceiro, o de cultura apreendida na perspectiva da construção de identidades, destacando o papel do indivíduo e das dimensões simbólicas da vida coletiva.

O que McDowell e Claval apontam não é novo, posto que já se vislumbravam estas preocupações nos estudos mencionados a partir da década de 1980. O cerne da discussão não deve, todavia, se posicionar na demarcação de novo ou velho mas, sim no incontestável registro do esforço de sistematização desses dois geógrafos e a contribuição advinda de suas obras.

Revedo as proposições metodológicas destaque, resumidamente, algumas comumente empregadas, não desconsiderando que outras já foram devidamente expostas no item anterior.

Segundo Pocock (1984), a metodologia da geografia cultura é a observação, a experiência e a reflexão. Também para ele têm valor a personalidade, a intuição, a experiência e a reflexão do pesquisador. Os estudos devem contemplar descrições qualitativas detalhadas ou discussões de grupos nos quais são evidenciadas as experiências.

Já Frémont (1976) sugere o espaço vivido que está para a geografia cultural assim como a “experiência vivida” está para a



Fenomenologia Husserliana. O espaço vivido é proposto por Frémont como um espaço de vida, construído e representado pelos sujeitos sociais que circulam neste espaço mas também pelo geógrafo que, para interpretar, precisa penetrar este ambiente. Conclui-se, pois, que cada geógrafo deve possuir “sua” região, “seu” espaço e não há uma metodologia única de análise. A sugestão é de considerar o espaço como uma dimensão da experiência humana dos lugares, dedicando uma atenção especial às redes de valores e de significações materiais e afetivas.

Utilizando-se esta abordagem, os geógrafos dele adeptos pretendem contrapor-se à geografia racionalista, considerada como negligenciadora do fato de o espaço ser cotidianamente apropriado pelos grupos que nele habitam. Frémont recomenda uma volta ao passado e a combinação regional que, segundo ele, está no centro do método geográfico. A região que define, simultaneamente, um espaço de pertencimento e de exclusão a uma comunidade dada inscreve também a inteligibilidade do sentimento regional vivido pelos signos identitários. Assim, a compreensão de uma região é obrigatoriamente definida por uma relação de empatia entre o pesquisador e este espaço. Como já comentei, a cada geógrafo corresponde uma região, um espaço vivido; e a proximidade física e afetiva são elementos fundamentais para que ele se torne um personagem efetivo na comunidade/região.

Frémont enfatiza neste seu viés a influência da psicologia genética e da psicanálise como dois elementos de base para a investigação do vivido. Com esta abordagem, os geógrafos culturalistas tratam das representações de ordem simbólica que estruturam uma atitude e uma concepção dada em relação a um espaço de referência. A ordem simbólica, composta de valores, de representações, de imagens espaciais vividas não está ligada à racionalidade e para chegar à interpretação é preciso, primeiramente, apreender o código complexo.

Este procedimento metodológico implica, pois a ausência de uma universalidade, o geógrafo lidando com as individualidades, o excepcional na geografia. Também com este procedimento a análise da ordem simbólica concede uma importância fundamental ao lugar, visto como uma combinação de elementos a serem decodificados como uma linguagem.



“Espaço vivido” é uma noção bastante controversa. Cito como exemplo Gomes (1996) no capítulo referente à geografia humanista em seu livro *Geografia e Modernidade*. Nele, espaço vivido é citado como “uma categoria”, “unidade metodológica”, “abordagem” e como ponto de vista. Sem entrar no mérito da discussão, identifico no “espaço vivido” um arcabouço estrutural para entender e interpretar a realidade social. Assim sendo, ele pode ter o status de metodologia.

Anne Buttmer (1982, p.171) também admite: “Há dificuldades em relacionar a noção de “mundo vivido” à de linguagem e esforço geográfico”. Contudo, ela enfatiza que os geógrafos reconhecem o papel ativo exercido pelo meio físico e cultural, a formação da experiência humana do mundo. Para ela (p.180) o sentido de mundo vivido emerge como “facetas pré - conscienciosamente dadas da experiência diária de lugar. Retorna-se à noção de *genre de vie* e aos padrões rotineiros aceitos de comportamento e interação”. Buttmer deixa evidente que o parceiro da geografia nesta apreensão do mundo vivido é a fenomenologia.

O recurso da fenomenologia permeou tanto a geografia francesa quando a geografia anglo-saxônica. Relph e Tuan, nos anos 70, aplicaram sistematicamente esta abordagem. Tuan (1977, p.9) enfoca a experiência como “qualquer maneira pela qual uma pessoa conhece e constrói a realidade”, isto é, as diversas maneiras pelas quais as pessoas sentem e pensam a respeito de lugar. Claval (1984a) é favorável à fenomenologia, dizendo que as abordagens fenomenológicas são muito úteis no esclarecimento da fusão de grupos, sua construção e suas barreiras psicológicas. Cabe esclarecer que muitas características da abordagem do espaço vivido como lugar e experiências vividas cotidianamente são similares àquelas da fenomenologia.

Todavia, não faltam críticas como a abordagem mencionada acima pode ser eclética, ambígua, e o lugar do subjetivismo na ciência, causa confusão entre os conceitos de estrutura e essência, a intersubjetividade. Alguns autores chegam mesmo a dizer que os únicos estudos sérios dos geógrafos fenomenologistas são aqueles para aprofundar melhor nossa relação com a linguagem da vida, da arte e da ciência.



Os geógrafos culturalistas anglo-saxônicos fortaleceram-se em torno de estados culturais e de história social e na nova escola do paisagismo.

Para a primeira vertente, a ênfase é dada a um materialismo cultural e nela é destacada a influência de Gramsci – as políticas da cultura cotidiana, ressaltando seu interesse em saber como idéias, ideologias, padrões culturais, significados e divisões sociais aceitas se firmam e são acolhidos dentro de uma sociedade sem o uso da força. Hall se inspirou em Gramsci para elaborar uma demonstração de como os fenômenos culturais e a organização da vida cotidiana aumentam o domínio do controle capitalista em sociedades industriais avançadas.

McDowell inclui, na segunda vertente, o percurso feito pela mesma apontando uma tendência da escola paisagista atual em direção às humanidades. Esta escola caracteriza-se por uma diversidade de tendências e abordagens.

No campo da Geografia Cultural francesa destaca-se a etnogeografia. Esta convida a refletir sobre a diversidade dos sistemas de representação e de técnicas pelas quais os homens agem sobre o mundo, tiram partido da natureza para se alimentar, vestir, morar, modelam o espaço à sua imagem e em função de seus valores e de suas aspirações, conforme Claval (1995a).

5 - PERCURSOS DE RENOVAÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Uma das mais marcantes características da geografia cultural contemporânea é a percepção de que o conhecimento é múltiplo e situacional, de que existem muitas maneiras de ver e ler a paisagem.

A investigação de múltiplos discursos acerca de lugar e identidade, revela os antes ignorados sentidos de lugar e visões das paisagens construídas mais pelos destituídos do que pelos possuidores. Crescem os estudos sobre o “outro”, a alteridade. Incorporam-se estudos sobre as maneiras como a representação simbólica de paisagem reflete relações de poder. Emergem, entre as mulheres, críticas sobre a validade das representações do mundo feitas só pelos homens.

É pelas questões fundamentais que a geografia cultural aponta que a mesma adquire pertinência em alguns domínios. Questões acerca de significados, representações, a elaboração de um sentido



próprio baseado em lugar nas sociedades multiculturais são, atualmente, um foco unificador em geografia cultural.

Vivemos, segundo Jameson (1991), no hiperespaço, um domínio no qual a experiência local não mais coincide com o lugar onde ela acontece, nos lembra McDowell, aturdindo os seguidores de Sauer. Modernamente, imagens e significados estão sendo desvencilhados do mundo real e a vida “real” começa a imitar as imagens que a mídia nos oferece.

Neste mundo de mundialização cultural, conforme Ortiz (1994) o atual desafio para os geógrafos culturalistas é investigar como as interconexões entre forças globais e particularidade local alteram os relacionamentos entre identidade, significado e lugar.

Outros questionamentos são sobre as maneiras como um sentimento de identidade, comunidade e nacionalidade permanece enraizado em um lugar. Estes desafios somente poderão ampliar as possibilidades teórico-metodológicas da geografia cultural, pois esta já se consolidou como uma abordagem possibilitadora de renovação e reconstrução da ciência geográfica.

Finalizando, esclareço que foi proposital a não apresentação de uma definição da geografia cultural. Pareceu-me que a melhor forma de fazê-la seria nas discussões ao longo destas páginas, e que ela deveria ser apreendida na subjetividade do leitor. Ao não tratar a geografia cultural brasileira, sem dúvida merecedora de apresentação, remeto este assunto para outros artigos e autores.

6 – REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; COSTA, E. B. Geografia e Cultura. A vida nos lugares e os lugares da vida. Goiânia: Ed. Vieira, 2008.

ALMEIDA, M.G. (org.) Tantos Cerrados. Goiânia: Editora Vieira, 2005.

_____.RATTS, A. J. P. Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

_____. “Geografia Cultural e Geógrafos Culturalistas: uma leitura francesa”.GEOSUL, N. 15, 1993 p. 40-52.

BACHELARD, G. La poétique de l’espace. Paris, P. U. F., 1957.



BERQUE, A. Vivre l'espace au Japon. Paris: P. U. F., 1982.

_____. "Raisonnement à plus d'un niveau: le point de vue culturel en géographie". L'Espace géographique. n.4, 1981, p. 289-290.

BONNEMAISON, Joël. La dernière île. Paris: Arlea - ORSTOM, 1986.

_____. "Voyage autour du territoire". L'Espace Géographique, tome X, n. 4, Paris: Doin, octobre/décembre 1981, p. 249-262.

BUTTIMER, Anne. "Apreendendo o Dinamismo do mundo vivido". In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982, 165-194.

CAPEL, H. Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea. Barcelona: Editora Barcanova, S.A., 1981.

CLAVAL, P. Géographie Culturelle. Paris: Nattan, 1995b.

_____. SINGARAVELOU, (sous la dir. de.). Ethnogéographies. Paris: L'Harmattan, 1995a .

_____. "La géographie sociale et culturelle." In: BAILLY, A. et al. Les concepts de la géographie humaine. Paris: Masson, 1984a, p 67-84.

CLAVAL, P. Géographie Humaine et Economique Contemporaine. Paris, P. U. F., 1984.

CORREA, R. L. A. "A Dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas". In: Revista Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-21, 1995.

COSTA, H. R. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. TERRA LIVRE, v. 7, p. 63-92, 1990.

DARDEL, Eric. L'Home et la terre, nature de la réalité géographique. Paris P. U. F. Collection Nouvelle Enciclopedie Philosophique, 1952.

DUNCAN, J. The City as Text: the Politics of Landscape Interpretations in the Kandyan Kingdom. Cambridge University Press, 1990.

FREMONT, A. La Région espace vécu. Paris: P. U. F. Collection de Géographie, n. 19, 1976.



- GALLAIS, J. Le Delta Intérieur du Niger étude de Géographie Régionale. Dakar, I. F. A. N., 1967.
- GOMES, P. C. Geografia e Modernidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOUROU, P. Les paysans du delta tonkinois-étude de géographie humaine. Paris: Editions d'Art et d'Histoire., 1936.
- _____. Pour une géographie humaine. Paris: Flammarion, 1973.
- HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- JAMESON, F. Post-modernism, or the cultural logic of late capitalism. Londres: Verso, 1991.
- KAYSER, (Bernard et Renée) L'Amour des jardins. Paris: Arléa, 1986.
- LA BLACHE V. Principios de Geografia Humana. Lisboa: Cosmos, 1954.
- MEITZEN, A. Siedlung und Agrarwesen der West-germanen und Ost-germanen, der Kelten, Römer, Finnen und Slawen, Berlin: Hentz, v.4, 1885.
- McDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. (Orgs.). Geografia humana – sociedade, espaço e ciência social, Rio de Janeiro: 1995.
- HARDY, G. La Géographie Psychologique. Paris: Gallimard, 1939.
- ORTIZ, R. Mundialização e cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- PLANHOL, X. Les fondements géographiques de l'histoire de l'Islam. Paris: Flammarion, 1968. 442 p.
- PLATT, Robert S. "Ascensão da Geografia Cultural na América". In: Revista Espaço e Cultura, nº 2. Rio de Janeiro: NEPEC/UERJ, 1996
- PITTE, J. R. Terres de Castanides-Hommes et paysages du Châtaignier de l'antiquité à nos jours. Paris: Fayard, 1986.
- POCOCK, D. C. "La géographie humaniste". In: BAILLY, A. et al. Les concepts de la géographie humaine. Paris: Masson, 1984, p 139-142.



RELPH, E. Place and Placelessness. Londres: Pion, 1976.

ROBIC, M. C. Epistémologie de la géographie. In: BAILLY, Antoine. FERRAS, Robert. PUMAIN, Denise. Encyclopédie de Géographie. Paris : Economica, 1992, 55-73.

SANSOT, P. Les formes sensibles de la vie sociale. Paris: P. U. F, 1986.

SAUER, C. The morphology of landscape. University of California Publications in Geography, 1925, vol. 2, p.19-54.

SAUTTER, G. De l'Atlantique au fleuve Congo-une géographie de sous-peuplement. Paris: La Haye/Mouton, 1966.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: the perspective of experience. Minnesota: University of Minnesota, 1977 (traduzido no Brasil em 1983).

UNIVERSIDADE ABERTA. Humboldt, Ritter, Vidal de la Blache y otros. Geografía, Ciencia humana, Introducció, notas y selección de textos: Ricardo Figueira. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1987.

WILLIAMS, R. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZUKIN, S. Landscapes of Power: from Detroit to Disney World. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1991.



A INÚTIL OPOSIÇÃO NATUREZA X CULTURA NA COMPLEXIDADE AMBIENTAL DAS TRAMAS CONTEMPORANEAS⁶

Maria Augusta Mundim Vargas⁷

RESUMO

Este artigo procura levantar questões sobre a persistente oposição entre natureza e cultura. Apesar dos movimentos sociais, institucionais e acadêmicos ocorridos a partir do último quartel do século XX, a relação homem-natureza ainda é posta como oposição em nosso pensamento, predominantemente, mecanicista.

Palavras-Chave: natureza, cultura, complexidade ambiental.

L'INUTILE OPPOSITION NATURE X CULTURE ET LA COMPLEXITÉ DE L'ENVIRONNEMENT DANS LES RAPPORTS CONTEMPORAINS

RESUME

Cet article met en question l'opposition persistante entre la nature et la culture. Malgré l'occurrence des plusieurs mouvements sociaux, institutionnels et scientifiques dès le dernier quartier du XX^{ème} siècle, la relation homme X nature est encore proposéé comme une opposition et l'approche mécaniciste domine notre raisonnement.

Mots-clés: nature, culture et complexité environnementale.

⁶ Trabalho apresentado na mesa “Complexidade Ambiental nas Tramas Contemporâneas” – Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade – Campus Universitário da Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 22 de novembro de 2007.

⁷ Professora Doutora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia e do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. Diretora do Centro de Extensão e Ação Comunitária.



1 - BALIZAMENTO

O enunciado do tema, de pronto, levou-me ao balizamento da crise (ou crises como preferem os mais meticolosos) das ciências e das técnicas, escancarada na década de 70 do século passado quando, após os movimentos de contracultura dos anos 60, a organização da Nações Unidas promoveu a reunião de Estocolmo, com chefes de Estados, para tratar de meio ambiente e direitos humanos.

Duas décadas após, um novo apelo (ainda vivenciávamos a crise!) e, desta vez, sob a bandeira do “Nosso Futuro Comum”, a ONU cria a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) e, realiza no Rio de Janeiro, a Rio-92. Apelo porque difundiu a idéia de que desenvolvimento, progresso e crescimento têm limites balizados pelos limites de uso dos recursos, aqui claramente vinculados ao desenvolvimento das técnicas e a tecnicização dos recursos.

Tal e tão grande apelo conduziu-nos a refletir sob a perspectiva da sustentabilidade que, por sua vez, conduziu-nos a refletir o desenvolvimento sob a perspectiva de valores culturais e ambientais.

Desta forma, as tramas contemporâneas da complexidade ambiental inserem-se na visão de que o mundo é plural, múltiplo, como coloca Ianni (1997) “um caleidoscópio desconhecido, surpreendente [...] ao mesmo tempo que expressa e deflagra processos de homogeneização, provoca diversidades, fragmentação, antagonismos”.

Apresento então, o balizamento, ou melhor, os limites de minha reflexão momentânea (não fruto do momento) sobre a complexidade nas tramas contemporâneas, lembrando, a mim e a vocês, que realidades complexas não são produzidas pelo acaso. Como afirmado por Michel Serres (1990), a globalização fez mudar nossa relação com o mundo “antes ela era local-local; agora é local global [...] temos uma nova relação com o mundo, porque o vemos por inteiro” e, nesse contexto, apreendemo-lo complexo.

A complexidade encerra qualidade ou caráter do que é complexo. Complexo (do latim *complexu*) adjetiva aquilo que abrange ou encerra muitos elementos ou partes; observável sob diferentes aspectos, mas também, confuso, complicado e intricado (FERREIRA, s/d).



Então vejamos! O ambiente, ou “a complexidade ambiental”, encerra tanto um “objeto”, seja ele a natureza, os espaços naturais e os espaços construídos, mas, também e, sobretudo, as relações que se estabelecem no meio daquele “objeto”, isto é, a dinâmica e os processos de interdependência, sobredeterminação, exclusão, substituição, inclusão, eliminação que, em última instância, definem e delimitam seres e objetos, nesse ou naquele meio.

Colocando-nos nessa idéia de ambiente, o homem histórico proporcionou a ocorrência de transformações, mas também, a idéia de manutenção das pré-condições de sobrevivência da espécie humana em relação de co-evolução com outras espécies vivas. É o que afirmou Meadows em 1972, é o que sinaliza os pressupostos da sustentabilidade.

Com efeito, a manutenção das pré-condições de sobrevivência foi basculada quando os limites do desenvolvimento foram postos em discussão, delineando a crise das ciências e das técnicas. Crescer sem destruir (SACHS, 1986) apresenta-nos desde 1976, os pressupostos do ecodesenvolvimento e Nosso Futuro Comum, em 1985, aqueles do desenvolvimento sustentável, como um processo que proporciona e possibilita a satisfação das necessidades das populações atuais de forma tal que não comprometa as pré-condições de sobrevivência das gerações futuras.

Ora, a crise das ciências e das técnicas, trouxe-nos a consciência de que a ciência não afirma uma verdade final e absoluta, mas sim, verdades temporárias e, neste contexto, nossa contemporaneidade é marcada, no sentido de emblematicizada, pelo entendimento de que o mundo mudou com a nova visão do que é ambiente, de que nós mudamos ao percebermos que não mais somos a medida de todas as coisas.

Assim, podemos afirmar que na contemporaneidade da globalização abre-se “um caleidoscópio surpreendente”, como colocado por Ianni, nele incluso, a reprogramação da natureza e a recombinação da vida mediatizada pelas técnicas.

A reprogramação da natureza e a recombinação da vida mediatizada pelas técnicas significa, em sua essência, a revisão de nossos sistemas de valores aí incluso os fins da natureza humana e não-humana, os direitos do ser humano, em que pese a satisfação de suas necessidades e, como contraponto, a manutenção da diversidade para as gerações futuras. Significa uma nova (nova???) ética como



abordaram e vêm abordando tantos ao longo da história da humanidade de que temos registro.

Após 1970, marco que estabeleci para essa reflexão posso citar Edgard Morin (*A natureza da natureza*), Felix Guatarri (*As três ecologias*), James Lovelock (*As eras de Gaia*), Schumacher (*small is beautiful*), Humberto Maturana e Francisco Varela (*A árvore do conhecimento: bases biológicas da compreensão humana*), Enrique Leff (*Ecologia, capital e cultura*), Fritjof Capra (*O ponto de mutação e A teia da vida*), Ignacy Sachs (*crescer sem destruir e tantos outros sobre desenvolvimento sustentável*), Yi Fu Tuan (*Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio Ambiente*); mas também, no Brasil, Marcos Reigota (*Meio ambiente e representação social*), Genebaldo Freire Dias (*Educação ambiental*), Carlos Walter Porto Gonçalves (*Os (dês) caminhos do meio ambiente*), Leonardo Boff (*Ethos mundial e saber cuidar*), Hector Leis (*A modernidade insustentável*) e tantos outros, sobretudo coletâneas organizadas por Clovis Cavalcanti (*Fundação Joaquim Nabuco*), Paulo Freire (*UFSC*), Carlos Eduardo Lins da Silva (*Edições Loyola de 1978: Ecologia e sociedade*).

2- A INÚTIL OPOSIÇÃO NATUREZA X CULTURA

Um dos desafios que se apresentam nas tramas contemporâneas da complexidade ambiental encontra-se na necessária ruptura definitiva da oposição natureza X cultura.

Podemos sinalizar algumas referências.

A década de 1970 caracterizou-se pelos embates epistemológicos, teóricos e metodológicos, no âmbito dos quais emergiram uma nova visão de ambiente, meio ambiente e qualidade de vida. No âmbito desses embates emergiram diferentes sub-campos do conhecimento que confluíram, já na década de 1980, para a produção de um pensamento crítico sobre o significado dos valores culturais e sobre os limites de uso da base de sustentação das relações sociais e políticas, ou seja, dos recursos naturais.

Bem próximo das colocações de Maturana e Varela (2001), Carlos Walter Porto Gonçalves (1988), destaca em sua obra já citada, *Os (des)caminhos do meio ambiente*, o pensamento de Edgard Morin sobre a epistemologia da complexidade: pressupõe o pensamento multidimensional que contém as dimensões individual, social e



biológica. Ele desconstrói os três eixos constitutivos da ciência moderna, quais sejam i) a oposição homem e natureza; ii) a oposição sujeito-objeto e; iii) o paradigma atomístico-individualista. Ele nos mostra que a ciência e a técnica são condições necessárias, mas não suficientes para garantir um uso racional dos recursos naturais.

Homem e natureza são concebidos como parte de um mesmo processo de constituição de diferenças. É em meio à destruição/criação que os ecossistemas (e nós inseridos nesta concepção) aparentam harmonia. O foco desloca-se. Não é a estabilidade, é a aptidão para construir estabilidades novas; não é o regresso ao equilíbrio, é a aptidão à reorganização.

Um aspecto importante nessa desconstrução do pensamento social hegemônico, leia-se do paradigma científico hegemônico e vigoroso nos anos 1950, 60 e 70, até abrir-se em crise, fez-nos compreender que a crise não era tão simples, que não se tratava apenas de refutar um conhecimento teórico, mas, sobretudo, a aplicação do conhecimento teórico, ou seja, o conhecimento tecnológico.

Com efeito, produzimos explicação da ciência, de seus sucessos e fracassos não a partir da evolução do estado de conhecimento e, sim, a partir do que sabemos sobre a evolução da ciência e do que, a partir desse conhecimento queremos (KUHN, 1975).

A questão é complexa porque o conhecimento atual da natureza é teórico e tecnológico. E, na complexidade ambiental das tramas contemporâneas, a oposição natureza X cultura parece-nos inútil e até mesmo, arcaica, pois embora a natureza seja natural, o conceito (o nosso pensamento) de natureza não o é. Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza (GONÇALVES, op.cit.).

Sabemos sobre nossa evolução que o conhecimento cultural de um domínio da natureza acaba por transformar a cultura e, assim, entendo que a persistência da oposição de ciências da natureza X ciências humanas, mantém-nos ofuscados, ou melhor, impede-nos de avançar em questões fundantes da complexidade ambiental contemporânea tais como: o domínio, o controle e a transformação da natureza.

Como coloca Coimbra (2002, p. 50), é falso o dilema “ou ambiente ou desenvolvimento. O meio ambiente é fonte de recursos para o desenvolvimento [...] são termos recíprocos, que não se



entendem isolados [...] o desenvolvimento se processará em função do Homem e não às custas do Homem.”

Sobre esse aspecto, apresento três considerações, que em verdade, provocam o aprofundamento da reflexão e sinalizam caminhos mais seguros para a necessária aplicação das recombinações:

1- Sabemos, infelizmente sem generalizar, porém como afirmação de um valor ético, que enquanto permanecer a idéia de evolução das ciências da natureza distinta das ciências humanas, enquanto existirem lados diferentes, conceitos que se opõem e pré-conceitos de ambas as partes; radicalismos, especializações alienantes, controladores e dominadores de conhecimentos tecnológicos, continuaremos entendendo as tramas complexas pelo controle e pelo domínio de conhecimentos.

2- Na complexidade ambiental das tramas contemporâneas, sabemos que os limites do desenvolvimento, vinculados à sustentabilidade, somente serão sustentáveis se o desenvolvimento das técnicas e a tecnicização dos recursos estiverem vinculados a valores sociais, culturais e ambientais, delimitados pelo “o que queremos”. Somente assim estaremos garantindo as pré-condições de sobrevivência da espécie humana e ultrapassando a concepção arcaica de homem moderno, atado ao progresso das coisas e à “coisificação” da natureza;

3- Como colocado por Coimbra (op. cit. p. 384-385) ao discorrer sobre a ecologia interior: “as preocupações científicas do mundo contemporâneo, ainda mecanicista, persistem na obsessão pelo conhecimento do *mundo objetivo*. A crua objetividade com que se busca o mundo físico tem empurrado para a penumbra a preocupação com a subjetividade humana. No entanto, é nessa subjetividade menosprezada que poderemos encontrar respostas exclusivas para o bom relacionamento Homem-Natureza. O *ethos* mundial e o *ethos* ambiental apostam mais na subjetividade humana do que na objetividade científica, não obstante, tal objetividade e tal subjetividade serem complementares entre si, como aspectos distintos de uma mesma realidade”.

Com efeito, viver é mais do que sobreviver!



3 – REFERÊNCIAS

COIMBRA, José de Avila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente**. Campinas/SP: Millenium, 2002.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da língua portuguesa**. 1ªed., 4ª impressão, Rio de Janeiro: s/d, p.355.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (dês) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1988.

KUHN, Thomas – **La estrutura de las revoluciones científicas**. Trad. Augustin Contin. Madrid: Fundo de Cultura Económica, 1975.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

MEADOWS, D. L. (org.) **The limits to growth**. Nova York: Universe Books, 1972.





O AGRONEGÓCIO E A RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NO BRASIL – 1990 - 2006

Antonio Nivaldo Hespanhol⁸

RESUMO

O agronegócio apresentou significativa expansão nas últimas décadas e a agricultura brasileira se tornou um importante mercado para as indústrias de máquinas, implementos, fertilizantes e biocidas e fornecedora de matérias-primas para as agroindústrias. A participação do agronegócio nas exportações é expressiva e as *commodities* agrícolas são responsáveis pela geração da maior parte dos *superávits* da balança comercial brasileira. Ao se analisar distribuição espacial da produção das cinco principais lavouras do país nos anos de 1990 e de 2006 se constata que houve forte deslocamento da produção de soja e milho em direção às zonas de cerrado do centro, norte e nordeste do país; a concentração da produção de algodão nos estados de Mato Grosso e Bahia e do café nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; A produção de cana-de-açúcar, que já apresentava forte concentração no Estado de São Paulo no ano de 1990, tendeu a se concentrar ainda mais neste estado e no Paraná e Minas Gerais, reduzindo fortemente a importância relativa dos estados do nordeste na produção e na área cultivada com cana-de-açúcar.

Palavras-Chave: Produção, agronegócio, agricultura, modernização, área de cultivo.

AGRIBUSINESS AND THE SPACE RECONFIGURATION OF THE MAIN FARMING IN THE BRAZIL – 1990 - 2006

ABSTRACT

The agribusiness presented significant expansion in the last decades and the Brazilian agriculture became an important market for the industries of machines, implements, fertilizers and biocides and supplier of raw materials for the agriindustries. The participation of the agribusiness in the exports is expressive and the agricultural

⁸ Geógrafo, Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente e membro do Grupo de Estudos “Dinâmica Regional e Agropecuária” (GEDRA). E-mail: nivaldo@fct.unesp.br



commodities are responsible for the generation of most of the superávits of the Brazilian trade balance. Analyzing space distribution of the five main farming production of the country in 1990 and in 2006 it is verified that there were strong displacement of the soy and corn production towards the cerrado (savannah) areas of the center, north and northeast of the country; the concentration of cotton production in the states of Mato Grosso and Bahia and of the coffee in the states of Minas Gerais and Espírito Santo; The sugarcane production, that already presented strong concentration in the State of São Paulo in 1990, tended to concentrate more in this state and in Paraná and Minas Gerais, strongly reducing the relative importance of the states of the northeast in the production and in the area cultivated with sugarcane.

Keywords: Production, agribusiness, agriculture, modernization, cultivation area.

1 - INTRODUÇÃO

Neste texto se tratará da magnitude do agronegócio brasileiro em termos de Produto Interno Bruto (PIB) e de participação nas exportações. Também se analisará a distribuição espacial das principais lavouras do país, tomando-se como referência os dados referentes à produção e área cultivada com soja, milho, cana-de-açúcar, café e algodão nos anos de 1990 e 2006.

O texto foi elaborado com base em referencial bibliográfico e em dados publicados pelas seguintes instituições: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA-USP); e, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

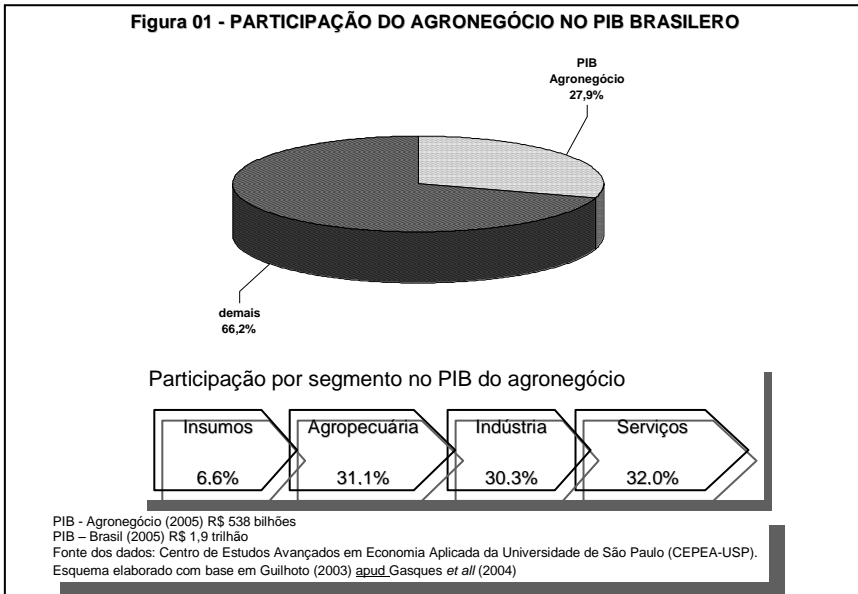
2 - A DIMENSÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O agronegócio brasileiro apresentou significativa expansão nas últimas décadas. Mesmo assim, a participação do agronegócio no conjunto da economia nacional tem declinado desde os anos 1950. De acordo com Montoya e Guilhoto (2000) a participação do



agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) nacional decaiu de 51,4% no ano de 1959 para 28,9% no ano de 1995⁹.

Considerando o PIB do agronegócio, os insumos representam 6,6%, a produção agropecuária perfaz 31,1%, a indústria 30,3% e os serviços participam com 32,0% do total, conforme se verifica na Figura 01, elaborada a partir de dados da CEPEA-USP, referentes ao ano de 2003 e apresentados por Silva e Nonnenberg (2007).



A agricultura brasileira se tornou um importante mercado para as indústrias de máquinas, implementos, fertilizantes e biocidas e grande fornecedora de matérias-primas para as agroindústrias.

As indústrias de máquinas agrícolas se instalaram no país a partir do final da década de 1950. Tais empresas integram o setor metal-mecânico e de transportes e produzem tratores, colheitadeiras, além de outras máquinas. Neste segmento predominam empresas multinacionais de grande porte, as quais exercem forte influência sobre as tecnologias mecânicas utilizadas nos processos produtivos agrícolas. Entre as empresas que exploram o mercado brasileiro de

⁹ A participação do agronegócio no PIB nacional varia de 27 a 35%, de acordo com os critérios que são empregados para o seu dimensionamento.

máquinas agrícolas se destacam: Case New Holland, John Deere, a Valtra, Agrale, AGCO, Jacto, Ford e Santal.

No mesmo período (décadas de 1960 e 1970) foi implantado no país um conjunto de empresas de diferentes magnitudes que produzem uma variedade de implementos agrícolas a exemplo da Marchesan, Baldan, DMB, Stara, entre outras.

As empresas que operam no mercado de fertilizantes químicos, biocidas e sementes se instalaram no país a partir dos anos 1970, se destacando a Monsanto, a Basf, a Bayer e a Syngenta.

As empresas ligadas ao processamento de matérias-primas, as chamadas agroindústrias, também apresentaram grande expansão a partir dos anos 1960, apesar de algumas delas já atuarem no Brasil desde a primeira metade do Século XX, como são os casos da SANBRA e da Bunge (então Moinhos Santista). Neste ramo predominam os gigantes do comércio internacional de alimentos, destacando-se: a Bunge, a Cargill, a Nestlé, a Danone e a Archer Daniels Midland Company (ADM), além de grandes empresas nacionais tais como a Perdigão, a Sadia, a Votorantin, a CUTRALE, a Citrosuco e a Cosan, entre outras.

Algumas cooperativas agrícolas possuem importantes unidades de processamento agroindustrial como são os casos da COAMO – Agroindustrial Cooperativa; da COCAMAR - Cooperativa Agroindustrial; da COMIGO - Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano; da COPACOL - Cooperativa Agrícola Consolata Ltda; da COOPAVEL - Cooperativa Agroindustrial, entre outras.

Nos setores de armazenagem, transportes, distribuição e manutenção de máquinas agrícolas, distribuição de fertilizantes e biocidas, assistência técnica, informática, propaganda, *marketing* e muitos outros serviços, atua uma infinidade de empresas de portes variados, tanto de capital nacional quanto estrangeiro.

No ano de 2006, o agronegócio participou com mais de 35% das exportações totais do país e foi responsável por mais de 90% do saldo total da balança comercial brasileira.

Entre os anos de 2005 e 2006 houve expansão de 3,2% no PIB do agronegócio nacional de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA-USP). O valor total das exportações vinculadas ao agronegócio se expandiu 13,4% e o saldo



da balança comercial do agronegócio foi ampliado em 10,9% entre 2005 e 2006, conforme se verifica na Tabela I.

Tabela I – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL TOTAL E DO AGRONEGÓCIO – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDOS: 2005 e 2006 (EM BILHÕES DE US\$)

	2005				2006		
	Total	Agroneg.	Agroneg. \ Total %		Total	Agroneg.	Agroneg. \ Total %
Exportações	118,3	43,6	36,8		137,4	49,4	35,9
Importações	73,5	5,1	6,9		91,4	6,7	7,3
Saldo	44,7	38,5	86,1		46,1	42,7	92,6

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX - MDICE

Entre os produtos exportados pelo agronegócio brasileiro se destacam: soja (principalmente o farelo); as carnes de aves, suínos e bovinos; produtos florestais (principalmente celulose); suco de laranja; açúcar; álcool; fibras e produtos têxteis (principalmente algodão); frutas; tabaco; couros e peles; conforme se verifica na Tabela II.

Tabela II – BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: EXPORTAÇÕES, 2005 e 2006 (Em US\$ Bilhões)

Setores	2005	2006	Variação % Entre 2005 e 2006
Complexo Soja	9,47	9,31	-1,8
Carnes	8,19	8,64	5,5
Produtos Florestais	7,20	7,88	9,4
Complexo Sucroalcooleiro	4,68	7,77	65,9
Couros, Prod. De Couro e Peleteria	3,05	3,47	13,7
Café	2,93	3,36	14,9
Tabaco	1,71	1,75	2,6
Sucos de Frutas	1,18	1,57	32,5
Fibras e Produtos Têxteis	1,53	1,39	-9,0
Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	0,71	0,73	3,8
Outros	2,94	3,55	60,8
Total	43,59	49,42	13,4

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX - MDICE

O complexo sucroalcooleiro apresentou o melhor desempenho na balança comercial do agronegócio brasileiro entre 2005 e 2006, com expansão superior a 65% do valor exportado.

O complexo soja apresentou retração de 1,8% no valor das exportações entre 2005 e 2006 em decorrência da redução dos preços da leguminosa no mercado internacional, o que refletiu na queda da



sua participação nas exportações totais do agronegócio de 22% para 19% de um ano para outro.

O bom desempenho do complexo sucroalcooleiro nas exportações entre 2005 e 2006 se deveu tanto à elevação dos preços do açúcar e do álcool no mercado internacional como ao incremento do volume exportado dos dois produtos, especialmente do álcool.

Os *superávits* na balança comercial decorreu basicamente do bom desempenho dos setores exportadores de *commodities* agrícolas, os quais vêm apresentando grande expansão nos últimos anos. As exportações do agronegócio estão se aproximando a 50 bilhões de dólares anuais, enquanto que as importações de produtos vinculados ao agronegócio têm sido inferiores a 7 bilhões de dólares, fazendo com que o agronegócio cubra o *déficit* de outros setores.

Apesar da industrialização e da diversificação da economia, o Brasil continua com perfil essencialmente agroexportador. A participação do país no comércio internacional ainda é pouco expressiva. No ano de 2006 o Brasil participou com apenas 1,1% do valor total das exportações mundiais, se colocando na 23ª posição entre os países. No mesmo ano, o país fez apenas 0,7% do valor total das importações, se posicionando em 27º lugar entre os países importadores, de acordo com os dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE).

3 - VOLUME PRODUZIDO E ÁREA CULTIVADA COM AS PRINCIPAIS LAVOURAS NO BRASIL

Os estabelecimentos agropecuários do país ocupam cerca de 350 milhões de hectares, o que representa em torno de 40% da superfície total do território nacional.

No ano de 2006, as lavouras ocuparam 62,3 milhões de hectares, sendo 55,8 milhões de hectares em lavouras temporárias e 6,5 milhões de hectares em lavouras permanentes, representando apenas 17,5% da superfície total dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com estimativas da FIBGE.

As pastagens naturais e plantadas ocupavam em torno de 177,7 milhões de hectares quando da realização do último Censo Agropecuário da FIBGE (1995/96), perfazendo mais de 50% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país. As matas e florestas



naturais e plantadas ocupavam pouco mais de 90 milhões de hectares, representando 25% da área total dos estabelecimentos agropecuários e as áreas não utilizadas perfaziam 7% da área total, de acordo com a mesma fonte.

As lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar foram as que ocuparam as maiores áreas de cultivo do país no ano de 2006, de acordo com os dados da FIBGE. A área cultivada com soja ultrapassou a 22 milhões de hectares (35,4% da área total das lavouras); o milho ocupou a segunda maior área entre as lavouras, com quase 13 milhões de hectares (20,8% do total); a cana-de-açúcar ocupou 6,2 milhões de hectares (9,9% do total). As lavouras de feijão ocuparam 4,2 milhões de hectares (6,8% do total), as de arroz 3 milhões de hectares (4,8% do total). Entre as lavouras permanentes a que ocupou a maior área foi o café com 2,3 milhões de hectares (3,7% do total). Além destas lavouras merecem destaque, em termos de área cultivada, a mandioca com 1,9 milhão de hectares (3,1% do total) e o trigo com 1,7 milhão de hectares (2,8% do total), sendo estas as principais lavouras em termos de área de cultivo, perfazendo no conjunto 84,7% da área total de lavouras do país.

Em termos de valor da produção se destacaram a soja, com 18,4 bilhões de reais (18,8% do total), a cana-de-açúcar com mais de 16,9 bilhões de reais (17,3% do total), o milho com 9,9 bilhões de reais (10,1% do total), o café com 9,3 bilhões de reais (9,5% do total), a laranja com 5,3 bilhões de reais (5,4% do total) e a mandioca com 4,4 bilhões de reais (4,4% do total), perfazendo 61,0% do valor total, de acordo com os dados da FIBGE referentes ao ano de 2006¹⁰.

Neste texto serão analisadas as variações no montante da área de cultivo e no volume da produção de soja, milho, cana-de-açúcar, café algodão entre os anos de 1990 e 2006. As três primeiras lavouras indicadas são as principais do país em termos de valor da produção e de área de cultivo e as lavouras de café e algodão são bastante importantes e apresentaram significativas alterações nos seus sistemas produtivos e na localização das suas áreas de cultivo no período em apreço. Essas cinco lavouras, em conjunto, foram responsáveis por 60,9% da área total 47,6% do valor da produção das lavouras do país no ano de 1990 e por 71,4% da área e 58,5% do valor da produção das lavouras no ano de 2006.

¹⁰ As lavouras de arroz, feijão e trigo perfizeram, respectivamente, 4,4%, 3,6% e 1,0% do valor da produção total das lavouras do país no ano de 2006.



3.1 - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE SOJA

A soja ocupa a maior área de cultivo e é responsável pelo maior valor da produção entre as lavouras do país.

Entre os anos de 1990 e 2006 a área cultivada com lavouras de soja foi quase duplicada, elevando-se de 11,5 para 22,1 milhões de hectares, enquanto que a produção da leguminosa foi incrementada em 163%, passando de 19,9 milhões para 52,4 milhões de toneladas. O maior crescimento do volume produzido do que da área de cultivo se explica pela elevação de 28,7% na produtividade média da lavoura que passou de 1.732 kg/ha no ano de 1990 para 2.375 Kg/ha no ano de 2006.

Os estados de Mato Grosso, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Bahia foram os que apresentaram maior incremento nas áreas de cultivo e no volume produzido de soja entre 1990 e 2006, conforme se verifica na Tabela III.

Tabela III - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE SOJA NO BRASIL - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1990 e 2006

ESTADOS	PRODUÇÃO (Em toneladas)			ÁREA (Em Hectares)		
	1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006	1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006
Mato Grosso	3.064.715	15.594.221	408,83	1.552.910	5.822.867	274,96
Paraná	4.649.752	9.362.901	101,36	2.269.615	3.931.721	73,23
Rio G. do Sul	6.313.476	7.559.291	19,73	3.519.448	3.868.501	9,91
Goiás	1.258.440	6.017.719	378,18	1.001.690	2.494.060	148,98
Mato G. do Sul	2.038.614	4.153.542	103,74	1.286.382	1.907.688	48,30
Minas Gerais	748.794	2.453.975	227,72	558.387	1.009.366	80,76
Bahia	220.416	1.991.400	803,47	360.015	872.600	142,38
São Paulo	937.200	1.648.100	75,85	561.200	656.600	17,00
Maranhão	4.176	931.142	22197,46	15.305	383.284	2404,30
Santa Catarina	537.365	798.809	48,65	369.953	331.627	-10,35
Tocantins	35.140	742.891	2014,08	30.120	329.220	993,03
Piauí	906	544.086	59953,64	1.560	232.009	14772,37
Rondônia	9.252	273.701	2858,29	4.640	103.110	2122,20
Pará	-	209.864	-	-	72.335	-
Distrito Federal	79.554	145.746	83,20	53.500	53.980	0,89
Roraima	-	30.800	-	-	11.000	-
Outros	4	6.452	161200,00	9	2.698	29877,77
Brasil	19.897.804	52.464.640	163,67	11.584.734	22.082.666	90,61

Fonte: FIBGE - Produção Agrícola Municipal – 1990 e 2006



No caso do Estado do Mato Grosso, a produção de soja quadruplicou entre 1990 e 2006 e a área de cultivo foi quase triplicada no mesmo período. Este estado se tornou o principal produtor, elevando a sua participação relativa na produção nacional de soja de 15,4% no ano de 1990 para 29,7% no ano de 2006.

Os Estados de Goiás e Bahia mais do que triplicaram o volume da produção de soja entre 1990 e 2006 e mais do que duplicaram a área de cultivo no mesmo período, elevando as suas participações relativas na produção nacional de 6,3% para 11,5% e de 1,1% para 3,8%, respectivamente.

O Estado do Paraná duplicou a produção de soja entre 1990 e 2006 e ampliou em 73% a área total de cultivo da leguminosa e, mesmo assim, a sua participação relativa na produção nacional foi reduzida de 23,4% no ano de 1990 para 17,8% no ano de 2006, em razão da grande expansão ocorrida em outros estados da federação.

No Estado do Rio Grande do Sul, tradicional produtor de soja, a produção apresentou expansão de 19,7% e a área de cultivo foi incrementada em apenas 9,9% entre 1990 e 2006.

A expansão territorial da produção de soja entre 1990 e 2006 foi expressiva. A leguminosa se tornou importante nas zonas de cerrado dos Estados do Maranhão e Piauí. Alguns estados da região norte do país, nos quais os dados referentes a soja sequer eram computados nas estatísticas ao ano de 1990, a lavoura se tornou importante como são os casos de Tocantins, Pará, Rondônia e Roraima.

No ano de 1990 mais da metade da produção nacional de soja foi realizada nos estados do Rio Grande do Sul (31,7% do total) e Paraná (23,4% do total). No ano de 2006 os estados de Mato Grosso (29,7% do total), Paraná (17,8% do total), Rio Grande do Sul (14,4% do total) e Goiás (11,5% do total), perfizeram, em conjunto, 73,4% do volume total da produção nacional, com forte hegemonia do Estado de Mato Grosso que passou a produzir quase o dobro do Estado do Paraná, que é o segundo maior produtor nacional.

O deslocamento espacial das lavouras de soja em direção às zonas de cerrado do Brasil Central e, mais recentemente, em direção às regiões norte e nordeste do país, tem motivado a realização de pesados investimentos públicos em armazéns, vias de transporte e portos. Mesmo assim, a infra-estrutura das áreas produtoras de grãos do centro, norte e nordeste do país ainda é bastante precária.



Parte expressiva dos investimentos realizados com recursos dos programas “Brasil em Ação” (1995 - 1999) e “Avança Brasil” (2000 - 2003) durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) se destinaram ao atendimento de interesses dos agentes vinculados à produção e ao processamento de grãos das zonas de cerrado, especialmente no que diz respeito a implantação e melhoria da infra-estrutura para o escoamento, armazenamento e processamento de grãos.

No atual governo, muitos recursos que foram destinados ao Programa “Brasil para Todos” (2004 – 2007), bem como os investimentos vêm sendo feitos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) se destinam à melhoria da infra-estrutura de transportes, armazenagem e modernização de portos exportadores de grãos provenientes das novas fronteiras agrícolas.

Na verdade, desde a década de 1970 tem havido a implementação de políticas públicas visando a integrar as Regiões Centro-Oeste e Norte ao espaço e a economia do país. A concessão de crédito a grandes produtores rurais e a empresas agroindustriais foi um dos principais mecanismos utilizados para estimular a produção de grãos nas zonas de cerrado do Centro-Oeste, inicialmente, e do Norte e Nordeste do país nos últimos anos.

3.2 - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE MILHO

O milho ocupa a segunda maior área e é responsável pelo terceiro maior valor da produção entre as lavouras do país. Dada a grande utilização do milho nas propriedades rurais para a alimentação humana e animal, o seu cultivo tem como característica a forte dispersão espacial, embora os Estados do Paraná e de Minas Gerais se destaquem no volume e na área cultivada com a lavoura.

No período que se estende de 1990 e 2006, a área cultivada com milho se expandiu apenas 8,1%, enquanto que a sua produção dobrou, elevando-se de 21 para 42 milhões de toneladas. A ampliação do volume produzido de milho se deveu principalmente à elevação de 62,3% na sua produtividade média da lavoura que passou de 1.873 kg/ha no ano de 1990 para 3.282 kg/ha no ano de 2006.

Os estados do Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo foram responsáveis por mais de 60% da produção nacional de milho, tanto no ano de 1990 como no ano de 2006. No referido



período houve significativa ampliação nas áreas de cultivo e no volume produzido por outros estados, notadamente pelo Mato Grosso, onde a produção foi ampliada em quase seis vezes e a área cultivada se expandiu quase 300%, conforme se verifica na Tabela IV.

Diante de tal quadro, a participação relativa do Estado do Mato Grosso na produção nacional de milho foi elevada de 2,9% no ano de 1990 para 10,0% no ano de 2006. O único estado que apresentou redução na produção de milho entre 1990 e 2006 foi o Espírito Santo, em razão da grande expansão da silvicultura. Vários outros estados apresentaram redução na área cultivada com milho, como foram os casos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Maranhão, Piauí, Paraíba e Tocantins, embora não tenham apresentado redução no volume produzido em decorrência da ampliação dos níveis de produtividade da lavoura que compensaram a perda da área de cultivo.

Tabela IV - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE MILHO NO BRASIL - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1990 e 2006

ESTADOS	PRODUÇÃO (Em toneladas)			ÁREA (Em Hectares)		
	1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006	1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006
Paraná	5.160.823	11.239.987	117,79	2.089.335	2.478.730	18,64
Minas Gerais	2.272.804	5.152.200	126,69	1.439.083	1.331.108	-7,50
Rio G. do Sul	3.957.441	4.528.143	14,42	1.647.266	1.422.060	-13,67
São Paulo	2.766.000	4.378.380	58,29	1.151.100	1.049.400	-8,83
Mato Grosso	618.973	4.228.423	583,13	273.511	1.079.980	294,86
Goiás	1.848.350	3.297.193	78,38	902.800	697.357	-22,76
Santa Catarina	2.674.350	2.886.139	7,92	1.014.535	784.214	-22,70
Mato G. do Sul	595.718	2.342.619	293,24	268.479	646.903	140,95
Bahia	127.041	1.124.206	784,91	418.477	799.213	90,98
Ceará	120.581	760.231	530,47	629.403	639.205	1,56
Pará	195.004	576.579	195,67	167.015	278.320	66,64
Maranhão	135.856	426.203	213,72	499.091	366.513	-26,56
Rondônia	212.666	264.430	24,34	121.686	125.209	2,89
Piauí	90.697	229.533	153,07	408.157	292.328	-28,38
Pernambuco	79.376	195.573	146,39	240.031	285.608	18,98
Sergipe	18.609	184.908	893,65	49.779	140.534	182,31
Paraíba	46.312	156.854	238,69	298.562	185.091	-38,00
Tocantins	69.590	142.149	104,26	76.500	74.100	-3,14
Espírito Santo	188.051	78.377	-58,32	119.567	39.393	-67,05
Rio G. do Norte	7.736	51.647	567,62	63.019	86.065	36,57
Alagoas	22.374	38.664	72,81	56.061	73.561	31,21
Outros	139.422	379.239	172,00	90.314	122.480	35,61
Brasil	21.347.774	42.282.438	98,06	12.023.771	12.997.372	8,09

Fonte: FIBGE - Produção Agrícola Municipal – 1990 e 2006



Até meados dos anos 1980, as lavouras de milho eram cultivadas somente no verão, o que obrigava os produtores de grãos a escolherem entre o cultivo de soja e de milho. A baixa rentabilidade e os elevados riscos representados pelas lavouras de trigo que são cultivadas no período de inverno levaram os agricultores paranaenses a cultivarem milho na entressafra da soja. O milho produzido no inverno passou a ser denominado de “safrinha” em razão da menor produtividade obtida.

O nível de rendimento das lavouras de milho “safrinha” foi significativamente ampliado nos últimos anos, se tornando comum o cultivo de soja no verão e de milho no inverno, o que tem possibilitado a realização de duas safras anuais na mesma área, com a utilização dos mesmos equipamentos e infra-estrutura. A rotação soja-milho tem sido freqüente, tanto no sul e sudeste, quanto nas novas zonas de cerrados do centro-oeste, norte e nordeste do país, o que tem contribuído para o incremento da sua produção.

3.3 - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR

As lavouras de cana-de-açúcar ocupam a terceira maior área de cultivo do país e é a segunda maior em termos de valor da produção. A produção nacional de cana-de-açúcar foi ampliada em 74,0% e a área de cultivo foi incrementada em 42,9% entre os anos de 1990 e 2006, sendo que houve significativo incremento no volume produzido nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia e Goiás.

No ano de 1990 já havia uma forte concentração da produção de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, a qual era responsável por 52,5% do volume total da produção nacional, sendo que o segundo e o terceiro maiores produtores eram, respectivamente, os Estados de Alagoas, com 10,0%, e Pernambuco, com 8,7% da produção nacional.

No Estado de São Paulo, que é o maior produtor nacional, o volume produzido de cana-de-açúcar foi ampliado em 95,2% entre 1990 e 2006 e a área de cultivo foi incrementada em 81,2% no mesmo período. Com isto, a participação do referido estado na produção canavieira nacional atingiu 58,8% no ano de 2006. Em contrapartida, houve forte queda na produção e na área cultivada com cana-de-açúcar nos estados situados no nordeste do país, com exceção apenas



dos Estados da Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte, conforme se verifica na Tabela V.

Os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí apresentaram redução no volume produzido e na área de cultivo de cana-de-açúcar no período considerado. No caso do Estado de Sergipe houve redução do volume produzido mesmo tendo ocorrido ligeira elevação na área cultivada com a gramínea, o que denota a baixa produtividade da lavoura canvieira naquele estado. Enquanto no Estado de São Paulo a produtividade média da cana-de-açúcar atingiu 81,9 toneladas por hectare no ano de 2006, no Estado de Sergipe a produtividade média da lavoura atingiu apenas 49,5 toneladas por hectare no mesmo ano.

Tabela V - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1990 e 2006

ESTADOS	PRODUÇÃO (Em toneladas)			ÁREA (Em Hectares)		
	1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006	1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006
São Paulo	137.835.000	269.134.237	95,26	1.811.980	3.284.681	81,27
Paraná	11.736.412	33.917.335	188,99	159.420	432.815	171,49
Minas Gerais	17.533.368	32.212.574	83,72	301.710	431.338	42,96
Alagoas	26.150.998	23.497.027	-10,15	561.217	402.253	-28,32
Goiás	6.896.320	19.049.550	176,23	106.826	237.547	122,37
Pernambuco	22.817.700	17.595.676	-22,88	473.726	336.765	-28,91
Mato Grosso	3.036.690	13.552.228	346,28	65.034	202.182	210,88
Mato G. do Sul	4.193.288	12.011.538	186,45	67.921	152.747	124,89
Rio de Janeiro	5.574.696	6.835.315	22,61	206.786	164.290	-20,55
Bahia	3.435.351	6.150.367	79,03	80.302	106.455	32,57
Paraíba	8.282.781	6.059.030	-26,85	160.294	116.115	-27,56
Espírito Santo	1.500.988	4.206.342	180,24	43.232	64.042	48,13
Rio G. do Norte	2.492.024	3.391.184	36,08	59.959	55.623	-7,23
Maranhão	2.041.956	2.306.456	12,95	37.374	39.301	5,15
Sergipe	2.182.172	1.924.975	-11,79	38.104	38.853	1,96
Ceará	2.723.911	1.617.003	-40,64	63.600	29.067	-54,29
Rio G. do Sul	914.948	1.166.717	27,51	31.598	33.277	5,31
Santa Catarina	979.014	660.333	-32,55	16.388	17.154	4,67
Piauí	1.562.485	640.707	-58,99	19.360	10.213	-47,25
Outros	784.048	1.316.922	67,96	17.468	24.544	40,51
Brasil	262.674.150	457.245.516	74,07	4.322.299	6.179.262	42,96

Fonte: FIBGE - Produção Agrícola Municipal – 1990 e 2006

O Estado do Paraná apresentou expansão de 189% na produção de cana-de-açúcar entre 1990 e 2006 e se tornou o segundo maior produtor nacional, perfazendo 7,4% da produção do país no



ano de 2006, seguido pelos Estados de Minas Gerais, Alagoas e Goiás, os quais foram responsáveis, respectivamente, por 7,0%, 5,1% e 4,1% do volume total da produção nacional no mesmo ano.

As perspectivas altamente favoráveis à cana-de-açúcar, decorrentes da ampliação do uso de etanol como combustível, tanto no mercado interno, por meio da expansão da venda de veículos *flex*, como no mercado externo, têm estimulado a realização de grandes investimentos em novas plantas industriais voltadas ao processamento de cana-de-açúcar.

Grandes grupos nacionais e estrangeiros já implantaram várias usinas nos últimos anos e muitas outras estão previstas para serem instaladas, tanto no Estado de São Paulo, especialmente na sua porção oeste, como em outros estados, principalmente em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais.

A grande expansão das lavouras de cana-de-açúcar tem suscitado, inclusive, a competição com outros produtos pelas áreas de cultivo melhor situadas geograficamente.

O caso de Rio Verde em Goiás é emblemático, pois naquele município foi implantada uma grande estrutura para a recepção, secagem e processamento de grãos, tanto pela Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) como por grandes empresas, a exemplo da Cargill e Bunge. Além disso, no final dos anos 1990, foi instalada naquele município a maior unidade industrial da empresa Perdigão, a qual emprega mais de sete mil funcionários, integra grandes avicultores e suinocultores e utiliza amplamente soja e milho na elaboração de rações. Em Rio Verde houve a reação de empresários e do poder público no sentido de restringir a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar por meio da instituição da lei municipal (Lei 5200/2006), a qual limita o plantio da gramínea a 50 mil hectares, o que corresponde a 10% da área agricultável do município.

As preocupações com a rápida e indiscriminada expansão da cana-de-açúcar também estão presentes em outras áreas do país, como são os casos das regiões de Dourados no Mato Grosso do Sul e do Oeste do Estado de São Paulo.

Somente no Oeste do Estado de São Paulo, onde já se encontram instaladas 38 usinas, deverão ser implantadas outras 30 plantas industriais até o ano de 2010, com investimentos da ordem de 3 bilhões de dólares, de acordo com as estimativas das Usinas e



Destilarias do Oeste Paulista (UDOP), o que implicará na expansão de cerca de 500 mil hectares na área de cultivo de cana-de-açúcar.

Constata-se pelos dados apresentados que embora tenha havido dispersão da produção de cana-de-açúcar em direção a outras áreas do centro-sul, o Estado de São Paulo é responsável por mais de 60% da produção, sendo o segundo maior produtor, o Estado do Paraná, responsável por apenas 8% da produção nacional.

No Estado de São Paulo, especialmente nas Regiões de Piracicaba e Ribeirão Preto, estão instaladas as principais empresas do setor sucroalcooleiro, tanto usinas processadoras de açúcar e álcool, quanto grandes indústrias mecânicas que produzem máquinas e equipamentos que são utilizados pelas usinas já instaladas e pelas novas unidades.

3.4 - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE CAFÉ E ALGODÃO

As lavouras de café e algodão também se destacam no país, pois ocupam, respectivamente, a quarta e a quinta posições no que diz respeito ao valor da produção total das lavouras, embora elas sejam superadas pelas lavouras de arroz, feijão e trigo, em termos de área de cultivo.

Historicamente as lavouras de café e algodão se caracterizaram pela intensa incorporação de mão-de-obra aos seus respectivos processos produtivos e ambas desempenharam papéis importantes na ocupação do oeste paulista e norte paranaense.

Nos últimos anos, entretanto, as lavouras de café e de algodão vêm apresentando significativas alterações nos seus sistemas produtivos em decorrência da incorporação de modernas técnicas de produção e tenderam a se concentrar nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no caso da cafeicultura, e nos Estados de Mato Grosso e Bahia, no caso da cotonicultura.

3.4.1 - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE CAFÉ

Entre 1990 e 2006 houve redução de 12,1% na produção nacional de café e de 20,6% na área cultivada com a lavoura. No ano de 1990, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em conjunto, foram responsáveis por 50,4% da produção nacional de café e no ano



de 2006 os dois estados perfizeram, em conjunto, 72,9% do volume da produção nacional. Em contrapartida, os Estados de São Paulo e Paraná apresentaram redução de mais de 50% na produção e de mais de 60% na área cultivada com lavouras de café no mesmo período, conforme se verifica na Tabela VI.

Tabela VI - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE CAFÉ NO BRASIL - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1990 e 2006

ESTADOS	PRODUÇÃO (Em toneladas)				ÁREA (Em Hectares)		
	1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006		1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006
Minas Gerais	1.040.799	1.325.238	27,33		983.645	1.074.471	9,23
Espírito Santo	436.280	551.566	26,42		508.928	535.436	5,21
São Paulo	649.552	259.820	-60,00		567.027	220.186	-61,17
Bahia	112.512	149.800	33,14		136.828	153.637	12,28
Paraná	313.405	135.104	-56,89		429.687	100.319	-76,65
Rondônia	174.233	74.558	-57,21		148.550	163.322	9,94
Goiás	20.370	19.105	-6,21		17.728	8.120	-54,20
Pará	52.717	16.652	-68,41		20.293	22.265	9,72
Rio de Janeiro	24.152	15.876	-34,27		17.607	13.702	-22,18
Mato Grosso	78.837	8.689	-88,98		72.097	16.145	-77,61
Amazonas	200	5.830	2815,00		260	5.529	2026,54
Ceará	6.732	3.361	-50,07		9.551	7.485	-21,63
Pernambuco	7.888	2.944	-62,68		14.519	5.255	-63,81
Mato G. do Sul	8.755	2.779	-68,26		8.340	2.052	-75,40
Acre	959	1.131	17,94		965	2.685	178,24
Outros	2.320	915	-60,56		1.779	951	-46,54
Brasil	2.929.711	2.573.368	-12,16		2.937.804	2.331.560	-20,64

Fonte: FIBGE – Produção Agrícola Municipal – 1990 e 2006

Nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo foram implantados cafezais com base em sistemas de produção mais intensivos em capital e tecnologia do que nas áreas tradicionalmente produtoras de café dos Estados de São Paulo e Paraná. A escala das explorações e o nível de capitalização e de profissionalização dos produtores de café dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo são superiores àqueles observados nos Estados do Paraná e São Paulo. Nestes estados o café passou a ser cultivado de maneira mais adensada, a colheita mecanizada vem ganhando expressividade e tem havido grande esforço para a melhoria da qualidade do produto.



3.4.2 - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE ALGODÃO

A produção brasileira de algodão foi ampliada em 62,5% entre os anos de 1990 e 2006, embora tenha havido redução de 40,0% na área cultivada com a lavoura no mesmo período.

O Estado de Mato Grosso que foi responsável por apenas 3,2% do volume total da produção de algodão do país no ano de 1990 e perfaz 49,6% da produção nacional no ano de 2006. No caso do Estado da Bahia a participação no volume total da produção nacional foi elevada de 6,1% no ano de 1990 para 27,9% no ano de 2006. Constata-se assim, que os Estados de Mato Grosso e Bahia, em conjunto, passaram a concentrar mais de 75% da produção nacional de algodão.

Os Estados do Paraná e de São Paulo, por sua vez, que perfizeram, respectivamente, 47,8% e 26,9% do volume total da produção nacional de algodão no ano de 1990, foram responsáveis, respectivamente, por 0,78% e 5,0% da produção total de algodão no ano de 2006, conforme se verifica na Tabela VII.

Tabela VII - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA COM LAVOURAS DE ALGODÃO HERBÁCEO NO BRASIL - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1990 e 2006

ESTADOS	PRODUÇÃO (Em toneladas)			ÁREA (Em Hectares)		
	1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006	1990	2006	Variação % entre 1990 e 2006
Mato Grosso	57.634	1.437.926	2394,93	43.422	392.408	803,71
Bahia	109.361	810.253	640,90	188.029	242.066	28,74
Goiás	59.754	202.914	239,58	35.511	66.033	85,95
São Paulo	480.080	144.370	-69,93	300.800	55.400	-81,58
Minas Gerais	94.492	100.049	5,88	130.131	40.752	-68,68
Mato G. do Sul	73.559	94.116	27,95	44.793	29.499	-34,14
Piauí	4.431	24.999	464,18	18.577	15.064	-18,91
Paraná	852.600	22.609	-97,35	490.039	13.890	-97,17
Maranhão	54	18.611	34364,81	120	7.194	5895,00
Ceará	17.164	10.131	-40,98	165.842	9.560	-94,24
Rio G. do Norte	4.442	8.729	96,51	20.620	13.233	-35,82
Paraíba	11.552	7.755	-32,87	35.934	7.469	-79,21
Alagoas	1.128	3.229	186,26	9.914	11.343	14,41
Outros	16.924	13.030	-23,01	32.436	6.471	-80,05
Brasil	1.783.175	2.898.721	62,56	1.516.168	910.382	-39,96

Fonte: FIBGE – Produção Agrícola Municipal – 1990 e 2006

Na verdade, os Estado do Mato Grosso e Bahia que eram pouco expressivos na produção de algodão no ano de 1990 se



tornaram os maiores produtores nacionais, enquanto que os Estados de São Paulo e, principalmente, do Paraná que eram os grandes produtores nacionais no ano de 1990, reduziram drasticamente as suas respectivas áreas de cultivo e volumes produzidos.

No Paraná as tradicionais lavouras de algodão e café cederam espaço, não somente às lavouras de soja e milho, mas também para as pastagens, especialmente na porção noroeste daquele estado, onde predominam solos arenosos altamente susceptíveis à erosão. A exploração agrícola predatória durante vários anos desgastou e erodiu os solos daquela região, tornando-os pouco atrativos para o cultivo de produtos agrícolas.

No Estado de São Paulo as áreas tradicionais de café foram ocupadas pelas lavouras de laranja e cana-de-açúcar, enquanto que as áreas tradicionais de cultivo de algodão do oeste paulista foram substituídas por pastagens, sendo que nos últimos anos passou a ocorrer uma forte expansão das lavouras de cana-de-açúcar.

4 - DISPERSÃO E CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO CULTIVO DE LAVOURAS NO BRASIL

Conforme se observou nos dados apresentados nos itens anteriores, o cultivo de grãos, principalmente de soja e milho se expandiu em direção às Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. Tal expansão se deu principalmente em áreas de vegetação de cerrado, muitas das quais eram, até então, exploradas com pastagens naturais destinadas à alimentação de gado de corte.

A ampliação do cultivo de grãos nas zonas de cerrado se deu em decorrência de vários fatores, destacando-se: à grande disponibilidade de terras agricultáveis; a topografia plana, que favorece a mecanização; e, estabelecimento de políticas públicas altamente estimuladoras da expansão da agricultura moderna na região.

Dentre as políticas públicas implementadas nos cerrados se destacou a concessão de crédito rural a grandes proprietários e arrendatários provenientes, principalmente, dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, e a disponibilização de financiamento público para a implantação de unidades de armazenamento, secagem e processamento de grãos, bem como ao estímulo à instalação de



empresas privadas vinculadas à distribuição de máquinas, implementos agrícolas, fertilizantes e biocidas.

A partir de meados dos anos 1970, as zonas de cerrado se tornaram alvo da ação de vários programas oficiais de desenvolvimento, dentre os quais se destacaram: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) e Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), conforme ressaltam Duarte (1989), Castro e Fonseca (1994), Galindo e Santos (1995), Goldin e Resende (1993) e Hespagnol (2000), entre outros.

Além disso, a partir da década de 1970, o governo federal, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), investiu em pesquisas para o desenvolvimento de variedades de sementes de soja adaptadas às condições edafo-climáticas das zonas de cerrado, as quais tiveram grande êxito. A produtividade das lavouras de soja das zonas de cerrado do país se ampliou significativamente, superando os níveis de produtividade alcançados nos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, tradicionais produtores da leguminosa.

A elevada produção de grãos, principalmente de soja, atraiu grandes empresas de processamento agroindustrial para as zonas de cerrado, as quais se instalaram em pontos estratégicos, com destaque para algumas cidades, tais como: Rio Verde, Catalão e Jataí no Estado de Goiás; Cuiabá, Rondonópolis e Lucas do Rio Verde no Estado do Mato Grosso; Campo Grande e Dourados no Estado do Mato Grosso do Sul; Uberlândia no Estado de Minas Gerais; Barreiras no Estado da Bahia; e, Balsas no Estado do Maranhão.

Nos últimos anos as lavouras de soja têm se expandido nas zonas de cerrado situadas nas regiões Nordeste e Norte do país, o que tem estimulado o Estado brasileiro a realizar grandes investimentos em vias de transporte (hidrovias, rodovias e ferrovias) e na melhoria da infra-estrutura e adaptação de alguns portos nordestinos para a exportação de grãos, aproveitando-se, assim, da maior proximidade em relação aos países importadores.

A expansão da produção de grãos nas zonas de cerrado tem provocado o deslocamento da atividade pecuária de corte para novas fronteiras situadas em áreas florestadas dos Estados do Mato Grosso,



Pará, Rondônia e Acre¹¹.

O deslocamento espacial da pecuária de corte certamente está expropriando populações tradicionais e provocando o desmatamento de parte da floresta amazônica. Assim, a expansão da produção de grãos, além de comprometer biomas nas zonas de cerrado também tem causado, indiretamente, a destruição de biomas na floresta amazônica.

No que concerne à produção de cana-de-açúcar, constata-se pelos dados apresentados no item 3.3 que as lavouras tenderam a se concentrar no Estado de São Paulo e a se expandir a partir dele para outros estados do Centro-Sul do país. Em contrapartida, os tradicionais estados canavieiros da Região Nordeste, principalmente Pernambuco e Alagoas, reduziram drasticamente a produção e a área de cultivo de cana-de-açúcar e, em consequência, perderam importância no contexto do setor sucroalcooleiro.

A produção de café tendeu a se circunscrever a algumas regiões dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e a produção algodoeira, embora ainda bastante disseminada no território nacional, passou a ser realizada em grande escala nos Estados de Mato Grosso e Bahia, com base no cultivo de sementes transgênicas e com a adoção da colheita mecanizada, convertendo-se, assim, nos maiores produtores nacionais.

Conforme se verificou nos itens anteriores, a distribuição espacial das principais lavouras do país tem se dado de maneira diferenciada, ocorrendo simultaneamente a dispersão de alguns cultivos e a concentração de outros. O aspecto comum às cinco lavouras analisadas é a progressiva elevação dos seus índices de produtividade, o que decorre da crescente incorporação de tecnologia e de conhecimentos agronômicos aos sistemas de produção¹², associados a ampliação da escala das explorações.

¹¹ Os rebanhos bovinos dos Estados de Mato Grosso e Pará foram triplicados entre os anos de 1990 e 2006 e os rebanhos dos Estados de Rondônia e Acre quintuplicaram no mesmo período.

¹² Gasques et al (2004, p. 35) enfatizam que a “análise da produtividade total dos fatores mostra que a tecnologia tem função decisiva nesse sucesso e que a embrapa tem papel líder na geração e na difusão de inovações para o setor, sendo responsável direta pela possibilidade de expansão da fronteira agrícola para as regiões de cerrado.”



5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio tem se destacado no contexto da economia nacional, especialmente quando são considerados o volume e o valor das exportações, conforme se demonstrou no item 2 deste texto.

O saldo positivo da balança comercial brasileira nos últimos anos se deve basicamente ao bom desempenho do agronegócio.

A expansão do volume produzido de soja, milho e cana-de-açúcar foi expressiva nas últimas décadas. Do ponto de vista territorial, houve forte expansão da produção de soja e milho em direção às zonas de cerrado do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, o que tem provocado o deslocamento da pecuária para áreas florestadas dos Estados do Mato Grosso, Pará, Rondônia e Acre.

As lavouras de café e de algodão, por sua vez, ao mesmo tempo em que foram mecanizadas, tenderam a se concentrar espacialmente nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no caso do café, e do Mato Grosso e Bahia, no caso do algodão.

As lavouras de cana-de-açúcar tenderam a se concentrar no Estado de São Paulo, num primeiro momento, e a se dispersar a partir dele em direção aos Estados do Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, ao mesmo tempo em que importantes áreas produtoras do Nordeste do país perdessem importância.

O modelo produtivista do agronegócio brasileiro está recebendo amplo apoio do atual governo, assim como recebeu de governos anteriores, tanto civis quanto militares.

As conseqüências sociais e ambientais da expansão desenfreada dos cultivos de grãos nas áreas de cerrado, do deslocamento da pecuária em direção às áreas de matas e da grande expansão das lavouras de cana-de-açúcar no Centro-Sul são nefastas no que diz respeito ao meio ambiente e provoca a concentração da terra e da renda e, conseqüentemente, a marginalização de grande parcela da população.

No entanto, os sucessivos governos, a despeito da rigorosa legislação e do afinado discurso oficial em favor da proteção do meio ambiente, pouco têm feito para combater os problemas ambientais.

No que concerne aos problemas sociais, não tem havido ações efetivas no sentido de incluir produtivamente a população pobre do país, o que implicaria na realização de reformas estruturais. Como não se toca nos problemas estruturais, ganham expressividade programas



assistencialistas que amenizam o sofrimento, mas não propiciam a inserção e autonomia da população.

Neste contexto político e econômico, o agronegócio brasileiro apresenta excelentes perspectivas. A tendência que se apresenta é a de que os cultivos de soja e cana-de-açúcar continuem em processo de expansão enquanto os mercados de proteínas e de energia gerada a partir de biomassa estiverem sinalizando positivamente.

A incorporação de novas tecnologias, provavelmente, continuará contribuindo para a elevação dos níveis de produtividade média das lavouras. Tudo indica que recursos públicos continuarão sendo alocados em favor de médios e grandes produtores de *commodities* agrícolas. Assim, as perspectivas das empresas que se vinculam direta ou indiretamente ao agronegócio são muito promissoras.

A tendência é a de que o agronegócio brasileiro se expanda ainda mais e que ele continue co-existindo com as pequenas explorações voltadas à produção de alimentos, as quais, dependendo das conveniências do agronegócio, poderão ou não ser absorvidas pelas grandes explorações.

Mantido este modelo, as perspectivas em relação à melhoria da qualidade de vida da maioria dos produtores rurais, assim como da maior parte da população do país, são restritas. Parcela desta população tem procurado, mais por desespero do que por consciência política, ingressar nos multifacetados movimentos sociais que demandam a reforma agrária.

6 – REFERENCIAS

BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - Secretaria do Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>> (Acesso em 15 de junho de 2007).

BRASIL – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). Produção Agrícola Municipal de 1990 e 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> (Acesso em 12 de maio de 2008).



BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDICE). *Balança Comercial Brasileira*: dados consolidados. Brasília: MDICE, 2007.

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. O potencial do *agribusiness* na fronteira. **Revista de Economia Política**. Ano 14, nº 1 (953), Jan./Mar. 1994. p. 63-84.

CEPEA/USP – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/Universidade de São Paulo – PIB do agronegócio – janeiro a dezembro de 2005. Disponível em: <www.cepea.esalq.uesp.br/pib>. Acesso em 24 de junho de 2007.

GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Centro-oeste: Evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995 – (Federalismo no Brasil). P. 157-194.

GASQUES, José Garcia *et al.* **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004 (Texto para discussão nº 1009).

GOLDIN, Ivan; REZENDE, Gervásio Castro de. **Agricultura brasileira na década de 1980: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro, IPEA, 1993 (Série IPEA, 138).

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna em bases empresariais e a integração do Centro-Oeste ao mercado nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, AGB, nº 22, 2000.

MONTOYA, Marco Antonio; GUILHOTO, Joaquim J. M. O agronegócio brasileiro entre 1959 e 1995: dimensão econômica, mudança estrutural e tendências. In: MONTOYA, Marco Antonio; PARÉ, José Luiz. **O agronegócio brasileiro no final do Século XX: Estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências**. Passo Fundo: UPF, 2000. (Volume 1).

SILVA, Mauro Virgino; NONNENBERG, Marcelo Braga. A



participação do agronegócio na economia brasileira – resultados para 1994/2003. In: **XLV Congresso da SOBER – Conhecimentos para agricultura do futuro**. UEL: Londrina, 2007.



DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL¹³: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Francisco Fransualdo de Azevedo¹⁴

RESUMO

A análise sobre o desenvolvimento local associado ao capital social tem ganhado bastante importância no contexto acadêmico contemporâneo, especialmente nos estudos e pesquisas desenvolvidas no âmbito das ciências sociais. Por essa razão, é interessante discutir os fatores e instrumentos que condicionam esse tipo de desenvolvimento, o qual normalmente reflete o nível de organização da própria sociedade e sua capacidade de luta e de participação no planejamento público. Assim, o presente trabalho busca discutir a importância do poder local e do capital social, ou capital humano, na busca pelo desenvolvimento social no espaço agrário brasileiro. Trata-se de uma abordagem teórica e conceitual acerca do desenvolvimento local e de seus condicionantes, com base num estudo interdisciplinar de autores que convergem entre si na análise desses conceitos. Depreende-se que não obstante os avanços observados nos campos, políticos, econômicos e sociais em se tratando de Brasil, verifica-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido, haja vista a reprodução de relações clientelistas e de personificação das ações do Estado, bem como a permanência das mais variadas formas de cooptação das conquistas obtidas pela sociedade organizada. O *ethos* desse processo pode ser a gestão participativa e a construção coletiva de propostas de desenvolvimento que visem a mudanças estruturais na sociedade brasileira, tudo isso associado as particularidades de cada região e de cada lugar, valorizando a cultura e, portanto, o capital humano aí constituído.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; espaço agrário; poder local; capital social.

¹³ Este artigo é uma versão atualizada e revisada do trabalho apresentado no III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado em Londrina – PR, em 2007.

¹⁴ Professor Adjunto do Departamento de Turismo, Campus de Natal, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: ffazevedo@gmail.com



DESARROLLO LOCAL Y CAPITAL SOCIAL: UNA APORTACIÓN TEÓRICA

RESUMEN

El análisis del desarrollo local asociado al capital social, ha ganado destaque en el contexto académico contemporáneo, sobre todo en los estudios e investigaciones desarrolladas en el ámbito de las ciencias sociales. Por esa razón, se vuelve de fundamental importancia discutir los factores e instrumentos que condicionan ese tipo de desarrollo, que normalmente refleja el nivel de organización de la propia sociedad y su capacidad de lucha y de participación en la planificación pública. Así, el objetivo del presente trabajo es discutir la importancia del poder local y del capital social, o capital humana, en la búsqueda para el desarrollo social en el espacio agrario brasileño. Se trata de una aportación teórica y conceptual acerca del desarrollo local y de sus condicionantes, con base en una investigación interdisciplinaria de autores que están de acuerdo en el análisis de esos conceptos. Sin embargo los progresos observados en los rasgos políticos, económicos y sociales, en si tratando de Brasil, se verifica que hay todavía un camino largo a ser recorrido, una vez que aun existe la reproducción de las relaciones que benefician los mas ricos y de personificación de las acciones del Estado, así como la permanencia de las maneras más variadas formas de captación de las conquistas obtenidas por la sociedad organizada. El *Ethos* de ese proceso puede ser la gestión participativa en la administración y la construcción colectiva de propuestas de desarrollo que buscan los cambios estructurales en la sociedad brasileña, todo esto asociado a las particularidades de cada región y de cada lugar, valorando la cultura y, por consiguiente, el capital humano constituido allí.

Palabras-clave: desarrollo local; espacio agrario; poder local; capital social

1 - INTRODUÇÃO

O desenvolvimento aqui abordado não se refere especificamente à ótica economicista *per se*, prevalente nas ações do Estado no decurso da história do Brasil. Trata-se de uma abordagem sócioterritorial, capaz de sugerir transformações e mudanças nas



velhas estruturas sociais e de poder ainda existentes, as quais ao longo da história caracterizaram-se pelo clientelismo político, paternalismo e elevada concentração de recursos nas mãos de uma minoria, como por exemplo, terra e renda, em detrimento da pauperização e expropriação da maioria.

O presente trabalho busca essencialmente discutir a importância do poder local e do capital social na configuração do campo político, especialmente no espaço agrário brasileiro, sinalizando para transformações sócioespaciais possíveis, as quais podem ir muito além do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Trata-se de uma análise teórico-conceitual baseada em autores que discutiram com propriedade a questão do desenvolvimento em seus múltiplos fatores e condicionantes, considerando a escala local e mostrando, assim, a necessidade de ampliação de liberdades, bem como a importância do capital social e humano no interior desse processo.

2 - O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao analisar o desenvolvimento na sua ampla acepção terminológica, Sen¹⁵ (2000, p. 28-29) afirma que “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda”. É importante considerar o crescimento econômico, mas é preciso enxergar muito além dele. O desenvolvimento deve estar necessariamente imbricado às melhorias sociais e às liberdades de que desfrutamos, refletindo-se, sobretudo, na qualidade de vida dos indivíduos e no seu bem-estar. A expansão das liberdades “não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos,

¹⁵ Renomado economista indiano, Prêmio Nobel de Economia, autor de vários livros e de vários artigos publicados nas áreas de Economia, Filosofia e Ciência Política, traduzidos em diversos idiomas. Entre suas investigações mais importantes destacam-se os estudos sobre a economia do desenvolvimento e da proteção social, e a filosofia da política e da moral. É membro da British Academy e da Econometric Society, como também é membro honorário da American Academy of Arts and Sciences, além de ter recebido numerosos doutoramentos honorários em universidades da América do Norte, Europa e Ásia.



pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo” (SEN, 2000, p. 29).

Para este autor, o desenvolvimento econômico também deve apresentar outras dimensões, a exemplo da segurança econômica, pois esta, freqüentemente, pode levar ao exercício dos direitos e liberdades democráticas. Assim, é fundamentalmente importante serem exercidas a “liberdade política e as liberdades civis” no interior da sociedade. Por isso, “o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até mesmo ajudar a impedir a ocorrência de fomes coletivas e outros desastres econômicos (SEN, 2000, p. 30)”. Porém, é mais comum acontecer o contrário no interior das sociedades capitalistas, em especial nas periféricas ou emergentes, como o Brasil.

No tecido social brasileiro, especialmente, nas camadas mais pobres, constata-se forte ausência de liberdade socioeconômica. Existe uma camada expressiva de atores sociais desfavorecidos economicamente e fortemente dependentes da ação pública norteada pelo assistencialismo. Nesse contexto, existem pessoas frágeis sociopoliticamente, portanto, facilmente convencidas a votar em troca de favor, dinheiro ou produtos, a exemplo de um litro de leite, ou qualquer outro donativo que venha paliativamente e instantaneamente suprir uma necessidade básica e vital.

Normalmente, é assim que funcionam algumas políticas públicas implementadas na sociedade brasileira. São ações essencialmente paliativas, em vez de preventivas contra os males e catástrofes sociais – como a fome, por exemplo. Elas são de certo modo impeditivas à expansão de capacidades e da liberdade. Capacidades que Sen (2000) defende como o elemento básico para se atingir o desenvolvimento autêntico e efetivo.

Ao discutir os papéis básicos da liberdade no sentido de proporcionar o desenvolvimento de uma determinada sociedade, Sen (2000, p. 32) atenta especialmente “para a expansão das capacidades (*capabilities*) das pessoas” no sentido de estas viverem o tipo de vida que valorizam e gostariam. Tais capacidades podem ser expandidas pelas políticas públicas, porém, o direcionamento destas pode ser influenciado pelo uso efetivo das capacidades participativas da população.

Assim, “a liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (SEN, 2000, p. 33). A expansão da



liberdade pode até melhorar a capacidade de as pessoas cuidarem mais de si mesmas e, portanto, influenciarem o mundo, contribuindo para um melhor nível de organização e participação social e política.

Sustentando o conjunto de relações desiguais existentes no interior desse processo, ora de tradição, dominação e/ou subordinação, existe uma cultura nacional, regional e/ou local carregada de valores, símbolos, práticas e manifestações simbólicas que evidenciam as relações de poder aí tecidas e, portanto, o campo simbólico aí exercido e reproduzido espacialmente.

Ao referir-se às análises acerca do desenvolvimento fomentado pelas políticas públicas e pelos Estados-nação na sociedade contemporânea, Sen (2000, p. 51) evidencia duas atitudes gerais possíveis de serem encontradas, tanto em análises economicistas, quanto em discussões e debates públicos: uma delas “considera o desenvolvimento um processo feroz, com muito sangue, suor e lágrimas – um mundo no qual sabedoria requer dureza”. Nessa visão normalmente negligenciam-se várias preocupações tidas como frouxas, por isso,

dependendo de qual seja o veneno favorito do autor, as tentações a que se deve *resistir* podem incluir a existência de redes de segurança social para proteger os muito pobres, o fornecimento de serviços sociais para a população, o afastamento de diretrizes institucionais inflexíveis em resposta a dificuldades identificadas e o favorecimento – ‘cedo demais’ – de direitos políticos e civis e o ‘luxo’ da democracia[...] As diferentes teorias que compartilham essa perspectiva geral divergem entre si na indicação das áreas distintas de frouxidão que devem ser particularmente evitadas, variando da frouxidão financeira à distensão política, de abundantes gastos sociais à complacente ajuda aos pobres. (SEN, 2000, p. 51-52).

As ações praticadas sob influências dessas abordagens são fortemente marcadas por conservadorismo e autoritarismo, o mínimo de liberdade de escolha e participação, o máximo de assistencialismo e indução política e financeira de agentes e grupos. Atitudes como essas contrastam “com uma perspectiva alternativa que vê o desenvolvimento essencialmente como um processo amigável” (SEN, 2000, p. 52). Processo no qual a expansão da liberdade é o “fim



primordial” em si e o “principal meio do desenvolvimento”. Aquilo que podemos chamar de “papel constitutivo” e “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento.

Para Sen (2000) o papel constitutivo está relacionado à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. Nesses termos “as liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas ao saber ler e fazer cálculos aritméticos”, além da participação política e da liberdade de expressão (SEN, 2000, p. 52).

Ao discutir o assunto, Martín (2000) segue uma linha analítica semelhante a de Sen (2000), talvez com um pouco mais de pressupostos antropológicos e sociológicos. Nesse contexto, o desenvolvimento se constrói a partir do protagonismo real, legítimo de cada indivíduo. Por isso, deve-se privilegiar toda a diversidade cultural, étnica, além da autonomia dos espaços.

Desse modo, o desenvolvimento a escala humana deve passar, via de regra, por “una necesaria y permanente profundización democrática. Una práctica democrática más directa y participativa que estimula las propuestas y soluciones creativas que, surgiendo desde abajo hacia arriba, deben resultar coincidentes con las aspiraciones, ilusiones e deseos de cada persona (MARTÍN, 2000, p. 90-91).

Nesse entendimento, é possível considerar as características específicas de cada território, buscando-se o diálogo permanente entre cultura e desenvolvimento. Nesse sentido, alguns fundamentos básicos são apontados como essenciais quando se busca o desenvolvimento autêntico, fundamentos que nos propomos analisar a seguir. Em linhas gerais, trata-se da elaboração e implementação de propostas de desenvolvimento fundamentadas essencialmente na organização e participação coletiva da sociedade. De acordo com Martín (2000), tais fundamentos dizem respeito a:

- Formulação conjunta e compartilhada dos objetivos dos programas nos espaços locais, o que corresponde a delinear objetivos capazes de associar, necessariamente, as propostas dos programas, com as necessidades coletivas e individuais, buscando coerência e proporcionalidade com os recursos disponíveis e os calendários a serem cumpridos. Nesse sentido, a formulação dos objetivos se constitui numa peça



fundamental para a definição da qualidade de vida que a população deseja para si mesma. A formulação dos objetivos supõe a tarefa prévia de identificação das necessidades da população sobre o território, o que pode auxiliar o processo de planejamento. Quando se consegue analisar com coerência e discernimento a configuração do futuro tangível ou tendencial, e antecipar as necessidades humanas, desenhando outros cenários possíveis, vantagens metodológicas surgem possibilitando futuros desejáveis.

- A micro-organização, ou organização local, pela qual se entende que o desenvolvimento se encara frente a um comportamento habitual baseado na resolução individualizada dos problemas e necessidades. Ou seja, a promoção do desenvolvimento se realiza priorizando-se a criação de organizações simples, desburocratizadas e inter-relacionadas nos espaços locais. A participação social aparece como a chave do desenvolvimento para o fomento e adoção de fórmulas e/ou soluções coletivas.
- O espaço local considerado o *espaço inteligente*, onde as iniciativas de desenvolvimento só se constituem em estratégias sustentáveis se considerarem que os coletivos sociais atuam inteligentemente, e que estes têm capacidades e volições para analisar a realidade, modificar as propostas em função de uma realidade mutante, dar respostas aos problemas, criticar e desembaraçar alguns aspectos da cultura, contrários ao desenvolvimento das comunidades, e que até certo ponto freiam suas possibilidades e favorecem a resignação, a passividade e a acomodação social. Nesse contexto, significa dizer, que as comunidades inteligentes possuem capacidade de aprendizagem permanente, desde que o campo político favoreça a isso. Isso torna-se difícil onde os níveis de conhecimento são baixos, porém, é possível transformar e estabelecer mudanças coerentes e positivas conciliando forças, valores e potencialidades.
- A criatividade social, considerada a chave para a construção social da realidade local. A partir desse fundamento nota-se que geralmente a inteligência social é capaz de promover condições de criatividade, as quais geram certa capacidade de respostas, bem como a construção de novos espaços sociais



diante da realidade atual. Para Martín (2000), a realidade não é definitiva e depende, muitas vezes, de períodos de crises e daquilo que as organizações sócioterritoriais são capazes de imaginar, sonhar, mas, sobretudo, propor e criar. Daí a importância de grupos e comunidades ativas, organizadas e mobilizadas em prol dos seus reais objetivos e interesses.

- Uma inteligência funcional, fundamento que serve principalmente para executar de maneira operativa as decisões tomadas pelo grupo ou pela comunidade, bem como para estabelecer soluções novas em prol do desenvolvimento. Ademais, serve para gerar condições favoráveis ao funcionamento real da inteligência coletiva, a qual estimula transferências de metodologias e de tecnologias à população e às suas organizações no sentido de consolidar uma construção compartilhada do território. Isso evidencia a interação entre conhecimento científico, consenso social e poder político coletivo como sendo fundamental para incitar no território processos de crescimento e de desenvolvimento. A inteligência social é essencial para encontrar soluções de problemas quando se engendra propostas de desenvolvimento territorial. Ela pode ser responsável por encontrar soluções para problemas do tipo: carência e escassez de recursos sejam eles de qualquer natureza. Nesse aspecto, acredita-se que é precisamente nessas circunstâncias em que a inteligência social favorece a obtenção de soluções e adaptações coletivas.

Assim, é importante apontar e considerar alguns pontos essenciais na concepção metodológica que norteia o processo de planejamento territorial: a) o diagnóstico e o auto-diagnóstico do território devem ser elaborados e discutidos com e a partir da população, no sentido de formular objetivos, detectar problemas e apontar possíveis soluções; b) não pode-se perder de vista a concepção de planos integrados que busquem sincronizar e conciliar todos os elementos do espaço local; c) o enfoque sistêmico, o qual permite compreender o território como um sistema de recursos e forças, mas também, de fragilidades e dificuldades que necessitam ser superadas, e d) o pensamento criativo que consiga visualizar o desenvolvimento muito além do pensamento dogmático ou lógico, que exercite a abertura, abrangendo, assim, o desenvolvimento



territorial e observando as capacidades de aprendizagem e criação presentes nas pessoas, comunidades ou grupos, os quais necessitam atingir um nível melhor de desenvolvimento.

Baseado nas idéias cepalinas de Sergio Boisier (1998), Martín (2000) sinaliza para a possibilidade de se trabalhar com o conceito de capital sinérgico relacionando-o ao desenvolvimento territorial. Sob essa ótica, podem-se considerar diversas questões do tipo, cognitivas, simbólicas, culturais, sociais, cívicas, entre outras que, segundo o autor, parecem vincular-se mais estreitamente com uma concepção contemporânea de desenvolvimento.

Ao discutir o desenvolvimento territorial na Espanha, Gilda Farrell (2003), em entrevista a Revista *Terrarum*, defende que o desenvolvimento de um determinado território não pode se basear apenas em programas pontuais e temporários, mas em programas que envolvam amplamente a sociedade civil na tomada de decisões, e, além disso, se preocupe com os resultados a médio e a longo prazos. Nesse sentido, acredita-se que tudo depende da descentralização do poder, pois o que se necessita fazer depende fundamentalmente das competências que têm a administração, além da política, que por sua vez depende das administrações locais, de preferência integradas à sociedade civil (FARRELL, 2003).

A autora ainda indica a criação de espaços onde as estruturas políticas mais elevadas sejam aquelas em que, necessariamente, opine a sociedade civil organizada, de modo a estabelecer um amplo processo de democratização, quando da criação de políticas de desenvolvimento para a sociedade.

Acredita-se que todo projeto de desenvolvimento ou projeto político que considera indispensável o fortalecimento da sociedade civil, melhores e mais efetivos tendem a ser seus resultados. A autora faz algumas advertências no sentido de contribuir com o planejamento territorial, mostrando que é indispensável a atuação da sociedade civil, a qual deve propor aos governos, alternativas de gestão de mercado em aspectos que não são muito transparentes. É preciso refletir e discutir questões como:

el comercio justo, el consumo responsable, realizar un ejercicio democrático en el ámbito del mercado, esto es algo que puede resolverse al nivel de los territorios. ¿Cuál es el rol de los territorios en los mercados? Porque la responsabilidad va mucho más allá; pienso que falta



reflexión, por ejemplo, cuánto se paga por los productos agrícolas, cómo se evitan el desperdicio de los recursos, cómo se reparten los recursos [...] hay un espacio de reflexión enorme (FARRELL, 2003, p. 10).

Assim, depreende-se a importância de se buscar um modelo de desenvolvimento integrado, conciliando participação política da sociedade, ética, transparência, compromisso social e ambiental, leis de mercado mais justas para com a maioria da população, enfim, adoção de um modelo de planejamento no qual se valorize a reflexão permanente sobre todos os temas que se relacionam de alguma forma à questão do desenvolvimento.

Reforçando as idéias acima, mesmo que se referindo as políticas públicas para o meio rural europeu, como o LEADER e o PRODER, Martín (2000) discute as chaves para o desenvolvimento local dos espaços rurais, começando pelo item *mobilização da população e coesão social*. Este item se apresenta como essencial ao se pensar o desenvolvimento territorial rural, seguido da *imagem do mundo rural*. Nesse caso, sugere-se que se busque superar as limitações dos modelos urbanos, buscando extinguir a reprodução da imagem arcaica do mundo rural.

Cabe aqui reconhecer as novas tendências de afirmação de uma modernidade rural em curso, através de meios de comunicação com a utilização da paisagem enquanto ferramenta para mobilizar a população e renovar comunidades e seu patrimônio cultural.

A *identidade do território e a especificidade rural* também são questões importantes no processo de planejamento. O autor sugere a superação dos enfoques tradicionais que pregam o desaparecimento das formas de vida e dos saberes tradicionais, ou que os consideram somente como referência folclórica ao passado, pelo fato de existirem novas tendências de valorização das culturas e da identidade, bem como novas formas de perceber a ruralidade.

Seguindo essa linha de raciocínio, aparece ainda o item *atividade e emprego*. Nesse âmbito, observamos a necessidade de superar enfoques tradicionais que pregam o aumento do emprego público, o fomento da mobilidade da mão-de-obra que acaba estimulando o êxodo rural e a depreciação do emprego feminino, muitas vezes, mal remunerado e pouco valorizado. Faz-se necessário promover o emprego feminino em atividades principalmente não agrícolas, buscando-se novas formas de emprego através da cultura, do ócio,



dos serviços, do meio ambiente, da valorização dos saberes tradicionais, e de formas de integração com o trabalho voluntariado.

Além disso, é importante promover a “creación de profesiones nuevas en el mundo rural, movilización del ahorro y de la inversión local mediante el enfoque participativo, llamamiento a los emigrantes en una nueva forma de retorno, enfoque colectivo de la inversión” (MARTÍN, 2000, p. 95).

Também é importante considerar *a competitividade e o acesso aos mercados* quando se pensa o desenvolvimento local do espaço rural. É preciso superar os enfoques tradicionais que visualizam o mundo rural limitado à agricultura e a atividades afins, pois se trata de uma visão essencialmente produtivista que favorece as grandes empresas e as grandes organizações comerciais.

Utilizando-se o enfoque territorial é possível aumentar o valor agregado da produção agroalimentar, valorizar o papel dos agentes locais na diversificação da economia rural, valorizar a pluriatividade, passar de uma agricultura intensiva para uma agricultura sustentável, reintroduzir os cultivos tradicionais locais, criar uma economia de rede, com ênfase aos arranjos produtivos, bem como observar novas vantagens comparativas através da valorização de novas funções rurais e, por último, valorizar novas relações rural-urbanas.

Outro item de fundamental importância diz respeito ao *meio ambiente, gestão do espaço e dos recursos naturais*. A partir daí, pode-se fomentar atividades comprometidas com o respeito à natureza, como o turismo, por exemplo, bem como valorizar-se o patrimônio arquitetônico. É possível ainda racionalizar a utilização dos recursos naturais, incentivar a reciclagem de produtos e desenvolver novas atividades econômicas baseadas num conceito ideológico, como a agroecologia.

Martín (2000) ainda aponta um item-chave, a *população, emigração e inserção social* sinalizando para a necessidade de tomadas de decisões que visem a: criação de serviços multifuncionais, criação de serviços ambulantes, incentivos à população, quanto à prestação e utilização de serviços coletivos, instalação de serviços de acompanhamento a distância para os aposentados, valorização dos saberes e da memória histórica das pessoas idosas, criação de condições locais para a instalação profissional de jovens, incentivos ao surgimento de novas atividades como forma de gerar novas oportunidades de emprego e renda, e promoção da pluriatividade.



Por último, o item *novas tecnologias* é visto como uma alternativa que pode permitir ao mundo rural, e a cada núcleo de população, assumir uma função de centralidade com revalorização e modernização das tradições produtivas. Desse modo, é possível também promover a capacidade de inovação, introduzindo um novo enfoque do *aprender a desaprender* para um novo *aprender fazendo* no âmbito da organização das empresas e das organizações locais para o acesso às tecnologias recentes. É possível ainda fomentar a transferência de tecnologias rural-rural e o desenvolvimento de novas tecnologias adaptadas ao que existe em termos de saberes locais.

Tudo isso requer um processo permanente e eficaz de formação dos agentes locais e da população-alvo de tais políticas e programas, o que não é uma tarefa fácil, mas, possível. Todos esses itens, trabalhados conjuntamente e sustentados pelos fundamentos discutidos anteriormente, levam via de regra um processo de desenvolvimento sólido e duradouro.

Diante desse quadro, “la elaboración de un plan estratégico con enfoque local se convierte en un proceso esencial para que un territorio o una ciudad pueda definir de forma rigurosa su situación actual así como su futuro” (MARTÍN, 2000, p. 97). Obviamente esse é um processo que pode permanecer sujeito a mudanças e a adaptações, mas que sempre potencializa a coesão social e a cultura local, a partir da construção imagética da comunidade local.

Diante disso, é interessante notar o quanto o valor cultural ganha importância na análise e na elaboração de propostas para o desenvolvimento local e/ou rural. Todavia, é imprescindível a participação social, o abandono do enfoque tradicional, o diálogo entre os agentes públicos e privados, a adoção de novas tendências e de novos conceitos e metodologias capazes de perceber, sentir e aproveitar as oportunidades que o espaço rural oferece. É preciso, pois, pensar e agir inteligentemente, uma vez que, somente a partir de um novo tipo de planejamento e de uma

nueva cultura del desarrollo con el compromiso de construir la gran obra del futuro del mundo con armonía entre la vida urbana y los espacios rurales es posible dar sentido a las políticas y las acciones e introducir los cambios necesarios en la mentalidad social para tomar conciencia – individual y colectiva – de la necesidad de un desarrollo a escala humana y sostenible, de la regeneración de un



mundo rural con unos espacios locales sentidos (MARTÍN, 2000, p. 98).

Diante do exposto, é de se reconhecer que poucas políticas e programas de governo atuam no sentido de colocar em prática propostas baseadas no enfoque territorial, valorizando o capital humano e social. Conforme já afirmamos, o aspecto cultural é de fundamental importância na elaboração dessas políticas, pois é a partir dele que se pode conhecer ou reconhecer os problemas apresentados por cada região ou lugar.

Ao discutir as relações sociais inerentes à diversidade cultural, marcadas muitas vezes por níveis avançados de organização e participação, Putnam (2006) entende que se trata de um capital social historicamente e regionalmente concebido, mas de forma desigual, ao menos no caso da Itália. Para esse autor, o capital social é a própria organização da sociedade, em suas características mais interessantes como confiança, normas, sistemas, podendo-se acrescentar, redes sociais, desde que contribuam para melhorar a eficácia da sociedade, fazendo com que as ações coordenadas fluam e surtam efeitos positivos no processo de construção da democracia e do desenvolvimento social.

É importante notar que “os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo” (PUTNAM, 2006, p. 183). Para isso, é de fundamental importância que haja igualdade política, de modo que as relações sociais se desenvolvam por meio de sistemas horizontais de participação cívica, e não através de sistemas verticais e hierarquizados.

Nesse último caso, as relações clientelistas “envolvem permuta interpessoal e obrigações recíprocas, mas a permuta é vertical e as obrigações assimétricas” (PUTNAM, 2006, 184). Ou seja, nos sistemas de relações clientelistas os vínculos verticais dificultam, e às vezes impedem, a organização grupal e a solidariedade horizontal, especialmente dos “clientes”, isto é, dos que mais necessitam das ajudas e dos benefícios. O clientelismo corresponde a uma “amizade desequilibrada”, ao contrário dos sistemas sociais horizontais, onde a reciprocidade, o empenho e a colaboração de todos em prol de toda, ou de quase toda a sociedade, é um fator marcante e salutar.



Nas regiões onde as comunidades cívicas participam ativamente da política, organizando-se em associações autóctones, incorporando sentidos de responsabilidades sociais e se imbuindo do espírito público, os avanços sociais são mais notórios. Isso é muito mais presente onde o personalismo político é nulo ou ao menos reduzido, isto é, onde o clientelismo personalista, constituído através do voto personificado, deu lugar a compromissos pragmáticos com questões públicas e não com os interesses individuais ou grupais de poderes conservadores, como é o caso da sociedade brasileira.

Nesse sentido, Putnam (2006) afirma que os sistemas de participação cívica são essenciais na constituição do estoque de capital social de uma comunidade, embora criá-los não seja tarefa fácil, mas são indispensáveis para fazer a democracia funcionar.

Nesses termos, os estoques de capital social, do tipo confiança, normas e sistemas de participação tendem a se reforçar de forma mútua. Os círculos virtuosos podem se converter em equilíbrios sociais com significativos níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Essas são algumas características que podem definir uma comunidade cívica e, portanto, o capital social aí constituído. Mas, a ausência desses fatores “na comunidade não-cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos” [grifo nosso] (PUTNAM, 2006, p. 186). Dessa forma, entendemos que tanto os círculos virtuosos quanto os círculos viciosos tendem a se auto-reforçarem.

No Brasil, especialmente em certas regiões do sertão nordestino, como no sertão Potiguar, é possível encontrar círculos virtuosos que dependem mais da expansão de liberdades do que de qualquer outro fator. Nessa região, as redes sociais encontram-se estabelecidas por meio de vínculos familiares e de laços de compartilhamento e de solidariedade, liames de confiança, laboriosidade e outros atributos culturais, mas carece, principalmente, mudanças no campo político, através da constituição ampla e efetiva de sistemas horizontais de participação, onde a coletividade e a reciprocidade suplantem os vínculos clientelistas e os territórios conservadores de poder.

Nesse espaço, carece especialmente a ampliação das “liberdades individuais e grupais”, e isso passa necessariamente pelo campo da



política. Devemos ir muito além da produção e da transformação econômica, do assistencialismo estatal dos programas sociais, incluindo, principalmente, “o desenvolvimento social e político”.

Acredita-se que apesar de a prosperidade econômica ajudar aos indivíduos a terem “opções mais amplas e a levar uma vida mais gratificante, o mesmo se pode dizer sobre educação, melhores cuidados com a saúde, melhores serviços médicos e outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas que as pessoas realmente desfrutam” (SEN, 2000, p. 334).

Várias instituições podem contribuir com o processo de desenvolvimento, assim como com o aumento e sustentação das liberdades individuais, sejam elas “ligadas à operação de mercados, a administrações, legislaturas, partidos políticos, organizações não-governamentais, poder judiciário, mídia e comunidade em geral” (SEN, 2000, p. 336). As políticas de planejamento social precisam valorizar tais instituições, buscando entendê-las de forma articulada e integrada, a partir de suas respectivas estruturas e papéis. Ademais, urge a constituição de valores, pautados e norteados pela ética social e política, atributo igualmente importante no processo de desenvolvimento, tanto quanto no funcionamento dos mercados e no progresso econômico.

Para Sen (2000), uma característica importante da liberdade reside no fato de esta apresentar aspectos diversos, inter-relacionados numa gama de atividades e instituições. Com base nessa premissa, “o princípio organizador que monta todas as peças em um todo integrado é a abrangente preocupação com o processo do aumento das liberdades individuais e o comprometimento social de ajudar para que isso se concretize” (SEN, 2000, p. 336).

Entretanto, com os instrumentos de controle sociopolítico de que dispomos no Brasil, torna-se difícil conseguir estabelecer um padrão de relações baseado nesse princípio de expansão das liberdades de que trata o autor. Liberdade para, por exemplo, para a sociedade civil se organizar e se articular institucionalmente, reivindicar, negociar, enfim, participar dos governos locais e, quando possível, estaduais e federal.

Experiências vividas em algumas regiões e/ou cidades brasileiras demonstram que o nível de organização da população explica a maior parte dos problemas, mas sobretudo os notáveis avanços dessas. As gestões públicas mais bem sucedidas são



exatamente aquelas que têm visões estratégicas de atuação, em termos políticos democráticos, administrativos ou econômicos, e que redefinem as funções do poder executivo priorizando o interesse público e suplantando o clientelismo por estratégias modernas de legitimação.

Dessa forma, é possível criar um novo jeito de governar e um novo campo democrático, enfatizando “real ou simbolicamente, a descentralização, a participação popular e as parcerias do poder público com diferentes agentes sociais (cuja composição varia de acordo com a orientação político-ideológica dos governantes e com a cultura política de cada localidade)” (SOARES; GONDIN, 2002, p. 70).

É importante ressaltar que a dinamização do poder local depende inevitavelmente da participação ativa dos cidadãos, assim como de uma intensa cooperação social e da integração das políticas públicas, as quais devem atuar energeticamente na busca por soluções de problemas estruturais, como o desemprego, por exemplo.

Os autores Guimarães Neto e Bacelar de Araújo (2002, p. 57) entendem que “em países continentais e muito desiguais, como o Brasil, é muito importante discutir mecanismos de articulação entre os atores locais[...]”. Nesses termos, a descentralização coordenada parece ser o modelo mais adequado a ser seguido.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o planejamento público orienta-se historicamente sob a lógica do crescimento e do desenvolvimento econômico, e no caso das políticas para a agropecuária, pautadas na tecnificação e na modernização conservadora do campo, preocupando-se essencialmente em expandir o grande capital agroindustrial, visando o *superávit* primário, sem, contudo, se preocupar em alterar as velhas e complexas questões sociais, a exemplo da estrutura fundiária, marcada pela elevada concentração da terra.

Mesmo assim, diante de algumas conquistas alcançadas, nota-se que as experiências de determinados movimentos populares evidenciam que a organização e a luta se constituíram e se constituem em instrumentos essenciais no processo de transformação social, associados, via de regra, a medidas educativas. Como exemplo pode-se citar o movimento das Ligas Camponesas no Nordeste, o



Movimento dos Sem Terra, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Articulação do Semi-Árido, a Comissão Pastoral da Terra, dentre outros movimentos importantes no processo de configuração política e de constituição do capital humano e social no espaço geográfico brasileiro.

Foram esses e outros movimentos que desencadearam um processo de luta e de cobrança junto ao setor público, no sentido de alertar e mostrar o grave quadro social que historicamente se configurou, marcado pelos estigmas da exclusão e da desigualdade social alarmantes. São esses movimentos que, mesmo muitas vezes reprimidos, ecoam por mudanças estruturais e efetivas, por exemplo, no que diz respeito a estrutura fundiária e ao enfrentamento de problemas de ordem mais política que natural, como é o caso da seca no Nordeste.

O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – é um bom exemplo de conquista da sociedade organizada, pois até fins do século XX pouca ou nenhuma visibilidade tinha o seguimento da agricultura familiar no contexto das políticas públicas nacionais. E seu aperfeiçoamento continua dependendo fundamentalmente do nível de organização dos agricultores familiares, portanto, do capital humano e social constituído na sociedade, e do poder local exercido nas comunidades.

Assim, não raras vezes percebe-se que o caminho a ser seguido é aquele que prima pelas liberdades individuais e grupais, pela organização e participação popular, descentralização política e planejamento territorial pautado nos contextos locais e regionais, onde os instrumentos modernos de democracia são o imperativo para as mudanças e melhorias de que necessita a sociedade.

4 – REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

AZEVEDO, Francisco F. de. **Entre a cultura e a política: uma Geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar**. 2007. 445 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.



BACELAR DE ARAUJO, Tânia. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000^a.

BACELAR DE ARAUJO, Tânia. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 451-468, 1997.

BOISIER, Sergio. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 1998.

FARRELL, Gilda. El desarrollo de un territorio no se puede basar sólo en programas temporales. **Terrarum – Revista de la red aragonesa de desarrollo rural**. Zaragoza: v. outono 2003, n. 7, p. 6-11, 2003.

GUIMARÃES NETO, Leonardo; BACELAR DE ARAÚJO, Tânia. Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In: SOARES, José Arlindo; BAVA, Silvio Caccia. (org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 2002.

KAYSER, Bernard. La cultura, un incentivo para el desarrollo local. In: Cultura y Desarrollo – **Revista Leader Magazine**. Bruxelas: 1994. n. 8. Disponível em: <http://europa.eu/comm/archives/leader2/rural-es/biblio/culture/art03.htm>. Acesso em: 12 maio 2006.

MARTÍN, José C. Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, Madrid, 2000. p. 85-100. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02119803/articulos/AGUC0000110085A.PDF>. Acesso em: 14 abr. 2006.

_____. Desarrollo Local en los espacios rurales. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, Santiago, v.1, n. 2, p. 85-100, 2001.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.



REVISTA LEADER MAGAZINE. **Cultura y Desarrollo**. Bruxelas: 1994. n. 8. Disponível em: http://europa.eu.int/spain/servicio_documentacion/revistas/leader_magazine.html. Acesso em: 12 maio 2006.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, José Arlindo; GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: SOARES, José Arlindo; BAVA, Silvio Caccia. (org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 2002.

VERHELST, Thierry. Las funciones sociales de la cultura. **Revista Leader Magazine**. Bruxelas. n. 8. 1994. Disponível em http://europa.eu.int/spain/servicio_documentacion/revistas/leader_magazine.html. Acesso em: 12 maio 2006.





POLÍTICA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA NO CARIRI PARAIBANO

Ivan Targino¹⁶

Emilia de Rodat Fernandes Moreira¹⁷

RESUMO

O trabalho objetiva analisar o impacto da Política de Aquisição de Alimentos sobre a organização agrária do Cariri Paraibano. A análise baseou-se em pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa direta compreendeu o reconhecimento da área, entrevistas com produtores, com gerentes de usinas de beneficiamento de leite e com técnicos e visita às unidades de produção. O estudo conclui que a política pública tem sido fundamental para a sustentação da pequena propriedade no Cariri Paraibano, à medida que tem elevado o nível de renda, fortalecido a base técnica da produção, criado novas oportunidades de ocupação. Da combinação desses impactos resulta uma maior capacidade de retenção da força-de-trabalho por parte da unidade de produção familiar, contribuindo para reduzir o êxodo rural. Em síntese, o Programa tem propiciado mudanças na organização agrária regional, particularmente, no tocante às formas de utilização do solo, e nas relações campo-cidade.

Palavras-Chave: Política pública, Organização agrária, Cariri Paraibano.

PUBLIC POLICY AND AGRARIAN ORGANIZATION IN THE CARIRI PARAIBANO

ABSTRACT

This paper aims to examine the impact of the Food Policy Acquisition on the agrarian organization of the Cariri Paraibano. The analysis is based on literature search and on direct methods of investigation. The direct search includes recognition of the area, interviews with producers, with managers of milk processing plants

¹⁶ Professor Dr. do Departamento de Economia, do PPGE e do PPGG/ UFPB. E-mail: ivantargino@bol.com.br

¹⁷ Professora Dra. do Departamento de Geociências e do PPGG/UFPB. E-mail: erodat@hotmail.com



and with the technicians and visits to production units. The study concludes that public policy has been critical to the support of small property in Cariri Paraibano since raised the level of income, strengthened the technical basis of production and created new opportunities for occupation. The combination of these impacts resulting in a greater capacity for retention of force of work by the family production unit, helping to reduce the rural exodus. In summary, the Program provided changes in the regional agrarian organization, particularly with regard to forms of land use, and in the field-city relations.

Keywords: Public policy, Agrarian organization, Cariri Paraibano.

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é analisar o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos / Modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite¹⁸ (Programa do Leite) sobre a organização agrária do Cariri Paraibano, em particular, sobre a estrutura sócio-econômica da pequena produção agropecuária na microrregião do Cariri Ocidental, mais especificamente, no município de São Sebastião de Umbuzeiro (PB).

Escolheu-se o estudo de caso como procedimento metodológico para a realização deste trabalho por três razões básicas: em primeiro lugar, por não haver ainda nenhum estudo sobre o programa com o enfoque escolhido para essa investigação; os estudos existentes fazem uma apreciação geral sobre o programa, mas sem analisar os seus impactos sobre a produção familiar rural¹⁹; a metodologia permite um aprofundamento maior do problema estudado, bem como possibilita um maior grau de liberdade na abordagem do objeto de estudo.

¹⁸ Neste trabalho, a modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite do Programa de Aquisição de Alimentos será denominada, simplesmente, como Programa do Leite.

¹⁹ Do conhecimento dos autores, existem três pesquisas sobre o assunto: Duque (2007), IDEME (2006) e Galvão et al. (2006). Em nenhum desses trabalhos, contudo, é dada uma atenção especial aos impactos do Programa sobre a organização da produção familiar, particularmente, sobre o emprego.



Foram adotados vários instrumentos de investigação, dentre os quais destacam-se: pesquisa bibliográfica; levantamento de informações secundárias junto a diferentes órgãos da administração estadual ligados ao Programa do Leite (Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba, Instituto de Desenvolvimento Estadual e Municipal etc.); visita de campo e realização de entrevistas com o presidente da Associação dos Produtores da Comunidade de Capitão-Mor e Outras, e com pequenos produtores rurais. A visita de campo e as entrevistas tiveram lugar no mês de abril de 2007.

A pergunta central que orientou a investigação foi procurar saber como o Programa do Leite tem influenciado a organização da produção familiar rural no município de São Sebastião de Umbuzeiro. Ou, de uma forma mais geral, como a política pública pode ser usada de forma a dar sustentação e viabilizar a produção familiar em um contexto capitalista de produção.

Na busca de responder a esses questionamentos, o presente artigo está organizado em cinco sessões, além dessa introdução. A primeira contempla algumas notas teóricas a respeito da permanência da produção familiar em uma formação social capitalista. A segunda traça um perfil da constituição histórica do espaço agrário no Cariri Paraibano e de seus limitantes naturais. A terceira discute a implantação do Programa do Leite na região objeto de estudo. A quarta analisa a crise da produção familiar no Cariri e os impactos do Programa do Leite. A quinta e última sessão expõe algumas considerações que puderam ser construídas a partir do estudo efetuado.

1 – PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL NO CONTEXTO DE UMA FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA

O estudo está amparado, do ponto de vista teórico-conceitual, no quadro da discussão sobre o lugar do campesinato no processo de desenvolvimento capitalista na agricultura. Segundo uma leitura unilinear²⁰ das proposições de Marx, o campesinato tenderia a desaparecer como uma etapa do chamado processo de acumulação primitiva:

²⁰ Para uma discussão sobre a interpretação unilinear e multilinear de Marx a respeito do campesinato, veja Cantalice (1985).



O sistema capitalista pressupõe a dissociação dos trabalhadores e a propriedade dos meios de produção pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 1984, p. 830)

Embora essa visão tenha sido abraçada por Lênin, particularmente no Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, quando defende a tese da desagregação do campesinato, ele posteriormente abre uma primeira e importante revisão desta concepção quando apresenta as duas vias possíveis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a via prussiana e a via americana (TEPICHT, 1973).

Kautsky, no seu livro “A questão agrária”, embora desenvolva a concepção de Marx sobre a agricultura parcelária, também introduz alguns elementos que contribuem para a discussão sobre a permanência da produção familiar: a constituição de cooperativas e a ação do Estado, através de políticas que favoreçam os pequenos produtores.

Com a publicação dos Grundrisse (MARX, 1977), o debate ganha novos contornos. A extinção da pequena produção já não aparece como uma tendência inexorável do desenvolvimento capitalista na agricultura, pois o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não capitalistas, contanto que favoreçam o processo de acumulação. São, particularmente ilustrativas dessa visão, as considerações feitas por Marx, no esboço das cartas em resposta a Vera Sassulitch (2005, p. 111), sobre as possibilidades do desenvolvimento da produção camponesa russa.

Como contraponto a essa posição, são importantes as contribuições de Chayanov (1981) ao precisar que a pequena produção tem condições de se manter mesmo em uma economia de mercado, uma vez que ela está organizada com base na lógica da



reprodução da unidade camponesa que é, ao mesmo tempo, unidade de consumo e de produção.

A partir desses elementos teóricos, colocam-se as perguntas: qual a possibilidade efetiva de reprodução da pequena unidade de produção em um contexto onde o mercado domina não apenas as estruturas econômicas, como também as sociais e político-ideológicas? Que papel pode desempenhar o Estado (na sua dupla função de legitimação e de acumulação) para criar suportes que favoreçam a permanência da pequena produção em regiões ambientalmente restritivas, de modo a preservar a sua importância no processo de desenvolvimento territorial regional? Essas duas perguntas norteiam a análise do problema investigado: o papel da política pública como suporte de sustentação à pequena produção no Cariri Paraibano.

2 – A PRODUÇÃO FAMILIAR NO ESPAÇO AGRÁRIO DO CARIRI PARAIBANO

Situada na porção semi-árida do Estado da Paraíba, essa região caracteriza-se pelos mais baixos índices pluviométricos estaduais (média anual entre 350mm e 700 mm), por uma estação chuvosa curta, concentrada nos quatro primeiros meses do ano com precipitações bastante irregulares, por temperaturas elevadas, superiores a 24°C, por uma cobertura vegetal de caatinga, pela intermitência dos seus recursos hídricos e pela presença de solos, em geral, sensíveis à erosão e à salinização (CARVALHO, 1982).

O povoamento e a ocupação desse território foram comandados pela penetração da pecuária, a partir do final do século XVII. Das características naturais e da atividade econômica dominante, resultou uma organização espacial de baixa densidade populacional e econômica. A partir do século XIX, uma outra atividade é introduzida na região, a cotonicultura. O cultivo do algodão reforçou o sistema de parceria, ao mesmo tempo em que imprimiu um maior grau de monetarização na economia regional.

A estrutura fundiária é concentrada. O índice de Gini relativo à distribuição da propriedade da terra é superior a 0,8 (MOREIRA, 1997). Deve-se lembrar, contudo, que as propriedades têm sofrido um contínuo processo de divisão por herança. Nem sempre esse fracionamento é legalizado, de modo que é possível que o grau de



concentração da estrutura fundiária seja menor do que o revelado pelo censo agropecuário. Em virtude desse processo de fracionamento, é freqüente encontrar-se várias famílias de herdeiros que residem em uma mesma propriedade, havendo uma partilha informal. Observe-se que, em virtude do processo migratório, nem todos os herdeiros se ocupam dos lotes que lhes pertencem. A parte da propriedade que caberia aos herdeiros é, via de regra, cultivada pelos que permanecem na terra.

A organização da produção no Cariri Paraibano esteve, historicamente, marcada pela combinação agricultura-pecuária, mais particularmente pela combinação gado-algodão-culturas alimentares. O fluxo de renda era garantido pela comercialização do algodão. Mesmo nas pequenas propriedades, era essa também a forma dominante de utilização dos solos, sendo que as lavouras alimentares (feijão e milho, principalmente) destinavam-se ao auto-consumo.

Vale ressaltar que a produção familiar não se circunscreveu apenas às pequenas propriedades, pois o cultivo do algodão nos grandes estabelecimentos era feito, regra geral, através dos sistemas de parceria e de arrendamento. Desse modo, tem-se a presença da produção camponesa no interior mesmo das grandes propriedades (ANDRADE, 2005).

Essa forma de organização do espaço agrário regional perdurou até a primeira metade dos anos 80 do século XX. A incidência da praga do bicudo a partir de então, praticamente, eliminou a produção algodoeira, afetando tanto as grandes quanto as pequenas propriedades. As pequenas ficaram restritas a uma produção diminuta das lavouras alimentares tradicionais. As grandes reforçaram a atividade pecuária, restringindo o espaço dos parceiros e arrendatários no seu interior, uma vez que as áreas cultivadas pelos antigos parceiros e arrendatários passaram a ser requisitadas para a expansão da pecuária. Vale lembrar que a expansão da pecuária teve também efeitos perversos sobre o meio ambiente, na medida em que ensejou o desmatamento da cobertura vegetal original para implantação do pasto.

Além do efeito gravoso da praga do bicudo sobre a organização agrária regional, foram registrados vários períodos de seca rigorosa, nas últimas décadas (79-83; 93; 98-99), afetando tanto a produção de lavoura quanto a pecuária (NEVES, 1999; TARGINO e MOREIRA, 2006). Da conjugação desses fatores, resultou a desarticulação



produtiva das pequenas unidades de produção, repercutindo na intensidade do processo migratório, tanto de curta, quanto de longa distância.

3 – O PROGRAMA DO LEITE: UMA VISÃO GERAL

O artigo 19 da Lei n. 10.696 de 2/6/2003 criou o Programa de Aquisição de Alimentos, “com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.” Esse Programa comporta quatro modalidades, dentre elas o “Incentivo à produção e consumo do leite”. Essa modalidade tem como objetivo:

... incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço (MDS).

O Programa de Aquisição de Alimentos / Modalidade Leite tem, na verdade, duas vertentes:

- a) a primeira diz respeito à aquisição do leite para ser beneficiado (pasteurização, produção de iogurte, doce e queijo); a aquisição é feita por usinas de beneficiamento, pertencentes seja a cooperativas, seja a proprietários individuais que adquirem o leite de produtores de vários municípios (até 30 litros por produtor credenciado);
- b) a segunda, trata da distribuição do leite para instituições públicas (escolas, hospitais, etc.) e para famílias onde haja crianças, gestantes, nutrízes e/ou idosos.

Este trabalho ocupa-se da primeira vertente do Programa.

Para participar do Programa o produtor deve preencher dois requisitos básicos: pertencer a uma associação e ter a declaração de aptidão do produtor (DAP), emitida pelo sindicato ou pela



EMATER²¹. Inicialmente, os produtores cadastrados estavam divididos em três categorias: fornecedores de até 30 litros, fornecedores de 31 a 60 litros e fornecedores de 60 a 100 litros diários. Os fornecedores de até 30 litros têm precedência sobre os demais, já que o Programa objetiva o fortalecimento da produção familiar.

Posteriormente, essa diferenciação foi eliminada, em virtude dos grandes produtores estarem ocupando um espaço significativo no interior do programa, desvirtualizando os seus objetivos²². Ficou estabelecido o limite de apenas 30 litros de leite por produtor cadastrado. Na prática, o novo limite de até 30 litros diários não tem sido obedecido, pois tem ocorrido o cadastramento de mais de uma pessoa da unidade familiar. Cada produtor tem um limite de venda de até R\$ 3.500,00 por semestre. Uma vez atingido esse teto, o fornecimento do produtor fica suspenso até o próximo semestre.

O leite de cabra é comprado por R\$ 1,40, sendo pago ao produtor R\$ 1,00 e R\$ 0,40 à usina. O leite de vaca é um pouco mais barato, sendo comprado pelo Programa a R\$ 1,15, desse valor R\$ 0,70 é repassado ao produtor e R\$ 0,45 ao laticínio.

A execução do Programa é possibilitada através de uma parceria entre o governo federal e os governos estaduais. O primeiro entra com 80% dos custos financeiros e os segundos com 20% dos custos financeiros, responsabilizando-se também pela operacionalização do Programa. No caso da Paraíba, duas secretarias de estado estão envolvidas: a secretaria de Desenvolvimento Humano através da Fundação de Ação Comunitária (FAC) e a Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca. À FAC cabe realizar o cadastramento das famílias beneficiárias do recebimento do leite e o credenciamento das usinas de leite. Os escritórios locais da EMATER além de fornecerem a DAP, em alguns municípios também têm a responsabilidade de supervisionar e controlar a distribuição do leite para as famílias.

²¹ Essas guias, via de regra, são emitidas com base nas declarações dos próprios produtores, sem haver uma verificação por parte dos técnicos da EMATER, o que pode ensejar falsidade nas informações prestadas (DUQUE, 2007).

²² Essa mudança ensejou reações dos produtores de leite que através de manifestações públicas procuram influenciar a opinião pública e a classe política a fim de pressionar o governo federal de modo que fosse revogada a medida restritiva de aquisição do leite.



Em princípio, é também da responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, pela mediação da EMATER, a prestação de serviços de orientação técnica aos produtores, particularmente, no tocante aos cuidados fitossanitários dos rebanhos. Essa função, no entanto, tem se mostrado bastante deficitária, em virtude da falta de meios existentes nos escritórios locais. Tanto há carência de meios materiais quanto de recursos humanos. Desse modo, na prática, a orientação técnica não é prestada, ou o é de forma muito precária.

A fiscalização da qualidade do leite é feita pelo serviço de inspeção estadual ou federal, utilizando-se de laboratórios existentes nas Universidades, a exemplo do NUPPA (Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos) da Universidade Federal da Paraíba.

Atualmente, sob os estímulos do Programa estão instaladas 16 usinas de beneficiamento de leite de vaca e seis usinas de beneficiamento de leite de cabra no Estado. A sua distribuição espacial pode ser observada no Quadro 1, abaixo. Elas foram constituídas ora por iniciativa de empresários isolados, ora tendo por base a criação de cooperativas ou associações de pequenos produtores.

QUADRO 1 – PARAÍBA: DISTRIBUIÇÃO DAS USINAS DE LEITE POR MESORREGIÕES E MUNICÍPIOS.

USINAS	MESORREGIÃO	MUNICÍPIO	TIPO
Leite Ideal	Mata Paraibana	João Pessoa	Vaca
Laticínio Du Campo	Mata Paraibana	João Pessoa	Vaca
Natural Gurt	Agreste Paraibano	Pilar	Vaca
Vakilla	Borborema	Lagoa Seca	Vaca
Leite Cariri	Borborema	Campina Grande	Vaca
Leite Vita	Borborema	Caturité	Vaca
ACELP	Borborema	Taperoá	Vaca
Laticínio Grupiara	Borborema	Taperoá	Vaca
CABRALAC	Sertão Paraibano	Passagem	Vaca
Condomínio Agroindustrial Desterro	Sertão Paraibano	Desterro	Vaca
Usina de Beneficiamento de Maturéia	Sertão Paraibano	Maturéia	Vaca
Leite da Serra	Sertão Paraibano	Patos	Vaca
Milla Derivados de Leite	Sertão Paraibano	Diamante	Vaca
Laticínio Max Milk	Sertão Paraibano	Paulista	Vaca
COLETTE	Sertão Paraibano	Sousa	Vaca
Laticínio Luty	Sertão Paraibano	Sousa	Vaca
Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra	Borborema	Monteiro	Cabra
Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra	Borborema	Sumé	Cabra
Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra	Borborema	Amparo	Cabra
Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra	Borborema	Prata	Cabra
Laticínio Vila do Carová	Borborema	S. S.Umbuzeiro	Cabra
Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra	Borborema	Zabelê	Cabra
Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra	Borborema	Cabaceiras	Cabra

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca.



Como se pode observar, existem usinas implantadas em 21 municípios do Estado. De acordo com informações colhidas na Secretária de Abastecimento, Irrigação e Agricultura do Estado e confirmadas pelo documento do IDEME, o número de produtores cadastrados é de aproximadamente 2.900, sendo 2.500 de leite de vaca e 400 de produtores de leite de cabra (IDEME, 2006).

Os produtores de cabra estão concentrados na mesorregião da Borborema, particularmente, nas microrregiões do Cariri Ocidental e Oriental. Essa concentração de usinas de beneficiamento de leite de cabra nessa porção do Estado acha-se relacionada, em grande parte, às condições naturais aí prevaletentes, que oferecem fortes restrições à produção de lavouras e à criação de bovinos, não obstante essa ter sido a atividade responsável pelo processo inicial de ocupação territorial.

Por outro lado, essa área foi beneficiada pelo programa de fomento à caprinocultura, executado a partir da segunda metade dos anos noventa pelo governo estadual.

No tocante à distribuição do leite, o Programa abrange cerca de 120 mil famílias no Estado²³. Esse é um número expressivo, pois corresponde a 14,1% do total das famílias existentes na Paraíba. Considerando que o número médio de pessoas por família na Paraíba é de 4,05, tem-se que, aproximadamente, 486 mil pessoas são beneficiadas pelo Programa no Estado numa população total estimada pelo IBGE de 3,6 milhões de pessoas em 2005.

4 – O PROGRAMA DO LEITE EM S. S. DE UMBUZEIRO E SEUS IMPACTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL

Como já referenciado anteriormente, a produção agropecuária municipal tem sofrido fortes restrições seja por conta da praga do bicudo que dizimou a lavoura do algodão, seja por conta da irregularidade climática que tem afetado, particularmente, essa região (NEVES, 1999).

A crise do algodão desestruturou os alicerces da economia local, construídos com base no sistema gado-algodão de forma de uso do solo (MELO, 1977; ANDRADE, 2005), conforme visto anteriormente. Com o fim da lavoura algodoeira, há mudanças

²³ A perspectiva do governo estadual é expandir o programa de modo a beneficiar mais de três mil produtores de leite.



substanciais tanto no volume, quanto na forma de organização da produção, de modo especial nas relações de produção com a retração da parceria e arrendamento.

A agricultura ficou restrita às lavouras de subsistência tradicionais, isto é, ao cultivo do feijão e do milho. O cultivo exclusivo de tais produtos, em virtude do seu baixo valor comercial e da irregularidade climática, não garantia mais a sustentação da unidade familiar. Por sua vez, a pecuária também foi bastante afetada pelos sucessivos períodos de seca, destacando-se a seca de 89/93 e a de 98/99 (TARGINO e MOREIRA, 2006). Por ocasião da seca de 1998/99, a situação da pecuária foi descrita por Neves (1999, 43) da seguinte forma:

Comparando com o ano de 1997, os rebanhos de bovino, caprino e ovino, os principais produzidos no município, reduziram-se cerca de 41,07%, 24,02% e 40,23% respectivamente. Porém, os prejuízos só não foram maiores porque mais uma vez os produtores redobram seus esforços para salvar seus rebanhos. Como acontece em todos os anos secos, com o esgotamento de suas reservas de ração animal (capim, palma, forragens armazenadas, etc) e sem nenhum recurso financeiro, os criadores não encontraram outra alternativa a não ser fazer dos cactos (mandacaru, xiquexique e macambira) uma espécie de ração, que segundo os técnicos da EMATER é de baixo valor nutritivo. Além do mais, é um processo bastante rudimentar²⁴ O pior é que até estes recursos já estão em extinção no município, o que torna a situação ainda mais desesperadora. Outro fator que agravou ainda mais a situação dos criadores foi a falta d'água. Com a persistência da seca, as reservas hídricas praticamente desapareceram, sendo necessário, então, cavar cacimbas no leito dos riachos e açudes para saciar a sede dos animais.

Diante de tal quadro, uma saída importante encontrada pela população foi a migração. Com efeito, a partir dos anos oitenta, observa-se a intensificação do êxodo rural na região. Como pode ser

²⁴ O processo se dá da seguinte forma: primeiro, corta-se o cacto juntando-o em uma espécie de "coivara". Em seguida, atea-se fogo para queimar os espinhos. Após queimado, o cacto é espalhado ao redor da "coivara", onde o gado se alimenta.



visto na Tabela 1, as microrregiões do Cariri Ocidental e do Cariri Oriental apresentaram altas taxas de decréscimo de sua população no período compreendido entre 1980 e 1996, resultando num êxodo estimado da ordem de 15,3 mil pessoas. De acordo com os dados preliminares da contagem da população de 2007, essa tendência de declínio da população continuou durante os últimos dez anos, observando-se em alguns municípios da região uma redução absoluta da população municipal, principalmente no tocante à população rural.

TABELA 1 - PARAÍBA: TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL (1980-1996) E ESTIMATIVAS DO ÊXODO RURAL (1991-1996) POR MICRORREGIÕES

Meso e Microrregiões	Taxas de crescimento		Êxodo estimado 91/96	
	1980/91	1991/96	Freq. Ab.	Freq. Rel
MATA PARAIBANA	-0,7	-0,6	16.483	8,49
Litotal Norte	-0,9	-0,8	6.224	3,21
Litoral Sul	0,5	-0,2	2.523	1,3
João Pessoa	-0,4	0,7	1.006	0,52
Sapé	-1,4	-1,6	6.730	3,47
AGRESTE PARAIBANO	-1	-1,7	69.759	35,94
Curimataú Oriental	-1,2	-0,6	5.606	2,89
Brejo Paraibano	-1,4	-2,4	13.962	7,19
Campina Grande	-0,2	-1	10.392	5,35
Curimataú Ocidental	-1,5	-4,2	13.081	6,74
Esperança	-0,4	-1,2	2.908	1,5
Guarabira	-1,9	-1,5	8.832	4,55
Itabaiana	-1	-1,2	7.234	3,73
Umbuzeiro	-0,3	-2	7.743	3,99
BORBOREMA	-1,8	-2,4	26.748	13,78
Cariri Oriental	-0,7	-1,1	4.793	2,47
Cariri Ocidental	-2,5	-2,4	10.540	5,43
Seridó Ocidental	-3	-7,6	5.826	3
Seridó Oriental	-1,1	-1,7	5.590	2,88
SERTÃO PARAIBANO	1,5	-2,8	81.129	41,79
Cajazeiras	-1,2	-1,7	11.795	6,08
Catolé do Rocha	-2	-2,6	15.718	8,1
Itaporanga	-1,5	-3	10.116	5,21
Patos	-2,7	-1,1	3.151	1,62
Piancó	1,7	-3,7	10.569	5,44
Sousa	-2	-2,1	13.274	6,84
Teixeira	-0,3	-3,2	16.507	8,5
PARAÍBA	-1,3	-1,9	194.119	100

Fonte: Targino e Moreira, 2000.

É possível que tal êxodo constitua uma estratégia significativa para a manutenção da pequena propriedade em um contexto econômico e ambiental que se lhe apresenta fortemente desfavorável.



A migração contribui de três formas, pelo menos, para a sua permanência. De um lado, o envio de renda dos que migram garante o sustento dos familiares que ficam, servindo como um reforço para a renda familiar; a saída de membros das famílias reduz a pressão demográfica sobre a terra, impedindo a sua fragmentação e, em consequência, os riscos de absorção pela grande propriedade e; os ganhos obtidos no lugar de destino permitem novas inversões na propriedade, elevando o seu padrão tecnológico.

Diante da crise econômica que se abateu sobre a região, foram esboçadas algumas articulações políticas entre os municípios e outros parceiros institucionais (SEBRAE, UFPB, etc.), que resultaram no chamado Pacto Novo Cariri, institucionalizado no PROCARIRI – Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Cariri. “Um dos projetos do PROCARIRI foi o de Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura na Região.” (GALVÃO et al., 2006).

Não resta dúvida que a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (Modalidade Leite) constituiu um reforço significativo ao Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura, pois garantiu os recursos necessários para a sustentação do Programa. Conforme depoimentos colhidos por ocasião da pesquisa direta, foram vários os depoimentos nessa direção.

Também em São Sebastião de Umbuzeiro, os estímulos ao desenvolvimento da caprinovinocultura foram anteriores ao Programa do Leite. No contexto do PROCARIRI, foi fundado o Laticínio Vila do Caróá, em outubro de 2001. No entanto, só após 2003, foi que houve uma maior dinamização da produção de leite de cabra. Por exigência do Programa, foi criada a Associação dos Produtores da Comunidade de Capitão-mor e Outros²⁵. Atualmente, a Associação conta com cerca de 30 membros, cada um com uma produção que varia entre 30 e 100 litros diários.

Para implantar o Programa no município foi necessária a realização de investimentos elevados, em relação ao contexto econômico local. Para tanto a Associação recorreu a financiamentos junto ao PRONAF e à parceria com a prefeitura para a cessão de

²⁵ Pelo que foi possível observar na pesquisa de campo, a forma de organização da associação foi fundamental para a experiência bem sucedida do Programa no município. O presidente da associação tem nível superior (economista), com capacidade organizativa, de liderança e de iniciativa.



alguns equipamentos, visando a montagem da usina, e cessão do terreno onde foi construído o laticínio. Além dos equipamentos para a usina de pasteurização do leite, foram também adquiridas máquinas para a fabricação do queijo e do iogurte²⁶. Também foi preciso dar atenção especial à qualificação dos produtores. Daí a realização de cursos e treinamentos que objetivaram orientar os produtores nos seguintes itens:

- a) melhoria do plantel com a introdução de novas raças (saanen, parda, etc.), objetivando o aumento da produção de leite; para tanto foi fundamental a articulação com o PRONAF a fim de conseguir os recursos necessários para a aquisição de matrizes e de reprodutores²⁷;
- b) orientação sobre a montagem da infra-estrutura para a criação. Essa orientação abrangeu os seguintes aspectos: i) construção de cercas e de currais²⁸; ii) construção de infra-estrutura hídrica, tais como poço artesiano, barragens, etc.; iii) plantio de palma e de capim para alimentação do rebanho; iv) construção de silos para garantir alimentação do rebanho durante o período seco; v) construção de cocheira e do local para a ordenha; vi) construção de armazém para guardar a ração e os equipamentos da ordenha. Para a realização dessas despesas tem-se recorrido, também, aos recursos ao PRONAF;
- c) treinamento para que a realização da ordenha do rebanho seja feita de modo a garantir a obtenção de um leite sem

²⁶ Esses equipamentos estão sem utilização, pois o mercado para esses produtos mostrou-se insuficiente. No caso do queijo e do iogurte de cabra, a maior restrição está associada ao gosto do consumidor local, que não aprovou o cheiro e sabor fortes desses produtos.

²⁷ Vale destacar que essa experiência representou uma boa iniciativa no sentido de superar um ponto crítico dos financiamentos do PRONAF que é a desvinculação entre a cessão dos recursos e a capacitação técnica e acompanhamento produtivo dos beneficiários do crédito.

²⁸ A construção de currais é imprescindível para manter o reprodutor separado das matrizes, com a finalidade de evitar que o seu “cheiro” passe para o leite, obtendo-se com isso um leite mais próximo do gosto do consumidor.



contaminação, bem como impedir que o animal se contamine após a ordenha²⁹;

- d) capacitação dos produtores quanto aos cuidados com o rebanho (alimentação, vacinação, vermifugação, etc.) e ao manejo para que haja um escalonamento na cobertura das fêmeas a fim de garantir uma produção regular do leite.

A inserção do pequeno produtor no Programa do Leite promoveu mudanças substanciais tanto na organização interna da unidade de produção familiar, quanto na sua forma de inserção no mercado. Quanto às mudanças na organização interna podem ser destacados os seguintes aspectos:

- a) reorganização na utilização do espaço da propriedade, privilegiando o uso do solo relacionado à atividade pecuária; expandiram-se as áreas de plantio de palma forrageira e de capim, assim como as de milho para formação de silos;
- b) melhoria do plantel das propriedades, particularmente, dos rebanhos de cabra;
- c) elevação do nível de acumulação, manifesto nos investimentos realizados para ampliação e melhoramento do rebanho, assim como na melhoria da infraestrutura das propriedades, etc.;
- d) disseminação de conhecimentos técnicos e melhoria da base técnica da produção;
- e) maior participação da mulher no processo produtivo, particularmente, na criação das cabras;
- f) elevação dos custos de produção em decorrência da aquisição de produtos para alimentação do rebanho (sal mineral, farelo de trigo, de soja, de milho, de cevada e de algodão) e para os cuidados sanitários (vacinas, vermíferos, etc.);
- g) melhoria no nível de renda e criação de novas oportunidades de emprego o que contribuiu para a redução do fluxo migratório.

²⁹ Antes da ordenha é preciso lavar e enxugar o úbere da cabra. Após a ordenha, os canais do úbere da cabra ficam abertos. Para evitar a contaminação dos mesmos é preciso passar iodo e impedir que o animal se deite, fornecendo-lhe ração para mantê-lo em pé.



Quanto à forma de inserção no mercado, observa-se um maior estreitamento nas relações entre o pequeno produtor e o mercado, podendo ser lembrados os seguintes aspectos:

- a) antes do Programa, as cabras não eram ordenhadas, ficando o leite para a alimentação dos cabritos, vale dizer que o Programa criou uma demanda pelo leite; além disso, o Programa fixou o preço do leite tanto de cabra quanto de vaca, contribuindo para a estabilização da receita dos produtores;
- b) o pequeno produtor passou a utilizar insumos industrializados, a exemplo das rações e dos remédios, estimulando o surgimento de setor especializado para a venda desses produtos no mercado urbano local;
- c) incrementaram-se as articulações do pequeno produtor com o sistema financeiro, de modo especial, através do PRONAF;
- d) aumentaram a demanda pelos serviços de extensão rural e as exigências quanto aos serviços prestados pela EMATER, seja para a elaboração de projetos de financiamento, seja para o acompanhamento técnico dos rebanhos.

A apreciação do Programa por parte dos produtores familiares é bastante positiva, como pode ser constatado a partir de alguns depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo, abaixo transcritos:

Antes era o povo vendendo a propriedade para ir embora. Hoje é diferente, quem tem terra tá produzindo, quem não tem, tá querendo comprar. O programa resgatou a auto-estima do produtor. Hoje se você disser: eu sou produtor de cabra todas as portas se abrem. O produtor gosta de receber pelo que trabalha, não gosta de receber de graça. Aqui antes era criança desnutrida, velha desdentada, hoje não tem mais isso.

Morei 17 anos em São Paulo. Era caixeiro viajante. Vendia renascença. Era uma atividade que rendia bom dinheiro. Vivia de palitô e gravata, pois a minha clientela era uma clientela qualificada. Deixei tudo isso para vir morar aqui por duas razões: a primeira foi a violência em São Paulo e a



segunda foi a possibilidade de ter uma renda adequada com o Programa do leite.

Antes do programa do leite, eu utilizava o leite para fazer queijo. Mas o preço era pequeno e não conseguia vender tudo. Se não fosse o programa a situação estava muito ruim. Hoje eu tenho uma renda bruta de três mil reais.

Dos depoimentos acima se depreende que o Programa do Leite tem propiciado ao pequeno produtor uma renda que garante a subsistência da unidade familiar, possibilitando a permanência dos seus membros no município. Além dos aspectos mais relacionados com a organização da unidade de produção e de suas articulações com mercado, deve ser ressaltado que a implantação do Programa do Leite em São Sebastião de Umbuzeiro tem representado um processo de desenvolvimento territorial e de governança local, envolvendo vários atores: poder público (nas suas três esferas), instituições para-estatais (SEBRAE, EMATER) e organizações da sociedade civil, com destaque para a Associação dos Pequenos Produtores.

As informações levantadas permitem afirmar que alguns elementos da dinâmica gerada localmente têm sido responsáveis pelo sucesso do Programa no município. Dentre esses, merecem realce no caso estudado: o movimento organizativo local que resultou na instalação da usina por parte da Associação; o envolvimento da Associação com o processo de qualificação dos produtores e; a constituição de parcerias dinâmicas com as diversas instâncias integrantes do processo de produção e comercialização do leite. Em outros municípios visitados na região, o impacto do Programa não tem a mesma dimensão do observado em São Sebastião do Umbuzeiro, em virtude da ausência de alguns dos elementos anteriormente citados.

Deve ficar registrado que além do Programa do Leite há outras formas de atuação do Estado no município com reflexos sobre a renda da unidade produção familiar rural. Dentre elas duas merecem ser citadas: a piscicultura praticada no açude Santo Antonio e a atividade da renda renascença. Tanto a piscicultura quanto a renascença estão sendo dinamizadas por suas respectivas associações e estão ligadas a programas estatais. Essas atividades representam uma contribuição para a formação da renda, caracterizando a pluriatividade das unidades de produção familiar.



Apesar dos impactos positivos do programa sobre a dinâmica da organização da pequena produção no município, não convém esquecer alguns riscos que tais iniciativas podem representar para a sua sustentabilidade. Em primeiro lugar, o estímulo à produção do leite não pode se converter em uma medida que estimule a monotividade. Isto é, deve-se buscar outras fontes alternativas de geração de renda monetária por parte das pequenas unidades, pois a dependência exclusiva do Programa do Leite expõe essas unidades a sérios riscos: uma doença no rebanho, uma mudança na política, etc. poderão colocar em risco a sua própria sobrevivência. Afinal, nunca se deve por todos os ovos em uma única cesta (TOBIN, 1958). Esses riscos são maiores à medida que o rebanho é importado, com pouca adaptabilidade às condições climáticas da região. Isso é particularmente verdade no caso da caprinovinocultura.

Além disso, a produção de leite implica em uma elevação substancial dos custos de produção no interior das unidades de produção familiar. Como já foi referenciado, a produção do leite implica em mudança substancial no processo produtivo, com a incorporação de novos insumos (aquisição de alimentos balanceados, de remédios, de transporte, etc.), que elevam, de forma significativa, a estrutura de custos da unidade de produção. Nesse particular, chama-se a atenção para o fato da pequena produção, tradicionalmente, internalizar a produção de insumos como estratégia de reduzir os seus custos. Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de pesquisas que possam detectar e desenvolver formas alternativas de alimentação do rebanho e de cuidados sanitários, tendo em vista a redução dos custos de produção. Isso é tanto mais imperioso uma vez que a disseminação da Cochonilha do Carmim, que tem se disseminado no Cariri, tem levado à eliminação dos plantios de palma forrageira, elemento fundamental na dieta alimentar dos rebanhos. Tal disseminação representa um sério risco à sustentabilidade da pecuária na região.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo efetuado permite concluir que a ação do Estado, através da implantação de políticas públicas, tem sido fundamental para a sustentação e permanência da pequena propriedade no município de São Sebastião do Umbuzeiro, à medida que tem



contribuído para: elevação do nível de renda, o fortalecimento da base técnica da produção, a criação de novas oportunidades de ocupação e para a modificação das relações entre os membros da família, particularmente, no tocante ao papel das mulheres no processo produtivo. Desse modo, a ação estatal possibilitou a reversão da tendência em curso de fragilização da agricultura familiar regional que vinha intensificando os fatores determinantes da mobilidade espacial da população municipal. Com efeito, o fortalecimento da produção familiar rural resultou em uma maior capacidade de retenção da força-de-trabalho, contribuindo para reduzir o êxodo rural.

Em síntese, o Programa tem propiciado mudanças na organização agrária regional, particularmente, no tocante às formas de utilização do solo e nas relações campo-cidade. A reversão observada no quadro da produção familiar propiciada pela ação estatal foi potencializada pelo envolvimento da sociedade civil ao criar e manter canais associativos competentes para garantir a participação efetiva dos produtores locais. Não se pode afirmar, no entanto, que essa dinâmica esteja consolidada. Mudanças na política pública, na construção de parcerias e no nível de envolvimento organizativo dos produtores podem colocar em risco todo esse processo. É fundamental que essa política não seja desvirtuada de modo a estimular a mono-atividade no interior das pequenas unidades de produção e a elevar os seus custos de produção. Com efeito, a pluratividade é uma característica que tem assegurado a continuidade da pequena produção, mesmo quando se observa uma forte integração sua aos mecanismos de mercado.

6 - REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

CANTALICE, Dulce. **Capital, estado e conflito**: questionando Alagamar. Campina Grande: Curso de Mestrado em Economia Rural/UEPB, 1985.

CARVALHO, Maria Gelza Fernandes de. **Classificação geomorfológica do estado da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1982.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. In CHAYANOV, A.V.; KERBLAY,



Basile; THORNER, Daniel; HARRISON, Mark. Chayanov y la teoría de economomía campesina. México: Ediciones pasado y presente, 1981.

GALVÃO, P. F. M.; LIMA, D. N.; ALBUQUERQUE, A. C. A.; ATAIDE, C. A. Desenvolvimento sustentável da caprinovinocultura no Cariri Paraibano. In MOREIRA, E. (org.) **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

DUQUE, Ghislaine. **Programa de Aquisição de Alimentos PAA/Leite no Estado da Paraíba**. Campina Grande: Relatório técnico, 2007.

IDEME. **O Programa do Leite na Paraíba**. João Pessoa: SEPLAN/IDEME, Relatório de Pesquisa, 2006.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la Economía Política** (Grundrisse) 1857-58. México: Siglo Veintiuno, 1977.

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 9ª ed., vol. 1, 1984.

_____. Rascunhas da carta à Vera Sassulitch de 1881. In **Revista Raízes**. Campina Grande: Ed. da UFCG, v. 24, nº 1 e 2, p.110-123. 2005.

MELO, Mário Lacerda de. **Regionalização Agrária do Nordeste**. Recife: Sudene, 1977.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos**. <http://www.mds.gov.br> Acesso em 3/07/2007. MOREIRA, E. **Atlas de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

NEVES, Milton Afonso Pereira. **Secas, ação do Estado e agricultura no Nordeste: o caso de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Monografia de conclusão do Curso de Ciências Econômicas – UFPB, 1999.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Êxodo rural na Paraíba: análise do período 1991/96. In SANTOS, Taís de Freitas (org). **Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e**



emergenciais. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000.

_____. Secas e Estado no Nordeste brasileiro. In MOREIRA, E. (org.) **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa, Editora Universitária, 2006.

TEPICHT , Jerzy: **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

TOBIN, J. (1958). Liquidity preference as behavior towards risk. **The Review of Economic Studies**, 25(2): 65-86.





BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.

Hélio Mário de Araújo³⁰

RESUMO

No Brasil, particularmente no sudeste, a industrialização do campo ocorreu a partir do final da década de 1950, com a expansão da mecanização e do uso de insumos modernos, predominantemente, nas lavouras de exportação. Na região nordeste, de agricultura tradicionalmente intensiva pelo emprego do advento da modernização, começou a configurar-se a partir de 1960, intensificando-se nos anos 70, especialmente, nas áreas de agricultura mais especializada, como é o caso da cana-de-açúcar que passou a incorporar ao seu processo produtivo uma tecnologia mais moderna introduzida com o objetivo de aumentar a produtividade. Nesse contexto, a ação do Estado orienta-se para a modernização da agricultura visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela agroindústria de insumos e processamento de matéria-prima, ao mesmo tempo, que mantém seu papel de estabilizador entre as necessidades de mercado interno e a pressão do mercado externo e de gerador das condições infra-estruturais necessárias a expansão do conjunto do setor.

Palavras-chave: Agricultura, agroindústria, modernização.

THEORETIC-CONCEPTUAL BASES OF BRAZILIAN AGRICULTURE MODERNIZATION.

ABSTRACT

In Brazil, particularly in the Southeast, the industrialization of the country field occurred from the end of the 1950 decade, with the expansion of mechanization and the use of modern fertilizers, predominantly, in the exportation farmings. In the northeast region,

³⁰ Doutor em Geografia. Prof. do DGE/UFS. E-mail: heliomarioaraujo@yahoo.com.br



with traditionally intensive agriculture due to the use of the advent of modernization, it started in 1960, intensifying itself in the 70's, especially, in the areas of more specialized agriculture, as it is the case of the sugar cane-of-sugar that started to incorporate into its productive process a more modern technology introduced under the aim of increasing productivity. In this context, the action of the State is oriented towards the modernization of agriculture aiming to integrate it to the new productive circuit led by the agricultural industry of fertilizers and raw material processing, at the same time, that keeps its rule of stabilizer between the necessities of domestic market and the external market pressure as well as of generator of infrastructures conditions necessary to the expansion of the set of such sector.

Keywords: Agriculture, agriculture industry, modernization.

1. INTRODUÇÃO

No desenvolvimento dos estudos sobre a agricultura brasileira são diversas as concepções e visões da realidade agrária, onde as várias formulações teóricas vão desde a polêmica da existência de relações feudais na formação social brasileira, até o novo enfoque que envolve a agricultura e sua dependência em relação à produção industrial, formando o chamado complexo agroindustrial. Por outro lado, não se pode esquecer que o desenvolvimento científico e tecnológico tornaram dinâmicas as atividades agrícolas dos últimos anos, alterando seus padrões tradicionais. Mas, apesar desse acentuado avanço tecnológico, verifica-se que a agricultura ainda se constitui numa das atividades mais complexas da superfície terrestre e o homem, apesar de com ela conviver há milhares de anos, ainda não conseguiu controlá-la inteiramente.

Conforme relata Barreto (1981), em sua dissertação de mestrado, os estudos sobre a atividade agrária têm-se direcionado no sentido de uma melhor compreensão do papel por ela exercido com uma atividade humana responsável por espaços rurais diferenciados, tanto do ponto de vista econômico, quanto social. Dentro dessa ótica, existe atualmente uma preocupação em se desenvolver pesquisas intimamente relacionadas ao conhecimento do evento agrário no seu contexto econômico, social e político, com vistas, não apenas a



conhecer a realidade no sentido de fazer um diagnóstico que possibilite subsidiar políticas de planejamento, mas também a desenvolver um corpo teórico-metodológico para suporte de pesquisas futuras a nível macro e micro espaciais, se enquadrando nesse contexto, os enfoques relacionados a modernização da agricultura, ao desenvolvimento agrário e, ao desenvolvimento rural, cujos objetos de análise se colocam em níveis crescentes de abrangência.

Neste particular, convém ainda salientar que várias pesquisas têm sido desenvolvidas dentro dessa “nova” abordagem merecendo referência aos trabalhos produzidos por Graziano da Silva (1982, 1987, 1998) sobre a modernização dolorosa, a modernização conservadora dos anos 70 e complexos agroindustriais etc, Elias et al. (2002) sobre a modernização excludente, Muller (1987), Sorj (1980) acerca do complexo agroindustrial brasileiro, entre tantos outros.

Assim, partindo do entendimento de que o embate de idéias contribui no seu todo, ou em parte, para o avanço da ciência, é que se pensou em desenvolver este artigo, cuja reflexão pauta sobre a modernização tecnológica da agricultura, utilizando-se de idéias básicas discutidas por diversos especialistas que retratam aspectos relacionados ao meio agrário brasileiro.

2 – A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGRICULTURA BRASILEIRA E SUA PROBLEMÁTICA

2.1 – O CONTEXTO HISTÓRICO DA MODERNIZAÇÃO

As transformações da agricultura, decorrente da industrialização do campo, datam de fins do século XIX, com maior significado mundial no século passado, especialmente depois da segunda guerra mundial. No Brasil, particularmente no sudeste, esse fato ocorreu a partir do final da década dos 50, com a expansão da mecanização e do uso de insumos modernos, predominantemente nas lavouras de exportação. No Estado de Sergipe, e demais estados nordestinos, de agricultura tradicionalmente intensiva pelo emprego de capital, o advento da modernização ou início da industrialização da atividade agrária, começou a configurar-se a partir dos anos 1960, intensificando-se nos anos 1970, especialmente nas áreas de agricultura mais especializada, como é o caso da cana-de-açúcar, que



passou a incorporar ao seu processo produtivo uma tecnologia mais moderna, introduzida com o objetivo de aumentar a produtividade.

Diniz (1986), França (1987) e Wanderley (1988) ao tratarem dessa questão a nível local enfatizam que a evolução da agricultura sergipana acompanhou o padrão básico das transformações ocorridas no setor primário do país nas décadas de 1970 e 1980, pois no processo de desenvolvimento capitalista do país, a agricultura vem desempenhando algumas funções importantes que explicam o quadro atual de mudanças observado no campo, no que se refere à apropriação e utilização da terra, à composição e destino da produção, às tecnologias empregadas e às relações de produção predominantes. Essa situação deriva de políticas agrárias formuladas e cumpridas com objetivos ao longo de mais de uma década e que no período de 1970/80 tiveram uma existência manifesta responsável por uma série de indicadores³¹.

Esses dados evidenciam que não só o desenvolvimento do capitalismo na zona rural, mas também, o estado se constituiu em importante agente de mudanças e de modernização da agricultura em Sergipe, pois além da ação do Proálcool e do Planalsucar com atuação unicamente sobre a cana-de-açúcar fez-se presente, desde 1976, através do Polonordeste, reunindo uma série de medidas objetivando, em sua concepção, a criação de pólos rurais de desenvolvimento e a transformação da agricultura de subsistência para o mercado.

Apesar de contar com apenas quatro anos de existência em 1980, os efeitos das medidas contidas no programa Polonordeste certamente se evidenciaram já no censo daquele ano, pelo volume de recursos financeiros técnicos e humanos empregados no período. Tais recursos foram aplicados em apoio à produção (assistência técnica e extensão rural, pesquisa agrícola, crédito rural, abastecimento de insumos, sementes e mudas, mecanização, irrigação, comercialização e

³¹ Tais indicadores são: 1) acelerado processo de pecuarização ligada à colocação da terra como reserva de valor; 2) maior dinamismo de culturas industriais e de exportação, entre elas, a da cana-de-açúcar em virtude dos incentivos governamentais associados ao Proálcool; 3) aumento do uso de fertilizantes, de inseticidas e avanço de pesquisa agrícola; 4) concentração do crédito rural em certas áreas, cultivos específicos em certos estabelecimentos; 5) associação da valorização da terra em recente expansão e distribuição desigual do crédito rural que, embora destinado à aquisição de insumos agrícolas, é desviado para compra de terra, a qual por ser garantia dada pelo produtor entra no círculo vicioso do acesso garantia para o crédito, ajudando a explicar a concentração fundiária.



cooperativismo), organização fundiária (colonização, titulação de terras e crédito fundiário) dentre outros.

O crédito rural como um dos maiores impulsionadores tanto para o custeio como para investimentos, possibilitou ao programa uma aceitação plena no meio rural.

2.2 BASES CONCEITUAIS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Normalmente, quando se fala em modernização da agricultura, pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas modernas. E, quando se pretende avaliar o processo de modernização, procura-se analisar apenas a evolução dos índices de utilização das máquinas e dos vários insumos agropecuários.

Modernização, para alguns estudiosos, tem um significado muito mais amplo. Pois, ao mesmo tempo em que vai ocorrendo o progresso técnico na agricultura, modifica-se também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais a assalariada, e os pequenos produtores vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais.

Com este processo de transformação da agricultura, os camponeses, cuja principal determinação da produção é o consumo próprio da família trabalhadora, levando ao mercado apenas o excedente da produção, vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são condicionantes fundamentais do processo de produção. Ou, então, os agricultores de subsistência dão lugar a empresas familiares, que não usam trabalho assalariado, mas se relacionam com o mercado, ou seja, produzem mercadorias.

A modernização da agricultura tem sido amplamente estudada no Brasil, iniciando-se de modo mais sistemático a partir da década de 1960, através dos trabalhos de especialistas nacionais e estrangeiros. No decorrer do período entre 1960 e 1985, os estudos sobre o assunto se fizeram por meio de diferentes abordagens, dentro, porém, de uma preocupação específica de entender o papel da agricultura no próprio desenvolvimento brasileiro.



Como mostram inúmeros trabalhos sobre a agricultura brasileira e seu desenvolvimento recente, o vigor das transformações nas relações sociais de produção varia conforme as regiões do país, ocorrendo inclusive articulações importantes entre a chamada agricultura tradicional e a moderna produção.

Neste particular, Diniz (1986) opinando acerca dessa problemática, afirma que a análise do processo modernizador muitas vezes implica uma visão da agricultura separada em dois setores distintos: o tradicional e o moderno; o arcaico e o dinâmico. Essa visão dualista, que pode estar ligada à definição da origem feudal da agricultura tradicional, vai sempre preconizar a expansão do setor moderno, a difusão de inovações modernizadoras que transforma a agricultura atrasada.

Ainda no entendimento desse autor, pode haver, entretanto, uma outra visão, que embora partindo da constatação da existência de uma agricultura tradicional e de outra moderna, não as compreenda separadamente, mas integradas num sistema de interações mútuas, em que, por exemplo, o setor tradicional pode ser reproduzido pelo setor moderno.

O conceito de modernização de Paiva, assinalado por Wanderley (1988), em sua dissertação de mestrado, reflete sua condição de representante ipeano, por sua postura analítica eminentemente técnica. Modernização é, na sua concepção, uma situação alcançada quando uma proporção significativa de agricultores adota técnicas modernas em lugar de técnicas tradicionais. Como técnicas modernas, Paiva considera meramente aquelas fisicamente mais produtivas e que usam uma proporção maior do fator capital e uma menor dos fatores tradicionais terra e mão-de-obra.

Como nem todos os agricultores de um país adota as mesmas técnicas há, portanto, no dizer de Paiva "graus de modernização", que podem ser medidos pela: a) proporção com que o estoque de capital e os insumos modernos comprados do setor agrícola participem na produção; e b) a percentagem de agricultores que adotam as técnicas consideradas modernas.

Segundo Paiva (1975), seu modelo visou a países em desenvolvimento como o Brasil, onde se constata um dualismo tecnológico, convivendo técnicas atrasadas com técnicas modernas numa situação de equilíbrio, existindo produtos somente viabilizados com técnicas modernas, outras somente com técnicas tradicionais, e



ainda aqueles que podem ser obtidos, quer pelas técnicas modernas, quer pelas técnicas tradicionais.

Seguindo o mesmo direcionamento de Paiva, quanto à questão da definição da modernização Gerardi e Ceron (1977), ao tratarem, preliminarmente sobre as "Disparidades da Modernização da Agricultura no Estado de São Paulo", também concluem que a modernização está relacionada ao crescimento físico e econômico do setor agrícola, provocado pelo aumento do emprego do fator capital, transformado em insumos tecnológicos e, ou, científicos, podendo-se, portanto, considerar certas condições de organização do trabalho agrícola como indicadores de modernização.

A propósito, Bernardes (1985) argumenta que o grande salto da modernização técnica da agricultura brasileira pode ser explicado pela confluência da maturação do capitalismo industrial e financeiro com os frutos das políticas governamentais referentes ao setor agropecuário, procurando acelerar sua inserção no processo de desenvolvimento nacional. Tanto como medidas gerais, como ação de programas específicos os meios e os instrumentos de apoio proporcionados pelo governo foram fundamentais e a eles se devem as características mais controvertidas dos resultados da modernização.

A esse respeito Silva (1987) salienta que a modernização, ainda que parcial, da agricultura brasileira só tem sido possível graças à fundamental ação do Estado, subsidiando a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos poupadores de mão-de-obra.

Para implementar a política de modernização da agricultura brasileira, o Estado criou o Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED, o qual tinha por objetivo transformar a agricultura tradicional via modernização tecnológica e romper as barreiras de abastecimento solucionando os principais problemas ligados à estrutura e funcionamento de comercialização de alimentos (MINATTO E CORREA, 2003).

No tocante ao setor agropecuário, o aumento considerável da produção, e ampliação dos índices de produtividade estavam condicionados à transformação da agricultura tradicional a ser obtida através da mudança nos processos produtivos e no maior uso dos chamados insumos modernos, ou seja, defensivos, corretivos, fertilizantes, sementes melhoradas, máquinas e outros implementos industriais.

Sorj (1980), analisando o assunto à luz do Estado, entende que



foi necessária a intervenção maciça deste para quebrar o antigo padrão de expansão agrícola, fundado no uso extensivo da terra e força de trabalho, para viabilizar a transformação das forças produtivas na agricultura brasileira. Embora Sorj compreenda que a política do governo de favorecimento à modernização agrícola não seja orientada diretamente para eliminação da pequena produção, para ele, isso ocorreu em determinadas circunstâncias. "A modernização agrícola determina, isto sim, uma transformação qualitativa das características da pequena produção. As possibilidades de integração de tecnologias modernas, concentrando-se de forma crescente numa camada de proprietários medianos, leva à concentração e capitalização desse setor ao passo que ocorre uma pauperização e semi-proletarização dos pequenos produtores tradicionais".

No entanto, conclui o autor que seria errôneo afirmar a extinção ou mesmo o predomínio de um único caminho de modernização da agricultura do Brasil. A modernização das grandes propriedades existentes e o estabelecimento daquelas de igual porte nas zonas de fronteira indicam o caminho que prevaleceu na última década, muito embora sem chegar a excluir os pequenos proprietários.

Em linhas gerais, Graziano Neto (1986)³², ao se reportar sobre o assunto, de forma enfática, evidencia que qualquer processo de transformação, portanto, pode ser ótimo para uns e um desastre para os outros. E nunca vai ser diferente nas sociedades divididas em classes, principalmente naquelas onde as classes sociais tem interesses contraditórios e opostos, onde há dominantes e classes dominadas.

Quanto a esse aspecto, concordamos com Graziano Neto, e

³² Francisco Graziano Neto, repensando a agricultura brasileira procurou mostrar o engodo da chamada modernização da agricultura. Para ele uma falácia que interessa apenas a uns poucos grupos econômicos que buscam a valorização de seus capitais. Além de acarretar problemas econômicos, sociais e políticos sabe-se que tal modernização é ainda responsável por inúmeros problemas ecológicos. Sobre o assunto ver *Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 3 ed. p. 17-126 (Primeiros vãos).



com Martins (1986)³³ quando não hesita dúvidas em afirmar que o aparecimento de novas relações de trabalhos no campo, ao invés de favorecerem ao trabalhador proporcionando melhoria do seu nível de vida, representa uma redução da sua renda, tendo em vista a diminuição dos dias de trabalho no ano. Todos estes fatos, especialmente o êxodo rural, condicionam uma redução dos contingentes de mão-de-obra, o que implica num crescimento dos salários reais, que tendem a acompanhar as variações dos salários urbanos.

Diante dessa problemática, existe um ponto em comum, entre os diversos especialistas, quanto à questão da modernização, ao afirmarem que nem só vantagens ela oferece, pois ao mesmo tempo que coloca o setor agrícola em nível competitivo com os demais setores da economia, transformando-o em dependente do setor industrial, aumentando inclusive as disparidades internas do próprio setor agrícola, dificulta também o acesso à terra para aqueles agricultores que não dispõem de capitais suficientes para acionarem o novo processo produtivo, implicando sobretudo em modificações sociais.

Assim, os estudos de modernização, como bem salienta Wanderley (1988) passaram do conceito restrito de “técnicas, adoção de inovações e intensidade da agricultura”, vigentes até os meados de 1976, para os chamados estudos de desenvolvimento rural instituídos a partir de então pela via oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Concluindo Graziano da Silva (1998), que na conformação do atual padrão de desenvolvimento agrícola o processo de modernização passou por três momentos decisivos: o da constituição dos CAIs, o da industrialização da agricultura e, o mais recente, da integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro.

³³ Para José de Souza Martins, no nosso caso, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente no momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores, destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho.



2.3 – O EMPREGO DA UNIDADE DE ANÁLISE CAI – COMPLEXO AGROINDUSTRIAL OU *AGRIBUSINESS*³⁴

Um outro aspecto extremamente importante ainda muito discutido na atualidade, é o que diz respeito ao estudo da modernização da agricultura vista sob a ótica do complexo Agroindustrial. Graziano da Silva (1998), Muller (1987), Sorj (1980)³⁵, entre outros, estão entre os pesquisadores mais dedicados ao tema, com livros publicados, além de vários trabalhos divulgados sobre o assunto.

A integração da agricultura com a indústria remonta às origens da colonização do Brasil (a partir dos engenhos de açúcar, quando a produção agrícola de exportação era, em diversos graus, processada dentro do país). Já a agroindústria de produção de insumos e maquinarias para a agricultura e de processamento de alimentos em grande escala para o mercado interno, é um fenômeno contemporâneo, cuja formação pode ser localizada em torno das últimas décadas. Embora a indústria de alimentação seja um dos primeiros ramos da produção industrial no Brasil, manteve em geral, até a década de 1960, as características da indústria tradicional com baixa composição orgânica de capital, sem chegar a ter impacto importante na própria produção rural.

O efeito conjunto dos níveis de acumulação industrial, a expansão do mercado urbano e o próprio crescimento da agricultura viabilizaram a utilização crescente de tecnologia mais avançada. A criação de um complexo agroindustrial foi possibilitada pelo

³⁴ Para maior aprofundamento da temática, recomenda-se ler: WEYDMANN, Celso L. Agribusiness: Há lugar para as cooperativas? **Economia Rural**, Viçosa, v. 8, n. 3, p. 20-23, jul/set 1997. BRAGA, Marcelo J. O cooperativismo na dinâmica de Agribusiness. **Economia rural**, Viçosa, v. 8, n. 1, p. 21-25, jan/mar 1997.

³⁵ A ênfase na análise do complexo agroindustrial permitiu a Sorj concretizar as determinações que caracterizam a penetração do capital na agricultura, mostrando a existência de uma fração de capital ligado à modernização agrícola que determinará a existência de interesses industriais específicos na orientação e na forma que assumirá essa modernização, isto é, a modernização não tem uma forma universal, dependendo dos padrões de acumulação que a viabilizam. Por sua vez, ao nível da análise das relações sociais na agricultura, permite mostrar a diversidade de situações das formas de produções no campo, já não somente em termos das relações sociais predominantes no interior da empresa, como também, em relação ao tipo de integração com o capital industrial e comercial.



desenvolvimento agrícola anterior e se transformou ao mesmo tempo no maior acelerador das transformações na agricultura.

O novo complexo agroindustrial assumira as mesmas características que outros ramos de produção industrial no Brasil: alto grau de concentração, concorrência oligopólica, controle pelo capital monopólico estrangeiro e nacional com a diferença de ser um setor onde a empresa estatal geralmente não ocupa lugar importante.

O complexo agroindustrial se transforma num dos elementos centrais no processo de acumulação de capital na medida em que:

- a) a expansão da produção agrícola, tanto para o mercado interno quanto para o externo, incrementa a massa de sobretrabalho gerada na agricultura;
- b) gerar um novo campo de valorização de capital, de insumos e produtos industriais ligados à agricultura;
- c) o incremento de divisas necessárias para a expansão do atual modelo econômico, tende a economizá-los através do suprimento das necessidades do mercado interno.

Seja no caso da produção agrícola, tanto para a exportação quanto para o atendimento do mercado interno, da pequena ou da grande propriedade, o crescimento da agricultura passa a depender da existência da indústria de insumos e maquinaria agrícola e dos processos de elaboração industrial, modificando dessa forma o lugar e importância das diferentes classes na produção agrícola. As formas tradicionais de exploração da força de trabalho rural dão lugar a novas formas de produção onde a mais-valia relativa e a capacidade de capitalização da pequena produção se transforma no centro de reestruturação das relações de produção.

Neste sentido, a modernização da agricultura brasileira não se explica somente pela sua lógica interna de acumulação. Mais importante que os condicionantes internos da agricultura é considerar a influência do setor industrial, especialmente daquele que produz a tecnologia com a qual se tem modernizado a agricultura brasileira. Embora o desenvolvimento do complexo agroindustrial se apresentasse como uma “fatalidade histórica” do desenvolvimento econômico brasileiro, as formas específicas que ele adquiriu no dizer de Sorj (1980), “são produtos do contexto político-econômico reinante nas duas últimas décadas”.



Dessa forma, a imposição de uma tecnologia importada vem sempre adequada às condições ecológicas, o privilegiamento de certo tipo de maquinaria e insumos e o ritmo geral de expansão do complexo agroindustrial não podem ser dissociados da abertura da economia ao capital estrangeiro, à estrutura de distribuição de renda, aos subsídios estatais, ao crédito agrícola e à recessão política reinante no período.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações teóricas aqui esboçadas, a respeito da modernização da agricultura brasileira, nos levam a crer que o traço mais evidente da expansão do capital é o processo de proletarianização que abrange contingentes cada vez maiores de trabalhadores, sem, no entanto, se perder de vista as relações não capitalistas de produção criadas ou recriadas como recurso para garantir a expansão deste modo de produção e como forma de garantir a produção não capitalista do capital. O trabalhador que enquanto ligado à terra e de posse de instrumentos de trabalhos, possuía meios de consumo necessários à sua manutenção como produtor deixa de tê-los, passando sua manutenção a se fazer unicamente através de venda de sua força de trabalho. Entretanto, a crescente pauperização que o pequeno produtor transparece no seu padrão de vida, mostra a violência do processo de expropriação a que está submetido.

Quer analisada sob a ótica da penetração de capitais no campo, que permite a adoção de técnicas modernas, quer analisada sob o ponto de vista da industrialização da agricultura, o que se verifica é que as transformações acarretam mudanças no uso da terra, proporcionam maior produção, elevam os índices de produtividade da terra e do trabalho e são acompanhados, via de regra, da concentração fundiária e de mudanças nas relações de trabalho.

Assim, a ação do Estado, nesse contexto, orienta-se para a modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela agroindústria de insumos e processamento de matéria-prima ao mesmo tempo que mantém seu papel de estabilizador entre as necessidades de mercado interno e a pressão do mercado externo e de gerador das condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor.

Para tanto, observa-se que a política de incentivo à



modernização da agricultura terminou se transformando numa política de incentivo à concentração das terras, uma vez que a criação de infra-estrutura e juros subsidiados determinou um processo de valorização das mesmas. No entanto, a relação inversa não existe: o processo de concentração de terras, em especial nas zonas de fronteiras, onde não funciona um aparelho estável de instituições do Estado burguês adquiriu um caráter particularmente selvagem e especulativo.

4 – REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria J. R. **Dimensões da agricultura e regionalização no Mato Grosso de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1975.

BERNARDES, Nilo. A modernização da agricultura e suas conseqüências. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6, 1985, Garanhuns. **Anais...** Garanhuns: Universidade Federal de Pernambuco, 1985.

DINIZ, José A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 2 ed. 1986.

ELIAS, Denise. et al. **Paradigmas da agricultura cearense: Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

FRANÇA, Vera L. A. Mudanças recentes na organização do espaço rural no litoral sergipano. **Geografia**, n. 12, abr. 1987.

GERARDI, L. H. e CORREA, A. O. Disparidades em modernização da agricultura no Estado de São Paulo: primeiros resultados. **Geografia**, v. 4, Rio Claro/SP, 1979.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Vãos).

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas. Unicamp, 1998.

_____. **Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. São Paulo: Zahar Editores, 1982.



MINATTO, J. M. e CORREA, W. K. A importância da produção familiar e a modernização tecnológica da agricultura: o caso de turvo/SC. In: MENEZES, A. V. C. et al. (Orgs). **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MULLER, Geraldo. A economia política do complexo agroindustrial brasileiro (Notas básicas para elaboração de um programa de pesquisa). **Geografia**, 12 (23) abril 1987.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: uma reformulação. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**. Vol 5, n. 1, 1975.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2 ed. 1980. (Coleção Agricultura e Sociedade).

WANDERLEY, LÍlian de Lins. **Mudanças na utilização da Terra e Modernização da Citricultura Sergipana** (Dissertação de Mestrado). NPGeo/UFS, 1998.



O QUATERNÁRIO COSTEIRO NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS: IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO AMBIENTAL

Aracy Losano Fontes³⁶

Jailton de Jesus Costa³⁷

RESUMO

O entendimento da gênese e do comportamento da zona costeira requer conhecimento dos processos e agentes modificadores da paisagem que atuaram no decorrer do Quaternário bem como aqueles que atuam na faixa de atuação direta das ondas, marés e correntes litorâneas. Neste contexto insere-se o município de Barra dos Coqueiros, localizado no litoral norte do Estado de Sergipe entre os rios Sergipe e Japarutuba. O objetivo do trabalho é realizar o diagnóstico ambiental do município e a caracterização morfodinâmica das praias oceânicas, visando contribuir para a gestão do ambiente costeiro. A pesquisa tomou como referência os níveis de abordagem geossistêmicos que englobam as etapas: informação, análise, integração, síntese e aplicação. Foram realizados levantamentos bibliográficos, documentais e cartográficos sobre a temática e condicionantes geoambientais. O instrumental metodológico da pesquisa empírica constou de coletas de areias somando um total de 10 amostras, bem como de um processo de observação dos condicionantes biofísicos e antrópicos intervenientes na planície costeira e praias oceânicas adjacentes, sendo preenchida uma ficha contendo informações sobre parâmetros morfodinâmicos, presença de feições culturais e evidências de erosão, progradação ou equilíbrio da linha de costa. A área estudada está localizada na unidade geotectônica Bacia Sedimentar dos Estados de Sergipe/Alagoas que apresenta um arranjo estrutural decorrente de falhamentos normais ocorridos durante o Cretáceo Inferior. A parassequência sedimentar quaternária holocênica está relacionada às variações relativas do nível

³⁶ Prof^a Associada da Universidade Federal de Sergipe nos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia - Campus Universitário, S/N, São Cristóvão-SE, Brasil. E-mail: aracyfontes@yahoo.com.br

³⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS, membro Pesquisador do GEOPLAN/UFS/CNPq. E-mail: jailton@ufs.br



do mar durante o Quaternário. Os furos de sondagem realizados nos depósitos holocênicos, com a profundidade de 8m, mostram o predomínio de sedimentos silto-arenosos e areia fina a média com matéria orgânica. Observa-se desequilíbrio na dinâmica costeira da área, com processos erosivos e deposicionais moderados que, embora possam ter origem natural, foram agravados pelas ações antrópicas como a construção do Terminal Portuário e o espigão construído na margem esquerda do rio Sergipe.

Palavras-Chave: Barra dos Coqueiros, Quaternário e Zona Costeira.

THE COASTAL QUATERNARY IN THE MUNICIPALITY OF BARRA DOS COQUEIROS: IMPLICATIONS TO THE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT

ABSTRACT

The understanding of the coastal zone genesis and of its behaviour requires knowledge of the processes and agents modifiers of the landscape that acted during the Quaternary as well as those who act in the range of direct action of the waves, tides and coastal currents. This context comprises the district of Barra dos Coqueiros, located on the North coast of Sergipe state between the Sergipe and Japarutuba Rivers. The aim of this study is the environmental diagnosis of the municipality and the morphodynamical characterization of ocean beaches, aiming to contribute towards the management of the coastal environment. The search took as reference the levels of geosystemical approach comprising the following steps: information, analysis, integration, synthesis and application. Bibliographical, cartographical and documentary surveys on the subject and on environmental conditioning were conducted. The methodological instrumental of the empirical research consisted of collections of sand adding a total of 10 samples, as well as of a process of biophysical conditions and anthropical actions observation in the coastal plain and adjacent ocean beaches, thus being filled up a form containing information on morphodynamical parameter, presence of cultural features and evidence of erosion, progradation or balance of the coastal line. The studied area is located in the geotechnical unit Sediment Basin of Sergipe / Alagoas States that presents a structural arrangement due to normal cracks during the



Lower Cretaceous. The parasequence Quaternary Holocenec of sediment is related to changes on sea level during the Quaternary. The drilling holes made in Holocene deposits, with the depth of 8m, show a predominance of silt-sandy sediments and fine sand with the average organic matter. There is imbalance in the coastal dynamics of the area, with moderated erosive and depositional processes that, although may have natural origin, they have been compounded by human activities such as the bulding up of the Port Station and the jetty built on the left bank of Sergipe River.

Key Words: Barra dos Coqueiros, Quaternary and Coastal Zone.

1. INTRODUÇÃO

O entendimento da gênese e do comportamento da zona costeira requer conhecimento dos processos e agentes modificadores da paisagem que atuaram no decorrer do Quaternário bem como aqueles que atuam na faixa de atuação direta das ondas, marés e correntes litorâneas. Neste contexto insere-se o município de Barra dos Coqueiros, localizado no litoral norte do Estado de Sergipe entre os rios Sergipe e Japarutuba. O objetivo do trabalho foi realizar o diagnóstico ambiental do município e a caracterização morfodinâmica das praias oceânicas, visando contribuir para a gestão do ambiente costeiro.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

A zona costeira é um espaço formalmente definido como resultante da interação do continente com a atmosfera e o meio marinho. Trata-se, portanto, da borda oceânica das massas continentais e das grandes ilhas, que se apresenta como área de influência conjunta de processos marítimos e terrestres, gerando ambientes com características específicas e identidade própria. Apresenta uma estrutura espacial complexa de interação entre as águas doces e marinhas, com predomínio de paisagens geologicamente novas, sendo um espaço de alto valor natural ao combinar potencialidades turísticas, habitacionais e de ocupação humana, contrastando com a baixa potencialidade agrícola.



Segundo Silveira (1964) a denominação Barreiras se refere aos depósitos terciários, em forma de tabuleiros, do Grupo Barreiras. Os sedimentos que compõem o Grupo Barreiras são de origem continental e revelam fortes evidências de influência fluvial.

A província geomórfica planície costeira, que se estende da linha de baía (*bayline*) até a linha de costa (*shoreline*), representa o segmento emerso do prisma sedimentar costeiro. Essa superfície de deposição registra um conjunto progradacional de parassequências relacionado com as variações relativas do nível do mar durante o Quaternário, que causou o deslocamento da linha de costa em direção ao mar.

Nas adjacências das planícies costeiras e de ilhas-barreiras são encontradas as praias oceânicas nas costas tropicais e temperadas do planeta, assumindo múltiplas funções entre elas a proteção costeira para os ecossistemas adjacentes e as atividades humanas, recreação turismo e habitat para várias espécies animais e vegetais. Cerca de dois terços da população mundial vivem na zona costeira, que corresponde a menos de 15% da superfície terrestre. Essas características, combinadas às múltiplas funções das praias fazem com que elas desempenhem um importante papel na economia dos países costeiros (SOUZA, 2005).

A amplitude da maré, isto é, a diferença de altura entre a preamar e abaixo-mar, representa um importante elemento na definição da intensidade dos processos costeiros em função da velocidade das correntes associadas. Estas, denominadas correntes de maré, podem ter capacidade de moldar a morfologia da plataforma continental interna, gerando bancos de grande mobilidade ou condicionar a morfologia dos cordões litorâneos e a manutenção ou não de canais de maré, em função do predomínio entre as forças geradas pela altura das ondas (tendência ao fechamento de canais) ou pela amplitude da maré (tendência à abertura de canais).

Segundo Muehe (2003) a maior parte do litoral brasileiro, do estado de Alagoas ao Rio Grande do Sul, apresenta amplitudes inferiores a 2m, caracterizando-se como de micromaré. Amplitudes superiores a 4m (macromaré) ocorrem no estado do Maranhão, em parte do Pará (Saliópolis) e no litoral ao sul do cabo Norte, no Amapá. O restante do litoral e alguns trechos do litoral da Bahia (interior da baía de Todos os Santos) e Sergipe (Terminal Portuário) é do tipo mesomaré, com amplitudes entre 2 e 4m.



A principal variável indutora dos processos costeiros de curto e médio prazo é o clima de ondas, responsável pelo transporte de sedimentos nos sentidos longitudinal e transversal à linha de costa. Em analogia aos processos morfo-climáticos, cuja intensidade e ciclicidade comandam a esculturação do relevo emerso, é a energia das ondas e a intensidade e recorrência das tempestades que comandam a dinâmica dos processos de erosão e acumulação na interface continental – oceano e fundo marinho. A morfologia resultante depende de fatores adicionais como tipo e disponibilidade de sedimentos, geologia, variação do nível relativo do mar, modificações geoidais, mas a identificação da abrangência espacial de diferentes climas de ondas constitui um primeiro e importante passo para a identificação de compartimentos costeiros.

O efeito das ondas sobre o fundo marinho, no sentido de mobilização dos sedimentos pela velocidade orbital, depende do comprimento e altura das mesmas e da granulometria, peso específico e forma dos sedimentos. Em locais sem aporte significativo de sedimento lamosos pelo sistema fluvial a ação das ondas sobre o fundo é caracterizada pelo predomínio de sedimentos arenosos, sendo as lamas depositadas nas profundidades em que as ondas já não mais exercem sua ação de selecionamento sedimentar. Esta profundidade, que é o limite entre a plataforma continental interna, mais rasa, e a plataforma continental intermediária, é pois definida pelo clima de ondas.

As condições oceanográficas favorecem o transporte residual de sedimentos, de nordeste para sudoeste. Segundo Fontes (1990), baseado em relatórios dos Institutos de Pesquisas Hidroviárias, para a costa de Aracaju, as ondas têm duas direções predominantes: nordeste e sudeste. As primeiras constituem vagas originadas pelos ventos do quadrante nordeste (70° a 110°), predominando no período de outubro a março. As segundas, de maior altura, vêm de sudeste. São ondulações (*swell*) geradas por tempestades distantes do litoral, e ocorrem de maio a julho. A maioria das ondas (71%) vem do quadrante nordeste, com alturas variando entre 0,5 e 1,4m. Ondas com mais de 2m, e excepcionalmente um pouco acima de 4m, ocorrem em julho e agosto. O volume de transporte litorâneo determinado na altura da embocadura do rio Sergipe forneceu os seguintes volumes: 680.000 m³/ano em direção a sudoeste e 132.000m³/ano no sentido inverso (BANDEIRA, 1972).



O termo deriva litorânea é, freqüentemente, empregado na literatura para designar o transporte induzido pela corrente longitudinal. Esta designação causa uma certa confusão, pois o termo deriva é empregado para designar as correntes geradas pelo vento, ao passo que a corrente longitudinal resulta da direção de incidência das ondas.

Os ambientes praias caracterizam-se por sua grande mobilidade no tempo e espaço. A interação entre as características sedimentológicas e variações na energia de ondas determinam o comportamento morfodinâmico de um sistema praias (SHORT, 1988). O monitoramento das variações morfodinâmicas através do levantamento de perfis transversais à praia, bem como a coleta e análise de dados sedimentológicos representam um método eficiente e de baixo custo no estudo das feições praias.

Os sedimentos originam-se, pela maior parte, do intemperismo de rochas de vários tipos. Dizemos pela maior parte porque há sedimentos, como o carvão (origem biológica) e as cinzas vulcânicas (origem vulcânica), que não se enquadram nesse processo, como também os depósitos de origem cósmica. Sua importância é muito pequena no quadro geral (MUEHE, 2003).

A determinação da fonte dos sedimentos clásticos é de grande importância não só para o conhecimento da história dos mesmos como para a reconstrução paleogeográfica da região em que se situa a bacia sedimentar a que pertencem. Com base no conhecimento dos componentes detriticos de um arenito, por exemplo, pode-se inferir a natureza da rocha ou das rochas que o geraram. Chama-se de *proveniência* (*provenance, source area*) a área de origem do material constitutivo de uma rocha sedimentar. Às vezes dá-se ao termo o mesmo significado de rocha ou rochas fontes.

Um *ambiente de sedimentação* (*sedimentary environment*) corresponde a uma *unidade geomórfica* (*geomorphic unit*) em que se processa uma sedimentação (REINECK & SINGH, 1980). Cada uma dessas unidades geomórficas ou *geomorfológicas*, como também são chamadas, se caracteriza por um conjunto particular de fatores *físicos, químicos e biológicos*. Em geral, esses fatores variam de local para local dentro de um mesmo ambiente de sedimentação, pelo que se diferenciam *subambientes* (*subenvironments*) dentro de um ambiente maior. Em um ambiente fluvial, por exemplo, distinguem-se subambientes



correspondentes ao canal, aos diques marginais e à planície de inundação.

Os depósitos de um ambiente de sedimentação refletem não só os fatores ambientais como as condições climáticas e as atividades tectônicas. No caso dos ambientes aquáticos, os principais fatores físicos são a intensidade e a velocidade das correntes e das ondas e a espessura da lâmina de água; em suma, fatores ligados à hidrodinâmica ambiental.

A hiperacumulação de sedimentos em determinados pontos do ambiente pode influir no quadro geral da sedimentação. É o que acontece frequentemente, com os depósitos de barra efetuados na antepraia ou à frente desta zona. Seu crescimento altera a topografia do fundo e, conseqüentemente, também o padrão de refração das ondas, afetando, em última análise, a distribuição de energia. Tal tipo de entrosamento entre resposta e processo é chamado de *realimentação (feedback)* (KRUMBEIN & SLOSS, *op. cit.*):

Segundo Davis e Fox (1978), a variação do perfil praiial obedece às estações do ano, com a formação de perfil de concavidade voltada para cima ou perfil de inverno e perfil de convexidade voltada para baixo ou perfil de verão. Embora estes pesquisadores atribuíram a variação do perfil praiial à sazonalidade, destacam que a formação e destruição de praias e bermas não é um fenômeno unicamente sazonal, sendo também controlada pela intensidade e freqüência dos processos gerados pelas tempestades. Para Araya Vergara (1986) o perfil de inverno não é sinônimo de erosão, pois experimentos comprovam que processos de acreção podem estar ligados ao impacto de ondas de tempestade.

A interação das ondas incidentes e as de caráter quase oscilatório com as correntes de retorno (*rip currents*), longitudinais (*longshore currents*), geradas por ventos locais e correntes de marés (*tidal currents*) desenvolve um complexo fluxo dando origem a diferentes comportamentos morfodinâmicos.

A energia resultante varia de uma praia a outra, ou mesmo entre diferentes trechos de uma mesma praia, conforme a orientação da estrutura geológica, diferentes graus de exposição à ação das ondas e à disponibilidade e textura dos sedimentos. As características físicas locais são fundamentais na determinação do estado modal da praia, bem como de sua variabilidade.



Um modelo classificatório mais completo do perfil praias foi desenvolvido pela escola australiana de geomorfologia. Seis estados ou estágios morfológicos distintos foram reconhecidos, associados a diferentes regimes de ondas e marés, caracterizados por dois estágios extremos (estágios dissipativo e refletivo) e quatro intermediários. Nesse modelo foram estabelecidas relações entre largura e gradiente da antepraia, altura e esbeltez das ondas, granulometria e estoque de sedimentos na definição dos estágios ou estados morfodinâmicos do perfil praias.

As praias dissipativas possuem uma baixa inclinação da face praias, ampla zona de surfe, apresentação de três (03) ou mais linhas de arrebentação, incidência de ondas de alta energia e sedimentos de granulometria fina. A arrebentação é do tipo deslizante e sua energia é dissipada ao longo do extenso perfil praias. As praias refletivas possuem elevada declividade do estirâncio, são geralmente associadas a sedimentos de granulometria grosseira, além de estreita zona de arrebentação. Entre os dois extremos ocorrem quatro estados morfodinâmicos intermediários que são praias pouco estáveis, com alta mobilidade entre os estados dissipativo e refletivo, em que o clima de ondas possui energia moderada, mas com grande variabilidade (ANGULO, 1992). A arrebentação é essencialmente do tipo mergulhante. Os sedimentos apresentam granulometria variando entre areia média e grossa.

Nas praias intermediárias com características mais refletivas ocorre a migração dos bancos da zona de arrebentação em direção a linha de costa. Correntes de retorno (*rip currents*) são características deste perfil praias. Na face praias é comum a presença de cúspides.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa tomou como referência os níveis de abordagem geossistêmicos que englobam as etapas: informação, análise, integração, síntese e aplicação.

Foram realizados levantamentos bibliográficos, documentais e cartográficos sobre a temática e condicionantes geoambientais.

Os dados geológicos de superfície foram obtidos a partir de cartas geológicas na escala 1:50.000 da bacia Sergipe/Alagoas. O conhecimento dos aspectos estruturais e estratigráficos de subsuperfície foi baseado nos testemunhos de 06 poços perfurados



pela Petrobrás e 32 furos de sondagem realizados pela Delta Consultoria (2007), os quais forneceram informações sobre a coluna litológica da planície holocênica.

Os estudos geomorfológicos foram realizados mediante restituição e interpretação de fotografias aéreas verticais coloridas na escala de 1:25.000 sendo identificadas as unidades geomorfológicas planície costeira e planície fluviomarinha. O estudo fotointerpretativo foi precedido pela análise de mapas topográficos na escala 1:25.000, publicados pela Petrobrás.

Os dados relativos aos aspectos climatológicos foram fornecidos pela INFRAERO/DEAGRO, correspondendo ao período de 1912 a 2006.

Quanto às informações pedológicas foi utilizada a classificação de solos na escala 1:100.000 executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (1999) e trabalho de campo.

O instrumental metodológico da pesquisa empírica constou de coletas de areias somando um total de 10 amostras, bem como de um processo de observação dos condicionantes biofísicos e antrópicos intervenientes na planície costeira e praias oceânicas adjacentes, sendo preenchida uma ficha contendo informações sobre parâmetros morfodinâmicos, presença de feições culturais e evidências de erosão, progradação ou equilíbrio da linha de costa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

ASPECTOS CLIMÁTICOS

O clima, apesar de não constituir elemento integrante da organização espacial, surge como controlador dos processos e da dinâmica do geossistema (sistema ambiental físico), ao fornecer calor e umidade. Na organização do espaço agrário o clima comparece como condicionante do processo produtivo, isto é, das características ecológicas das culturas, anteriormente determinadas pelo seu valor econômico e que devem ser compatibilizadas com o tipo de oferta climática, variável no tempo e no espaço.

O estado de Sergipe acha-se sob os efeitos da circulação atmosférica do Anticiclone Tropical do Atlântico Sul, da Frente Polar Atlântica e das Ondas de Leste, que respondem pelo tempo instável e



chuvoso próprio do outono-inverno e pelo tempo seco e estável da primavera-verão.

Para o conteúdo climatológico da pesquisa foram utilizados dados fornecidos pela INFRAERO/DEAGRO referentes ao período entre 1970 e 2005 para o município de Aracaju, tendo em vista que no de Barra dos Coqueiros não existe posto pluviométrico e está localizado na mesma faixa climática, ou seja, no clima Megatérmico Subúmido-Úmido ($C_2 A^1 a^1$), segundo a classificação de Thornthwaite e Mather (1955).

No período de 1970 a 2000 a distribuição das chuvas no ano foi irregular com precipitação média de 1410, 34mm. O ano de maior precipitação pluvial foi 1999, com altura máxima de 2.118mm e o de menor 1983, com 753,8mm. Os desvios médios correspondem a 707,66mm e – 656,54mm, respectivamente.

Na análise da variabilidade e tendência climática do município de Aracaju registrou-se períodos intercalados de desvios positivos e negativos. Os desvios negativos, em torno da média, corresponderam os períodos – 1978 a 1984 e 1993 a 1998 – com exceção de 1996, evidenciando os períodos críticos de seca que ocorreram nas décadas de 70 e 80 no Estado.

Do ponto de vista hidrológico precipitações intensas e prolongadas na estação chuvosa, associadas à topografia plana e solos poucos permeáveis criam possibilidades para ocorrência de áreas com drenagem impedida.

GEOLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS

A área do município está localizada na unidade geotectônica Bacia Sedimentar de Sergipe/Alagoas que apresenta um arranjo estrutural decorrente de falhamentos normais ocorridos durante o Cretáceo Inferior, quando se desenvolveu extenso sistema de grabens (fase rift) que precedeu a abertura do oceano Atlântico, com a separação das placas Sul-Americana e Africana.

De conformidade com as informações de subsuperfície obtidas com a perfuração de poços de petróleo a paraseqüência sedimentar quaternária recobre o prolongamento norte da feição estrutural denominada Plataforma de Aracaju e o flanco oeste da depressão estrutural denominada Baixo de Japaratuba.



O poço perfurado pela Petrobrás de prefixo 1-PU-3-SE, locado no bloco baixo da falha de direção noroeste/sudeste que delimita as estruturas em apreço e com profundidade de – 1602m, penetrou numa secção de sedimentos da planície costeira dos grupos Sergipe (formações Cotinguiba e Riachuelo) e Piaçabuçu e das formações Barreiras, Muribeca e Serraria, que refletem ciclos deposicionais que se operaram na bacia sedimentar relacionados com as diversas fases (sinéclise, pré-rift, sin-rift e pós-rift) de sua evolução tectônica.

A evolução paleogeográfica quaternária foi estudada por Bittencourt et al. (1983) que a sumarizou em seis eventos, que correspondem a três ciclos de transgressão e regressão mar. O último ciclo iniciou-se com a Última Transgressão quando se formou um cordão de corpos lagunares. Na regressão subsequente foram depositados os terraços marinhos holocênicos e as lagunas perderam sua comunicação com o mar, formando pântanos.

Os sedimentos quaternários depositados durante a regressão subsequente à Última Transgressão, com idades entre 5.100 anos A. P. e 1800 anos A. P. englobam os depósitos marinhos, fluviomarinhos, fluviolagunares e eólicos que apresentam espessura de 8 m (poço 1-BDC-1-SE) a 51 m (poço 1-PU-3-SE).

COBERTURAS HOLOCÊNICAS

– Depósitos Flúvio-Lagunares (QHf) – são constituídos de areias e siltes argilosos, ricos em matéria orgânica. Têm como origem deposições em antiga laguna que foi colmatada e evoluiu para pântano e canal de maré. Estes depósitos estão localizados nas zonas baixas entre os terraços marinhos holocênicos (Barra dos Coqueiros) e pleistocênicos (Santo Amaro das Brotas), atualmente ocupados pelo rio Pomonga e canal de São Sebastião.

– Terraço Marinho Holocênico (QHt) – são depósitos de areias litorâneas bem selecionadas, com declividade entre 0 e 3%. Seu topo situa-se entre poucos centímetros a ± 4 metros acima do nível médio atual do mar.

– O conjunto dunar mais antigo (QH e 2) é formado por dunas parabólicas semi-fixadas por vegetação que obstaculariza os efeitos da deflação eólica e está posicionado na parte mais interna do terraço, entre o terminal portário e a foz do rio Japarutuba. O conjunto mais



recente (QH e 1) é formado por dunas transversais com distribuição topográfica descontínua ao longo do litoral.

– Depósitos de Pântanos e Mangues (QH_p) – os sedimentos desses depósitos são de natureza predominantemente argilo-siltosos, contendo matéria orgânica, com desenvolvimento da vegetação característica de mangue. O comportamento dinâmico desses depósitos está subordinado à ação bidirecional das marés e estão dispostos nas margens estuarinas dos rios Sergipe, Japarutuba e Pomonga e canal canal de São Sebastião.

Ancoradas na planície costeira são encontrados os depósitos praias resultantes da acumulação de sedimentos arenosos transportados pela corrente de deriva litorânea e pelas ondas.

RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS

O município de Barra dos Coqueiros está constituído, em sua totalidade, pelo domínio hidrogeológico das Formações Superficiais Cenozóicas.

Em termos hidrogeológico tem um comportamento de aquífero granular, caracterizado por possuir uma porosidade primária e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral, excelentes condições de armazenamento e fornecimento de água. Na área do município este domínio está representado por depósitos eólicos, marinhos e de pântanos e mangues que, a depender da espessura e da razão areia/argila das suas litologias pode produzir vazões significativas. Os poços tubulares perfurados neste domínio podem captar água do aquífero subjacente, representado pelo grupo Piaçabuçu, membro Marituba.

O levantamento realizado no município pela CPRM (2002) registrou a presença de 37 pontos de água, sendo 13 (35%) do tipo fonte natural e 24 poços tubulares (65%), em propriedades públicas (25%) e particulares (75%).

Levando-se em conta os percentuais de poços tubulares paralisados em virtude da média salinidade são passíveis de entrar em funcionamento 50% dos poços públicos e 6% dos poços privados, podendo-se prever um expressivo aumento da oferta de água no município, com ações de recuperação.



ASPECTOS GEOMORFOLÓGICOS E PEDOLÓGICOS

No contexto do sistema ambiental físico ou geossistema, o componente geomorfológico consiste na expressividade das formas de relevo, considerando sua morfologia e processos morfogenéticos atuantes. O solo constitui o recurso natural mais utilizado para atender às necessidades de produção de alimentos. Seu uso de maneira racional representa fator imprescindível para obtenção de resultados satisfatórios nos empreendimentos agrícolas. A potencialidade aplicativa do conhecimento desse componente insere-se no diagnóstico das condições geoambientais contribuindo para orientar a alocação e o assentamento das atividades humanas e identificar as áreas de instabilidade do relevo face a possibilidade de inserção antrópica.

PLANÍCIE COSTEIRA

De amplo significado geomorfológico no município é a planície costeira, cuja evolução foi controlada pelas variações relativas do nível do mar durante o Quaternário, deriva litorânea de sedimentos e pelos aportes fluviais.

TERRAÇO MARINHO E CORDÕES LITORÂNEOS HOLOCÊNICOS

A montante da borda das praias atuais encontra-se vasto lençol de areias de origem marinha ocupando parte da planície costeira, constituindo o ambiente de terraço marinho holocênico. Esse terraço mais externo exibe, na sua superfície, alinhamentos paralelos a linha de costa em extensões descontínuas de cordões, litorâneos, testemunhos de posições pretéritas ocupadas pelo mar. Entre as cristas dos cordões que apresentam largura média de 100 m, ocorrem as depressões úmidas que são preenchidas por águas do lençol freático ou por águas pluviais, no período chuvoso, constituindo áreas de drenagem impedida (lagoas e charcos). A natureza do solo (Espodossolo Cárbico) e a declividade do eixo das depressões entre os cordões litorâneos são elementos determinantes na sua formação, ocupando espaços na planície costeira.

O Espodossolo Cárbico compreende solos arenosos fortemente ácidos e de baixa fertilidade natural devido a deficiência



em micro e macro-nutrientes e são originados a partir de sedimentos arenoquartzosos do Quaternário. Além de sua fertilidade baixa e grande acidez esse solo apresenta problemas de drenagem nas áreas onde o horizonte B se apresenta muito endurecido devido a concentração iluvial de carbono e sesquióxidos, bem como de problemas decorrentes de pouca retenção de umidade no horizonte A, em virtude de sua textura.

De acordo com as suas limitações, para manter a capacidade produtiva e melhorar as condições das terras agrícolas são necessárias as seguintes práticas conservacionistas: seleção de cultura de ciclo curto para melhor aproveitamento da umidade na época das chuvas e adubação e colagem em função do solo e cultivo.

Na área do município o terraço marinho e os cordões arenosos associados apresentam intervenção antrópica de caráter agrícola sem registro de zonas de vulnerabilidade ambiental.

DUNAS COSTEIRAS

Acompanhando a configuração da linha de costa, as dunas mais próximas a orla marítima, orientadas segundo a direção dos ventos dominantes, desenvolvem-se para oeste e intercalam-se com zonas interdunares vegetadas ou alagadas. Neste ambiente de fácil saturação das áreas alagadas ocorre o Gleissolo pouco profundo, ácido e mal drenado em áreas de relevo plano periodicamente inundadas, com lençol freático elevado. Caracteriza-se pelo excesso de umidade em função da drenagem deficiente.

Pela disposição geomorfológica das dunas é possível inferir a existência de sucessão de cordões litorâneos e depressões. Dessa forma a ação do vento limitou-se a atuar no sentido de redistribuir os sedimentos arenosos, mascarando a topografia primitiva dos cordões litorâneos. Ocupando as áreas interdunares e entre os braços das dunas parabólicas ocorrem pequenas lagoas que, no período chuvoso, coalescem entre si.

PLANÍCIE DE MARÉ

A região estuarina dos rios Sergipe e Japarutuba está ocupada em sua área de inundação pela planície de maré, onde ocorre o ecossistema manguezal que atua através de sua vegetação na bioestabilização da área. A porção da planície de maré quase



inteiramente coberta na preamar e exposta na baixamar corresponde a planície de maré inferior que está caracterizada por sedimentos, sobretudo, argilosos, ricos em matéria orgânicas, que constituem o Gleissolo, ou seja, solo halomórfico de mangue. Está colonizada pela vegetação arbórea e/ou arborescente composta pelas angiospermas *Rhizophora mangle* (mangue sapateiro ou vermelho), *Laguncularia racemosa* (mangue branco ou manso) e *Avicennia germinans* (mangue siriba ou siriúba).

A planície de maré superior (shorre), compreendida entre o nível médio das preamares de sizígia e o nível médio das preamares equinociais, ocupa posição topográfica mais alta, com um substrato apresentando maior percentagem de sedimentos arenosos na região mais alta denominada apicum.

No estuário inferior dos rios Sergipe e Japarutuba, onde se faz marcante a influência marinha, a hidrodinâmica, com a ação das ondas e das correntes de maré presentes adentram a planície holocênica, sobretudo na sede municipal, ocorrendo aí o desenvolvimento do manguezal.

O solo característico de mangue (Gleissolo) é halomórfico, pouco desenvolvido, com textura argilosa e siltico-argilosa, mal drenado, sofrendo inundações periódicas como consequência das flutuações das marés. Distribui-se pela região estuarina, ao longo dos rios Sergipe, Japarutuba, Pomonga e canal homônimo e canais de maré.

No ambiente mixohalino do canal de São Sebastião, na área de preservação permanente atualmente encontra-se, em desenvolvimento, a carcinicultura, ou seja, o cultivo de camarão marinho.

Dentre os processos responsáveis pela morfogênese da área estudada destacam-se as variações do nível relativo do mar durante o Quaternário e a hidrodinâmica das águas costeiras.

A consideração dos processos costeiros atuais é importante por estabelecer tendências de comportamento sedimentológico que poderão auxiliar em ações de planejamento e manejo ambientais.

INTERFACE MARINHA

O trecho de costa estudado tem a orientação geral de cerca de 350 e caracteriza-se pela regularidade batimétrica e fraco declive de fundos, com a linha dos – 10m a cerca de 2,5 km da costa e dos –



15m a cerca de 6,5km. O relevo é relativamente plano, cortado pelo canyon do Japarutuba. Entre as cotas negativas de 20m e 3.200m, esta feição tem direção aproximada perpendicular ao litoral, próxima à desembocadura do rio Japarutuba. Segundo Van Berckel (1976), a presença de correntes fluviais de reconhecida competência e capacidade e o rebaixamento do nível do mar são dois fatores – chave para a formação dos canyons submarinos.

O grupo Piaçabuçu (formação Marituba), que se constitui em excelente aquífero, aflora na plataforma continental adjacente. O poço de prefixo 1 – SES – 25 – SE mostra uma espessura de 596m de areia branca, hialina, de textura grosseira e subarredondada, sobreposta a camada de argila, cinza e esbranquiçada. No poço de prefixo 4 – CM – 40 – SE, a citada formação apresenta uma espessura de 370m, com topo e base colocados nas elevações estruturais de -8m e -378m. Na porção superior é composta por dolomita e, em direção a base, por camadas de arenito e calcarenito.

No Terminal Inácio Barbosa e sua jurisdição compreende a costa do estado de Sergipe, desde a extremidade N da foz do rio Sergipe até a divisa do estado de Alagoas e a margem sergipana do trecho navegável do rio São Francisco.

Trata-se de um terminal off-shore com um cais de acostagem a 2.400m da linha da costa, abrigado por um quebra-mar de 550m. O cais de acostagem, com extensão de 331m e largura de 17m, é alargado para 23,60m no trecho sul, numa extensão de 59,20m, que permite a manobra de qualquer veículo. A profundidade natural é de 9,50m (maré mínima), elevada para 10,90m com dragagem. A atracação só é realizada na face interna em dois berços com capacidade de atender navios com, no máximo, 30.000TPB.

MORFODINÂMICA DAS PRAIAS ARENOSAS

A classificação morfodinâmica das praias arenosas do município de Barra dos Coqueiros baseou-se, essencialmente, na observação das características geomorfológicas, tipo de rebentação de ondas, granulometria dos sedimentos e inclinação média da face de praia, em comparação com os tipos de praias propostos por Wright e Short (1984). O comportamento das ondas incidentes no segmento de praia estudado foi obtido, sobretudo, através do uso de fotografias aéreas verticais e observações efetuadas em campo. Incrementando os dados



necessários à classificação morfodinâmica utilizada, foram ainda coletadas amostras de sedimentos praias em pontos distribuídos ao longo da área estudada, sendo realizadas análises granulométricas da fração areia por peneiramento a seco.

O trecho litorâneo estudado pode ser classificado como sendo uma típica costa aberta dominada por ondas, ou seja, os estádios ou estágios morfodinâmicos da face de praia e das zonas de surf e de arrebenção estão diretamente relacionados aos efeitos das ondas.

Com base nas características das praias oceânicas tais como tamanho médio do sedimento, declividade, energia das ondas, bem como nas feições culturais, ao longo das praias, ocorre o estado morfodinâmico dissipativo, de acordo com o modelo apresentado pela escala australiana de Geomorfologia.

A arrebenção é do tipo deslizante ou progressiva e sua energia é dissipada ao longo do extenso perfil praias. Isso se deve à presença de areia muito fina no setor, conferindo ao perfil praias baixa declividade, e apresentação de três ou mais linhas de arrebenção.

▪ **PRAIA DA COSTA**

A interferência antrópica nesta praia é bem expressiva, pela edificação de bares e restaurantes no pós-praias, devido a proximidade com a linha de costa e pelo padrão de espraiamento das ondas ser deslizante, os processos erosivos sobre essas residências ocorrerão a curto prazo e os mesmos estão agindo, severamente, nas proximidades do Hotel da Ilha, onde observa-se a formação de falésias e o tombamento de coqueiros, devido ao déficit de sedimentos retidos à montante, pela estrutura do Terminal Portuário Inácio Barbosa.

▪ **PRAIA DO JATOBÁ**

Foi observada uma progradação artificial de aproximadamente 295 metros na linha de costa, nas adjacências do Terminal Portuário Inácio Barbosa, associada à construção dessa obra. No entanto, devido à acumulação de sedimentos à montante do porto, está ocorrendo erosão à jusante, na praia da Costa, próximo ao Hotel da Ilha. O padrão de arrebenção de ondas nesta praia é do tipo deslizante.



5. CONCLUSÕES

O preenchimento e arquitetura deposicional das acumulações sedimentares holocênicas presentes na planície costeira do município, analisados através de perfurações de poços de petróleo e furos de sondagem, mostram sua espessura e o predomínio de sedimentos silto-arenosos e de areia fina a média com presença de matéria orgânica.

As informações derivadas da geologia e geomorfologia, cartografadas em escala adequada, constituem-se num poderoso auxílio documental e instrumental na gestão ambiental, pois a planície quaternária apresenta restrições à ocupação impostas pela legislação ou condições físicas e ambientais.

Observa-se desequilíbrio na dinâmica costeira da área, com processos erosivos e deposicionais moderados que embora possam ter origem natural foram agravados pelas ações antrópicas como a construção do Terminal Portuário e o espigão construído na margem esquerda do rio Sergipe.

6. REFERÊNCIAS

ANGULO, R.J. **Geologia da planície costeira do estado do Paraná**. Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo (Tese de Doutorado), 1992.

ARAYA-VERGARA, J.F. **Toward a classification on beach profiles**. Journal of Coastal Research, 2(2): 159-165, 1986.

BANDEIRA, J. V. **Estimativa do transporte litorâneo em torno da embocadura do rio Sergipe**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa Radioativas. UFMG, P. 191, 1972.

FONTES, A. L.; **Aspectos geológicos e geomorfológicos da planície entre os estuários dos rios Sergipe e Japaratuba**. – Sergipe. 36º Congresso Brasileiro de Geologia. Anais: v2: 700 – 708, 1990.

MUEHE, D.; **O Litoral Brasileiro e sua Compartimentação**. In: **Geomorfologia do Brasil**. Ed. GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. (org). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.



MUEHE, D. **Geomorfologia Costeira. In: Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos.** Ed. GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. (org). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995

REINECK, H. E. & I. B. SINOI. **Depositional Sedimentary Environments, with Reference to Ferrigenous Clastics.** 2ª ed. Springer-Verlag, Berlim, Heidelberg, Nova York, p. 549, 1980.

SILVEIRA, J. D.; **Morfologia do Litoral. In: Brasil, a terra e o homem.** São Paulo: Ed. A. de Azevedo, pp. 253 – 305, 1964.

SOUZA, Célia Regina de Gouveia (ed). **Quaternário do Brasil.** Ribeirão Preto: Holos Editora, 2005.

SHORT, A.D. **Wave beach, predure and mobile dune interactions in southeast.** Austrália Journal of Coastal. Research Special Issue 3: 5-8.1988.





DAS REDES DE PESCA ÀS TRAMAS DA SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES HALIÉUTICAS.

Rosemeri Melo e Souza³⁸

RESUMO

Ressaltou-se ao longo deste artigo que o uso de equipamentos específicos (petrechos como redes e outros) na pesca artesanal e na captura de crustáceos, assim como os usos tradicionais dos recursos naturais constituem partes significativa do relacionamento sócio-cultural das comunidades pesqueiras com seus ambientes. Explorou-se a premissa que a dimensão cultural da sustentabilidade repousa num patrimônio humano que comporta uma dimensão cultural (sociodiversidade) relacionada aos usos e à gestão comunitária da biodiversidade regional.

Palavras-Chave: Pesca artesanal, geocologia, sustentabilidade.

FROM FISHERY NETS TO SUSTENTABILITY WEAVE PLOTS IN HALIEUTICAL COMMUNITIES

ABSTRACT

It was emphasized along these paper that the uses of the fishing equipments for artisan fishery and crustaceans catchment's (such as nets and others), as well as the traditional uses of the natural resources, constitute important part of the plots of the social and cultural relationship of the fishermen community with the coastal environment. It was explored the premise that the cultural dimension of the sustainability rests in a human patrimony which holds a cultural diversity (sociodiversity) related to the uses and common management of the regional biodiversity.

Key-words: Artisan fishery, geocology, sustainability.

³⁸ Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Professora Associada do DGE e do NPGEO/UFS. Coordenadora e Docente do PRODEMA/UFS. Líder do Grupo de Pesquisa em geocologia e Planejamento territorial – GEOPLAN/UFS/CNPq. E-mail: rome@ufs.br



1 - AS ATIVIDADES HALIÊUTICAS³⁹ NO LITORAL DO BRASIL

As atividades de pesca, de coleta de crustáceos e de moluscos, de extração de fauna e flora como ocorrem na região costeira do nordeste brasileiro, constituem os elementos básicos da configuração sócio-ecológica do segmento de atividades haliêuticas, ou seja, atividades que têm nas relações com o meio aquático, através da pesca, sua base de sustentação. Assim, as atividades haliêuticas são desenvolvidas por segmentos da sociedade rural que vive em orlas marítimas, margens de rios, baías, enseadas lagos e lagoas.

Deste modo, a designação de comunidades pesqueiras abrange em sua configuração desde caboclos ribeirinhos amazônicos às caiçaras do sudeste e coletores dos mangues do Norte e Nordeste, onde são denominados “homens guabiru”, dada sua compleição franzina e grau de carência nutricional; passando por extratores de palmito, lavradores e garimpeiros. Esse setor encontra-se presente em quase todos os estados brasileiros, com maior ou menor intensidade, constituindo um quadro característico e distinto dos grupos sociais de base estritamente agrícola, apresentando especificidades que têm gerado abordagens e metodologias específicas, nos campos da Geografia Agrária e da Antropologia Social, para citar dois exemplos segundo apurado em estudo de Silva (1996).

Dentre essa diversidade de comunidades pesqueiras, marcadas pela pluriatividade (MELO, 1995), destacou aquelas que praticam a pesca tradicional em áreas litorâneas do sul de Alagoas. Basicamente, os pescadores de Piaçabuçu, último município alagoano antes da foz do rio São Francisco, principal manancial hídrico do nordeste brasileiro.

Esses pescadores-agricultores, de forma complementar, fazem da sua relação com o meio aquático a base de sua sustentação material e social, conhecendo profundamente as singularidades desse ambiente – a costa nordestina – por aprendizado empírico e aproveitando de modo sustentável a riqueza ictiológica e florística que esse ambiente oferece. Compreende-se por sustentável o tipo de uso do patrimônio ambiental tendo em vista a preservação dos recursos existentes para

³⁹ Mesmo sendo pouco usado na literatura sobre o tema no Brasil, o termo haliêutico (halieu, do grego, pesca) é empregado por vários estudiosos de comunidades pesqueiras na Europa, a exemplo de Gilly e Verdeaux (1980) entre outros autores, conforme salienta LOUREIRO (1985).



uso futuro e garantia de obtenção de níveis de bem-estar entre gerações (ATTFIELD, 1999).

A organização das relações comunitárias que têm na atividade pesqueira (ou haliêutica) o seu sustentáculo envolve o desenvolvimento histórico-social de relações tradicionais baseadas tanto em concepções mítico-simbólicas do ponto de vista cultural, como pré-capitalistas do mundo na esfera econômica enquanto características centrais, mas nem por isso menos complexas do que as relações preponderantes nas sociedades modernas (DIEGUES, 1983, 1996; NEVES, 1996).

Em se tratando de uma atividade econômica baseada sobre a exploração de recursos móveis e que se reproduzem em caráter cíclico, a pesca só poderá ser entendida em relação às condições socioambientais em que ocorre, haja vista envolver a exploração da biota marinha e adjacente à orla marítima e ser realizada por comunidades socialmente regidas por uma lógica mercantil simples, face às práticas e lides do trabalho no/com os recursos do mar e costeiros, em conflito com o padrão tecno-científico recém introduzido na região com a pesca comercial e industrial regida pela lógica capitalista.

As condições socioambientais compreendem as formas - tanto materiais como simbólicas - de organização do trabalho, ou seja, os meios e dispositivos concretos e intangíveis capazes de assegurar a realização e a perpetuidade da condição pesqueira, quer garantida de forma exclusiva, quer seja em caráter complementar.

Discorreu-se nesta seção do trabalho acerca dos aspectos ecológicos imprescindíveis à contextualização da pesca marítima no litoral nordestino para, em seguida, abordar-se os aspectos organizativos de diferenciação produtiva do universo pesqueiro tradicional (pescadores monovalentes e plurivalentes). Justifica-se tal introdução pela necessidade de particularizar os segmentos de pescadores existentes na comunidade de Piaçabuçu, a fim de que se possa apreender, com o conhecimento de suas nuances, as estratégias adaptativas presentes em sua discursividade e adotadas pelos mesmos em sua relação direta de manejo com os ambientes em que vivem.

Constitui questão central deste estudo, a apresentação do entendimento - entrelaçado ao dos próprios pescadores - sobre como estas estratégias adaptativas respaldam-se em um repertório de



práticas culturais propiciadoras da sustentabilidade multidimensional⁴⁰ desses “gestores comunitários” do patrimônio litorâneo nordestino (VIEIRA, 1998, p.340; SACHS, 2000, p. 35).

1.1 - ASPECTOS ECOLÓGICOS DA PESCA MARÍTIMA NO NORDESTE.

Dada a importância que assume o ambiente físico para a organização da produção social na pesca é oportuno apresentar algumas características dos sistemas ambientais explorados por pescadores no litoral nordestino.

Sistemas ambientais podem ser entendidos como “um conjunto de elementos geofísicos, geográficos e ecológicos, relativamente estáveis e inter-relacionados, cujas condições de reprodução, regulação e limitações tendem à estabilidade longitudinal, apesar das alterações têmporo-espaciais que possam ocorrer em alguns de seus elementos”. (DEUTSCH, 1974, p.37).

Nos diversos ecossistemas marinhos e costeiros é produzida a biomassa através de mecanismos naturais (cadeias tróficas). O espaço aquático, mais do que o dos ecossistemas terrestres e transicionais, como os ambientes intertidais (entremarés), é dotado de comunidades com maior mobilidade, mesmo havendo espécies com nicho mais restrito. Espécies como a sardinha (*Tuna brasiliensis*) freqüentam biótopos⁴¹ distanciados milhares de quilômetros.

Admitindo certo paralelismo entre o dinamismo e a mudança contínua enquanto fatores-chave no interior dos ecossistemas aquáticos costeiros com as relações estabelecidas entre esses processos e as formas de exploração organizadas ao longo do tempo histórico pelas comunidades através de diversas formas de organização da produção pesqueira, torna-se possível delimitar três graus de exploração de recursos por níveis organizativos de pescadores (DIEGUES, 1983, p.108-09):

- pesca artesanal: exploração de recursos de ecossistemas

⁴⁰ O conceito é de autoria de Ignacy Sachs e engloba, até o momento, as seguintes dimensões: ambiental, ecológica, espacial, cultural, sócio- econômica e política, estando em permanente ampliação segundo o próprio autor.

⁴¹ Parte da biota que corresponde à localidade de dados seres vivos. As sucessões de níveis tróficos de comunidades e espécies constituem as biocenoses. Não confundir com *nicho ecológico*, correspondente ao *papel* de cada indivíduo nos biótopos.



limitados espacialmente, como os estuarino-marinhos (“pesca de pedra”) e as lagoas de várzea, com hierarquia peal proximidade (relações afetivas);

- pesca comercial e industrial (embarcados e trabalhadores da pesca): exploração de recursos de ecossistemas oceânicos (pesca de largo e de mar aberto), com acesso à tecnificação do trabalho e hierarquização empresarial (relações indiferentes).

Existem três ecossistemas marinhos segundo a produtividade natural: águas temperadas, de ressurgência (upwellings) e tropicais, pertencendo às águas do nordeste brasileiro, a este último, o qual apresenta a menor produtividade natural. Os mares tropicais e subtropicais são caracterizados pela grande variedade de espécies e baixa abundância na composição dos cardumes. A plataforma continental no Nordeste é estreita e rasa, apresentando baixa produtividade do ponto de vista do aproveitamento econômico (estoques). Entretanto, o fundo irregular devido à presença de recifes coralinos caracteriza estas áreas como de grande relevância para a vida marinha.

A delimitação anterior entre pesca artesanal e pesca comercial e industrial, num primeiro momento, parece extremamente simplista, dado desconsiderar todos os demais tipos de atividade pesqueira classificados pelo IBAMA⁴² em 1996. Todavia, encontra respaldo pelo predomínio da primeira forma de organização da atividade haliêutica no nordeste brasileiro, sendo comum a apropriação, pelas empresas pesqueiras, de parte do excedente produzido pela pesca artesanal.

Na região em estudo pode-se distinguir, a grosso modo, três espaços pesqueiros distintos:

- 1) O "espaço litorâneo" (*in shore*) constituído principalmente pelos ecossistemas estuarinos (lagunas, estuários, foz de rios, baías fechadas e enseadas, recifes e corais). É um espaço abrigado contra as intempéries do mar de fora e explorado pelo pequeno pescador através de canoas a remo ou pequenas embarcações motorizadas e armadilhas fixas como o cerco de taquara. O Litoral norte alagoano apresenta muitas formações lagunares-insuladas (lagoas retraídas ou

⁴² Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis, órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) co-responsável pelo setor pesqueiro no Brasil. As outras partes da responsabilidade institucional cabem à Divisão de Pesca (DIPES) do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e ao Ministério da Marinha, atualmente (2004) fundidas na Secretaria Extraordinária da Pesca.



“de trás”).

2) Estuários e águas costeiras adjacentes que se beneficiam da riqueza biológica criada a partir dos sedimentos transportados pelo rio São Francisco (foz), da vegetação de mangues e da mistura de água doce e salgada causada pelos movimentos das marés. Inúmeros autores já salientaram a grande produção primária existente nos ecossistemas estuarinos (quantidade de matéria elaborada por vegetais autotróficos que representam o potencial de alimento teoricamente disponível para os animais heterotróficos).

3) Litoral aberto (*off shore*), zona de ambiência oceânica, com profundidades variando de cerca de um a vinte e cinco metros no limite da plataforma continental.

1.2 - REDES E CONFLITOS NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS PESCADORES ARTESANAIS.

A tessitura das redes que compõem as tramas do *tecido relacional* cimentador do trabalho e da vida da comunidade pesqueira de Piaçabuçu (AL) devem ser traçadas em uma perspectiva histórica. Assim, suas origens remontam aos primórdios da colonização.

Entende-se que as comunidades pesqueiras eram constituídas, no passado, primordialmente, por lavradores-pescadores, com algumas exceções de comunidades organizadas, inicialmente, em torno da pesca. Após a introdução da cerca de pescado e do barco a motor, em meados do século XX, estas comunidades passaram a dedicar um tempo cada vez maior às atividades da pesca (confecção e reparo de instrumentos de pesca, operações de conservação após a pesca etc.). Desse modo, concordou-se com a distinção de duas formas de produção tradicional da pesca entre os séc. XVII e início do séc. XX no litoral brasileiro proposta por SILVA (1993):

- pescadores-sitiantes (caboclos amazônicos e caiçaras em São Paulo) e;
- pescadores marítimos artesanais (jangadeiros de Alagoas e do Ceará e pescadores de saveiros da Bahia).

Ao que tudo indica, terra e mar perfaziam um todo indiviso, como nós de um complexo tecido relacional, constituído pelas significações territoriais e práticas socioculturais com respeito ao ambiente, outrora considerado unidade indivisível de vida e de produção.



Entre as décadas de trinta e oitenta, três marcantes mudanças afetaram o cenário e as redes organizativas das comunidades pesqueiras artesanais e componentes externos, a saber:

- formação das colônias de pescadores pela Marinha (desde os anos vinte);
- a *atualização da pesca* (MALDONADO, 1986, p. 72), ou seja, a absorção de elementos da pesca moderna pela pesca artesanal, como a motorização dos botes de pesca e;
- transformação do sistema de representação corporativista.

A forma de produção mercantil simples do pequeno produtor litorâneo é a produção dos pescadores-lavradores. Nesse caso, a pesca continua sendo uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra (tainha, por exemplo). Aí, a propriedade típica de produção é a doméstica (família e/ou grupo de vizinhança), e normalmente, o pescado, além de salgado e secado para o consumo direto, é em geral vendido e constitui uma das principais fontes de dinheiro disponível para a compra de algumas mercadorias essenciais. Em todos os casos, a atividade pesqueira se inscreve dentro de atividades, predominantemente, agrícolas que constituem a base de subsistência e organização social desses pescadores (“roça ou roçado”, centrada no plantio da mandioca, mas que associa, além da pesca, o artesanato caseiro, a coleta de frutos do mato, como ouricuri etc.).

O calendário complexo das atividades econômicas, apesar de diversificado, tem a predominância agrícola, mesmo ao nível mais global da cooperação no trabalho (mutirão). Todo o mundo de valores (ideologia) é marcado pelas atividades do trato da terra (mesmo sendo agricultura itinerante). Em geral, os mesmos membros da família (parentes) constituem as unidades de trabalho, que se destinam seja ao trato da terra (em algumas de suas fases), seja à captura e conservação/acondicionamento do pescado.

Nesse sentido, o conceito-chave é do grupo doméstico, entendido como um sistema de relações sociais que, baseado no princípio de residência comum, regula e garante o processo produtivo. No limite, a intensidade do trabalho tem como teto o número de trabalhadores diretos existentes nos grupos domésticos. Quando há necessidade de se ampliar a capacidade produtiva do grupo doméstico apela-se para o mutirão, ou ajuda de vários grupos



domésticos em ocasiões especiais, tais como a colheita etc. A divisão de trabalho é reduzida e se dá por critérios de sexo e idade, cabendo às mulheres uma parte maior nos trabalhos caseiros e de roça, enquanto que os homens, de maneira ocasional, integram as campanhas de pesca.

Na atualidade, a pesca artesanal configura-se, no espaço litoral nordestino, como uma atividade, predominantemente, complementar destinada a produzir valores de troca. A remuneração da força de trabalho dá-se pelo sistema de partilha ou quinhões identificados como parceria. Tanto os equipamentos como a renda auferida da pesca são de baixo custo relativo. Desse modo, o igualitarismo na divisão do produto é bastante visível. Todavia, não é esta a única forma de divisão do pescado, posto as comunidades haliêuticas desenvolverem relações entremeadas por múltiplas interferências, de âmbito externo ao circuito simples da produção pesqueira artesanal. Como outras formas de partição do pescado, de caráter hierárquico, registrou-se a *desapartada*, na qual metade do pescado fica para o mestre de pesca e 25% para o dono do bote, sendo repartidos entre os demais pescadores os 25% restantes.

Os pescadores artesanais – mono ou polivantes – mas, sobretudo os segundos, os quais praticam o pluralismo econômico, desenvolvendo conjuntamente atividades produtivas vinculadas a terra e ao mar (FURTADO, 1994) enfrentam, principalmente, desde os anos oitenta, três patamares de desafios:

- de um lado, as investidas de grupos privados isolados ou apoiados por recursos públicos, sobre suas terras de morada e trabalho em áreas à beira-mar (sea shore) para a alocação e/ou expansão de empreendimentos turísticos, no processo de *turistização do litoral* abordado em suas implicações territoriais por Rodrigues (1999);

- de outro lado, a ação regulamentadora do setor, em termos de definição profissional do segmento artesanal, organizados em colônias de pescadores, federações estaduais e na confederação nacional. Muitas vezes, tais organizações contrariam os traços de independência e de relações pessoais marcantes da identidade de pescador, ao sujeitá-los a regras e à sujeição de outros sujeitos (de fora da produção e das comunidades pesqueiras) por vezes externos à atividade;

- o profundo reordenamento da vida dos pescadores artesanais fruto da inclusão de suas comunidades em Unidades de



Conservação⁴³, algumas das quais Parques e Reservas de Uso Indireto. Isto implica afirmar que os pescadores, dotados de formas de manejo dos ecossistemas de longo tempo e de um conhecimento empírico bastante sintonizado com as biotas locais, repentinamente, vêem-se impedidos de viver da exploração dos recursos costeiros e marinhos.

Esses são alguns dos traços ecológicos e organizativos das *redes*, como metáfora da vida marítima e ligada ao mar, na formulação das *tramas* forjadas pelas estratégias adaptativas⁴⁴ dos pescadores artesanais de Piaçabuçu, as quais dedicou-se atenção na próxima seção deste artigo.

2 - ESTRATÉGIAS ADAPTATIVAS DOS PESCADORES ARTESANAIS - CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

2.1 – OS HALIÊUTAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: REVISITANDO OS TRAÇOS DO MITO PRESERVACIONISTA.

O falso dilema provocado pela presença dos nativos pescadores (artesanais) em Unidades de Conservação repousa naquilo que Diegues (1997) denomina “o mito moderno da natureza intocada”. Essa retificação de áreas intocáveis (pelo capital), afirma o autor, repousa numa visão idílica da natureza (santuários), a qual tem seus primórdios nas práticas dos ambientalistas americanos do final do século XIX, com a criação do Parque Yellstown (EUA, 1873) e dos Botanic Royal Gardens (Kew Gardens), na Inglaterra vitoriana.

Esta visão reducionista da questão ambiental, que passou a ser denominada preservacionismo, alega que os povos tradicionais também contribuem à depleção dos recursos naturais, os mesmos devendo ser tratados enquanto “reliquias” de um passado – inexistente - posto que salienta Santos (2001, p. 13) não existir a

⁴³ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aprovado em junho de 2000, prevê a formação de uma rede de unidades de conservação (UC's), divididas em duas categorias, a saber: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

⁴⁴ NEVES (1996), conceitua como padrões coletivos de desenvolvimento de mecanismos permeantes da cultura frente a adversidade do meio ambiente circundante. Os mecanismos, mesmo começando como físicos acabam por produzir mudanças cognitivo-culturais nos povos que os desenvolvem.



questão da natureza dissociada das suas formas de apropriação pelo homem. Assim, a própria noção de recurso está intrinsecamente ligada à idéia-motriz de apropriação, haja vista todo recurso ser considerado em termos de seu potencial econômico.

Ao desconsiderar as características centrais dos povos tradicionais, onde estão inclusos os pescadores artesanais, os defensores do preservacionismo restrito parecem desconhecer que, dentre tais características, destaca-se (ADAMS, 2000, p. 117) “um conhecimento profundo dos ecossistemas dos quais fazem parte, o que permite a sua produção e a reprodução social no tempo, além da *conservação dos próprios recursos naturais de que dependem para sobreviver...*” (grifos nossos).

Entretanto, numerosos estudiosos, desde os clássicos aos atuais, sobremaneira, no campo da Antropologia, têm demonstrado em suas investigações que a presença dos povos tradicionais manejando os ecossistemas por tanto tempo sem haver provocado sua depleção – ao contrário – vem contribuindo para conservação daqueles e forjando um patrimônio relacional constituído não somente pelo substrato de vida material como, também, cimentado pelos laços comunais propiciadores das bases de uma sustentabilidade desse modo de vida e de trabalho específico das comunidades litorâneas familiares (re)sistentes e resilientes ao longo da zona costeira brasileira, sobretudo nas franjas periféricas das formas de ocupação capitalista predominante.

É reconhecido na literatura que a sustentabilidade é ameaçada quando certos valores e práticas são destruídos. Neste sentido, em Piaçabuçu, o confronto com a pesca industrial (embarcados e patrões X pescadores e mestres) e a subversão de relações advindas das novas sociabilidades constituídas entre locais e forasteiros, tem promovido não apenas o solapamento das relações tradicionais como a destruição do substrato ecológico-econômico representado pelos ecossistemas ameaçados.

A esse respeito, afirma Begossi (1995), o abandono da agricultura e o incremento progressivo por comunidades pesqueiras do litoral sudeste e caboclos amazônicos tem contribuído para aumentar a sua *resiliência cultural*. Entende-se por esse conceito, a ampliação de meios e condições de restabelecimento do equilíbrio anterior do sistema após agressões. Esta resiliência é construída pelas mediações histórico-sociais entre o saber e o saber-fazer plasmadas



no seio dessas comunidades. São os dois momentos relevantes como vida desse patrimônio relacional, consistindo em momentos dinâmicos, mas se redefinem cada vez que o homem inova e renova seu repertório de estratégias de coexistência com o meio ambiente, sendo cruciais ao entendimento da resiliência cultural.

Essas duas faces da mesma medalha – homem/meio-ambiente – são a chave do entendimento das tramas da sustentabilidade, da significação mesma dos grupos sociais e de sua continuidade enquanto indivíduos e grupos sociais. Esses sujeitos, ao agir com/sobre os meios onde vivem, recriam seu cotidiano e estabelecem territorialidades. Portanto, compreender suas estratégias adaptativas consiste na chave do conhecimento para sua respeitabilidade e conservação dos recursos dos quais consideram usuários e guardiões, por parte das políticas públicas e de todos os cidadãos.

O patrimônio ambiental tem relação com esse saber e o saber-fazer, na medida em que os recursos ambientais são incorporados como espaços efetivos pelo homem, através de instrumentos de trabalho e da rede de relações que ele constrói no processo de vida material, ecológica, social e cultural. A especificidade de algumas das estratégias dos haliêutas meridionais alagoanos serão alvo da próxima seção deste trabalho.

2.2 – O *SAVOIR-FAIRE* NAS TRAMAS DA SUSTENTABILIDADE NA PESCA ARTESANAL.

Nesse saber-fazer enquadram-se crenças, formas de manejo do meio ambiente, tecnologia, ciência da natureza, criação e recriação de estratégias de vida, como apontam Furtado (op. cit) e Maldonado (1993). Vale dizer, também, que o patrimônio ambiental tem relação direta com esse saber e o saber-fazer, na medida em que os recursos do meio ambiente são incorporados como espaços vivenciais, não dissociados dos demais aspectos de sua existência, na verdadeira acepção de região-espaço–vivido concebida por Armand Fremont (1986).

No campo do comportamento e da previsão das marés, desnecessário faz-se alongar observações sobre o saber dos pescadores, em toda a parte. Contudo, destacam-se as formulações relacionadas aos ciclos de marés. Estes se dividem entre altas (preamar) e baixas, além de “águas vivas e mortas”, no relato de um



jovem pescador retornante à vila após dois anos de residência em Maceió, capital de Alagoas: “Dona, as água baixa são as dos mês de abril e agosto, quando a maré num cobre nem os canais de areias como esse que nós vê agora. Mas quando as água tão vivas, em março e setembro, só carro grande para atravessar o canal...”

Tratava-se de uma conversa sobre os ritmos das marés e a variação da pesca. O fenômeno das águas mortas guarda forte relação com a pujança dos ciclos reprodutivos e do carreamento de nutrientes do ambiente marinho para o manguezal frente ao qual deu-se esta conversa. A ocorrência de tais eventos, também, acentua (caso das marés vivas ou de sigízia) os perigos de saída para a pesca em mar aberto, conforme disse um aprendiz de pesca (12 anos), falando sobre o “modo alvoiroçado dos peixes ficar nas pedras e até no fundo” (sic).

Na esfera da participação feminina no universo pesqueiro, resgatou-se o saber lidar com a retirada de lenha do mangue. Ao contrário do suposto por leigos e incautos no trato com comunidades pesqueiras, cabe à mulher não só os afazeres ligados ao tratamento do pescado após a despesca (retirada dos barcos) até a seleção, coleta e preparo de alimentos usando específicas ervas aromáticas e medicamentosas.

Cabe à mulher, ainda, o papel de interdição de consumo de certas espécies, segundo várias delas, “remosas, ruins pro sangue”. Isto deve-se ao conhecimento dos “segredos da terra” visto que aos homens pescadores foi revelado o “segredo do mar”, ou seja, a localização dos melhores pesqueiros, além das classificações dos sítios dos peixes por espécie e/ou por hábitos de grupos de peixes. Quanto ao controle da retirada de lenha do mangue, assim expressou-se uma senhora de setenta anos “Minha filha, só quem é tolo rouba o que a mãe natureza dá hoje e vai passar fome amanhã...Quando a mata tá rala aqui, nós vai acolá no mangue alto e tira o que nós precisa.” (sic). Essa retirada cíclica propicia a reposição, mesmo que parcial, do mangue em tempos distintos, sem quase nunca desnudá-lo posto que todo pescador sabe “que é da lama que sai o peixe do mar...”

Tais espaços são efetivamente ocupados pelo homem-mulher-criança-idoso-pescador, haja vista todos esses atores sociais envolverem-se na multiplicidade de práticas estruturantes de suas comunidades. Tal envolvimento é resultante da apropriação coletiva, por parte dos membros e dos agregados aos grupos comunitários, dos



instrumentos de trabalho e da construção comunal da teia de relações cotidianas, no processo de vida social, material, cultural e espiritual (CERTEAU, 1999).

Dado que a biodiversidade tem diferentes valores em função de pessoas e grupos, adotar uma visão mais ampla requer uma maior participação das pessoas das comunidades pesqueiras na tomada de decisões. Faz-se relevante salientar este aspecto da tomada de decisões de forma participativa, pois muitas das pessoas que mais têm a perder com a má administração e gestões inadequadas dos recursos pesqueiros são, constantemente, excluídas tanto das decisões relativas à gestão desses recursos, que afetam de modo crucial sua existência quanto da dos cálculos econômicos que valoram seu patrimônio ambiental, empobrecendo os requisitos de valorização cultural do patrimônio dessas comunidades.

Dependendo do ritmo ou dos agentes impulsionadores das mudanças no tecido relacional dos haliêutas, sujeitos aos fatores de pressão ora discutidos, os resultados podem assumir (ou não) um caráter prejudicial ao cotidiano das populações, causando estragos, às vezes irreversíveis, ao tecido relacional comunitário, fomentando o processo migratório campo-cidade, com a conseqüente ampliação da exclusão social, assim como a perda de memória desse universo partilhado de referências e de práticas comunitárias formadoras do *ethos* e de identidade dos pescadores artesanais.

3 - REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica**. São Paulo: Annablume, 2000.

ATTFIELD, Robin. Sustainable Development. In: **On Ethics of the Global Environment**. Edinburgh University Press, 1999.

BEGOSSI, Alpina. Cultural and ecological resilience among caiçaras of the Atlantic Forest and caboclos of the Amazon. In: F. BERKES; C. FOLKE. **Linking social and ecological systems for resilience and sustainability**. Estocolmo. The Beijer International Institute of Ecological Economics, 1995.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.



DEUTSCH, A. C. On interaction of ecological and political systems: some potential contributions of the social sciences to the study of man and his environment. **Information sur les Sciences Sociales**. Paris, 1973.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'anna. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo, Ática: 1983.

_____. **O Mito Moderno da natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: Célia Serrano e Heloísa Bruhns (org.). **Viagens à Natureza**. Campinas: Papirus, 1997.

ELIADE, Mircea. **O Mito do Eterno Retorno**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FREMONT, Armand. **Region, Espace Vécu**. Paris: Editions Galimard, 1986.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Riqueza e exploração da Pesca. In: **Amazônia: Temas Básicos**. Brasília, IBAMA/MMA, 1994.

IBAMA. **Diagnóstico da Pesca Marítima**. Brasília, 1996.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Mestres e Mares**. São Paulo: Annablume, 1993.

MELO, Rosemeri. S. **Terra, Trabalho e Vida**. (Dissertação de Mestrado). Aracaju: UFS/NPGeo, 1995.

MELO e SOUZA, Rosemeri. **Redes e Tramas – identidade cultural e gestão ambiental em comunidades litorâneas**. Tese de Doutorado. Brasília, Universidade de Brasília (UnB), 2003. 245 f.

NEVES, Walter. **Antropologia Ecológica**. São Paulo: Ática, 1996.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço - rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. São Paulo: Instituto Perseu Abramo, 2001.



SILVA, Gicelia Mendes. O camponês pescador. In: Lourival Santana SANTOS (org.). **Camponeses de Sergipe**. Aracaju, NPGeo, 1996. p. 45-57.

SILVA, José Graziano. **Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: CEMAR, 1993. (mimeo).

VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques. (org.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental** São Paulo: Cortez, 1997.





RELAÇÕES DE PODER, ATORES SOCIAIS E TERRITORIALIZAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

Anieres Barbosa da Silva⁴⁵

Rita de Cássia da Conceição Gomes⁴⁶

Valdenildo Pedro da Silva⁴⁷

RESUMO

No Nordeste brasileiro, a territorialização do capital em algumas manchas de espaços urbanos e rurais tem promovido profundas implicações socioespaciais. Isso em parte é resultante do recente processo de reestruturação produtiva e da globalização contemporânea (MÉNDEZ, 1997; HARVEY, 2004). Em consonância com isso, o presente texto contém uma discussão sobre as relações de poder que vêm sendo estabelecidas na região e que têm contribuído para o surgimento de novos atores e de novas formas de produção e territorialização, mesmo que social e espacialmente desiguais. Neste artigo, procuramos mostrar que é possível se identificar no Nordeste brasileiro algumas áreas ou manchas territoriais que, ainda, mantêm relações de poder e atores sociais vinculados à territorialização das oligarquias rurais e ao “coronelismo”, mas, também, tem externado outras relações sociais e de poder que têm evidenciado uma nova territorialização em sintonia com os ditames políticos e os atuais percursos do capital que, mesmo sendo inovadores pontualmente, mantêm os esteios da seletividade e da desigualdade socioespaciais.

Palavras Chave: Relações de Poder, Atores Sociais, Território, Territorialização

⁴⁵ Prof. Dr./UFRN/DGE – anieres@uol.com.br

⁴⁶ Prof^a. Dr^a./UFRN/DGE – ricassia@ufrnet.br

⁴⁷ Prof. Dr./CEFET-RN – valdenildo@cefetrn.br



POWER RELATIONS, SOCIAL ACTORS AND TERRITORIALIZATION IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

ABSTRACT

In the Brazilian northeast, capital has promoted profound sociospatial changes in urban and rural spaces. This is associated partly to globalization and productive restructuring (Méndez, 1997; Harvey, 2004). Following this, the paper will discuss power relations that have been fostered in the region, contributing to the emergence of new political actors as well as new forms of production and (uneven) territorialization. The paper shows that it is possible to find areas that have not followed this new tendency, being linked to old oligarchic rural political structures and territorialization. Notwithstanding, the paper also shows the emergence of a new territorialization that is in tune with contemporaneous forms of capital accumulation, however uneven and selective this may be.

Keywords: Power Relations, Social Actors, Territory, Territorialization.

1 - INTRODUÇÃO

Este texto tenta desvendar as relações entre poder, atores sociais e territorialização no Nordeste brasileiro nesta contemporaneidade. A primeira vista, essa parece ser uma reflexão bastante ampla e que pode ser discutida sob diversos prismas e paradigmas, conforme sejam as convicções teóricas e metodológicas daqueles que se debruçam sobre essa temática, com o objetivo de melhor compreendê-la.

Nesse sentido, o texto que ora colocamos à disposição do leitor tem por objetivo trazer uma reflexão sucinta sobre os processos de territorialização e desterritorialização no Nordeste brasileiro, no curso dos últimos anos, ou melhor, de fazer uma discussão sobre o surgimento das recentes territorialidades que têm emergido nessa região, tendo como referência as novas relações materiais e simbólicas de poder e dos atores sociais envolvidos (SACK, 1986). Trata-se basicamente de uma leitura geográfica sobre o processo de construção do território nordestino e do resgate de outros momentos da (re)



construção desse território os quais, por sua vez, se dão com a emergência de novas territorialidades construídas por e a partir de novas relações de poder. Atualmente, novos atores sociais fazem parte dessa territorialidade, que decorre de novos processos políticos e sociais. Mas, os velhos atores se mantêm por meio de uma nova roupagem e métodos tradicionais de dominação social e, até mesmo, de práticas socioespaciais do passado que vêm sendo (re)produzidas ao longo da história contemporânea. O estudo em tela não privilegiou nenhuma área geográfica específica como objeto de análise, mas pontuou aspectos de alguns territórios nordestinos.

2 - DEFININDO ALGUNS SUPORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Antes de analisar a nova territorialização do Nordeste brasileiro é importante esclarecer alguns suportes teórico-conceituais da abordagem aqui proposta, deixando claro o que entendemos por relações de poder, atores sociais e, por fim, a dialética entre territorialização e desterritorialização. Esses conceitos vêm embasar as reflexões que se seguem.

Nesse sentido, para entender o dinamismo socioeconômico do Nordeste brasileiro, nesta fase de plena globalização e reestruturação produtiva, torna-se fundamental considerar algumas contribuições teóricas que venham a contribuir com uma leitura desse meio geográfico, neste momento. Este subespaço brasileiro vem passando por um novo processo de territorialização ou de criação de territórios que traz filigranas ou substâncias científico-tecnológico-informacionais e que tem possibilitado a externalidade de processos de desterritorialização e de (re)territorialização.

Esses processos devem ser entendidos como um conjunto de práticas materiais e simbólicas que são capazes de garantirem a apropriação e a permanência de uma determinada área geográfica por certo grupo ou segmento social. Ou melhor, dizendo, a desterritorialização significa a perda do território apropriado, monitorado e vivido em detrimento de diferentes processos derivados de contradições que são capazes de desfazerem um dado território. Por seu turno, a (re)territorialização ou a nova territorialização deve ser compreendida como a criação de novos territórios que contém rugosidades ou características dos velhos (SACK, 1986; CORREA, 1994, SANTOS, 1994).



Refletir sobre o processo de (re)territorialização no Nordeste brasileiro, ou seja, sobre a construção de novas territorialidades, nos impõe um eterno retorno ao processo inicial de territorialização dessa região e, desse modo a necessidade de se compreender as relações de poder estabelecidas entre os diversos atores sociais que participaram dessa construção e que ainda, se mantêm com relativa participação na atual territorialidade; até porque toda territorialidade é temporária, de vez que “no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação” (ANDRADE, 1994, p. 220)

Ao se analisar a territorialização de uma dada área geográfica, a discussão sobre poder tem sido vista normalmente a partir de vetores econômicos e políticos. Ao longo dos diversos discursos e estudos sobre o poder, a tendência tem sido a discussão ficar em torno de dois eixos: dominação econômica e social e repressão estatal.

Mas, a discussão sobre o poder, também, tem a ver com a área do saber em que o poder está sendo abordado. No caso da ciência geográfica, as relações de poder são discutidas tendo como referência o espaço, quer seja em sua manifestação política de apropriação do território, quer seja na sua manifestação simbólica. Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que entender as relações de poder, considerando o suporte espacial requer que as entendamos numa visão sociológica e política. Isso porque é fundamental que possamos perceber como a sociedade, por meio de suas manifestações, constrói o poder político, articulando-se, de algum modo, ao poder público.

Podemos pensar o poder como capacidade de fazer como que as coisas acontecerem ou como “a capacidade de produção de resultados intencionais e, dessa forma, a capacidade para propor algo e conseguir esse algo” (MATUS, 1994, p. 112). Nesse sentido, podemos, então, assinalar que as relações de poder têm sido fundamentais nos planos econômicos e políticos que moldam a sociedade, cristalizando, desse modo, as desigualdades na inserção dos segmentos sociais na estrutura econômica vigente.

3 - O NORDESTE BRASILEIRO E SUA TERRITORIALIZAÇÃO

Percorrendo o caminho de construção do território nordestino, nos deparamos, num primeiro momento, com a trilogia econômica cana-de-açúcar, pecuária e algodão que foram responsáveis pelos primeiros traçados da territorialidade nordestina. Ou seja, essa é a



primeira estrutura socioeconômica que vai estabelecer as relações de poder e, por conseguinte, definir os traçados da territorialidade nordestina, demarcada por relações de poder entre seus principais sujeitos: o dono do engenho, o escravo, o vaqueiro e o pecuarista.

Esse contexto socioeconômico proporcionou uma estrutura de poder baseada na ação das oligarquias rurais que, durante muito tempo de nossa história, se constituíram nos principais gestores de construção desse território. Convém destacar que as oligarquias, por muito tempo, como assinalou (MATUS, 1994), impuseram a sua vontade, acumularam valores, difundiram preconceitos e ideologias, lutaram pelo poder e governaram, no âmbito particular de seus domínios. Entretanto, não podemos deixar de considerar que as oligarquias no Nordeste brasileiro também deram sua contribuição na construção do poder nacional, que era centralizado pelos estados de Minas Gerais e São Paulo, na época da chamada política do Café com Leite.

Com o desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, o algodão (principal matéria-prima) se constituiu em importante atividade econômica, o que contribuiu para reafirmar, ainda mais, a estrutura de poder que tinham em sua base as oligarquias rurais, expressa, principalmente, pelo acesso a terra, a água e ao poder local. Esses três elementos tornaram-se, ao longo do tempo, os pilares de sustentação da estrutura de poder vigente no Nordeste brasileiro.

Embora fosse instrumento de poder em outras territorializações do País, a terra no Nordeste brasileiro assumiu um significado ainda maior. Isso porque as atividades agrárias têm sido um dos fatores chave da economia, ao longo de toda a história de construção desse território. Além do mais, a terra também foi (e continua sendo) um elemento fundamental na manutenção das formas de dominação social, visto que na região Nordeste – não tão diferente do restante do território brasileiro – existe uma alta concentração de terras.

Por seu turno, o acesso à água, também tem sido um forte instrumento de dominação social. A política de açudagem, implementada pelo Estado brasileiro, por intermédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), via políticas das águas, privilegiou a construção de reservatórios, principalmente nas grandes propriedades ou latifúndios, confirmando, assim, perversas relações de dominação social sobre os atores sociais viventes nesse subespaço.



O poder local foi durante todo o período de domínio das oligarquias rurais a forma mais cruel e perversa de dominação utilizada pelos atores sociais com capacidade de decisão política. Nesse momento, o famoso “voto de cabresto” tornou-se uma arma de dominação utilizada pelos chamados coronéis nordestinos para exercerem sobre os excluídos a sua dominação, tanto política quanto social.

Em face dessa breve reflexão, podemos dizer que, num primeiro momento, a construção desse território foi resultante de relações de poder que se construíram a partir de uma base rural, tendo o gado e o algodão como os principais produtos econômicos, associados a uma agricultura de subsistência. Nesse processo de construção, oligarquias, coronéis e governantes locais se uniam para decidir os interesses regionais, buscando sempre reforçar o *status quo* por eles ocupado em detrimento de trabalhadores rurais e demais habitantes das cidades, os quais, embora fossem sujeitos importantes no processo de construção territorial e social do Nordeste brasileiro, possuíam pouco ou nenhum poder de decisão.

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pouco contribuiu para mudar a realidade geográfica e as formas de implementação de recursos federais que viessem proporcionar o desenvolvimento regional ou a emergência de uma nova territorialização nordestina. A proposta de desenvolvimento decorrente da criação desse órgão de planejamento limitou-se praticamente às capitais dos estados nordestinos e algumas cidades de porte médio. Desse modo, o rápido processo de urbanização de algumas capitais tem muito a ver com a implementação de projetos para áreas industriais e, principalmente, com os processos de reestruturação produtiva, promovidos pelas novas relações campo-cidade. Esse foi o caso do Rio Grande do Norte que, a partir da implantação do Distrito Industrial de Natal, localizados na zona norte, teve intensificado o seu processo de urbanização, sendo essa área da cidade a que apresenta maior densidade populacional.

É importante acrescentar que esse processo de urbanização, que foi promovido principalmente pela migração campo-cidade, tem sido marcado pela expropriação, segregação espacial e exclusão social, de modo que as cidades nordestinas, sobretudo as capitais, passaram a conviver com graves problemas sociais, como o desemprego, a falta



de moradia e a violência urbana. Nesse processo, o despovoamento das áreas rurais consolida-se com a proposta de expansão das atividades capitalistas no campo, por meio da implementação da agricultura irrigada e a crise das atividades econômicas tradicionais – pecuária e agricultura.

Essas atividades tradicionais não respondiam mais às demandas do capital, que ora se expandia em diversos setores da economia, e tinham de enfrentar amargar as adversidades provocadas pelos extensos períodos de estiagem nas áreas onde eram praticadas. Outro fator responsável pela decadência das economias tradicionais foi a crise da cultura do algodão, provocada pela praga do bicudo e pelo surgimento de produtos sintéticos que passaram a circular no mercado a preços mais baixos. Nesse contexto, fica patente que a crise das economias tradicionais resultou da redefinição pela qual passava o próprio modo de produção capitalista, o qual exigia processos produtivos modernos que utilizassem novas tecnologias propiciadoras de maiores lucros e menores custos sociais.

4 - NOVAS RELAÇÕES DE PODER E EMERGÊNCIA DE UMA NOVA TERRITORIALIZAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

Como demos a conhecer, as atividades econômicas tradicionais, dependentes dos períodos de pluviosidade e uso de técnicas arcaicas, começaram a ser vistas como incapazes de dar respostas ao processo de reprodução do capital. Com isso, a agricultura irrigada ou o agronegócio (SANTOS, 2001; ELIAS, 2003) foi gradativamente adquirindo maior expressividade na região. Nesse contexto, a política de açudagem também foi redefinida. Reservatórios de grande porte foram construídos e o uso da água das bacias hidrográficas passou a ter outro objetivo: aproveitamento dos vales úmidos para a produção de cultivos irrigados. Os vales do São Francisco, em Pernambuco e na Bahia, e do Açu, no Rio Grande do Norte, exemplificam esse processo de mudança.

A política de aproveitamento dos vales úmidos tira de cena os antigos produtores desses vales, que os utilizavam para as chamadas culturas de vazantes, ocorrendo, assim, um processo de desterritorialização, isto é, um processo de desenraizamento dos indivíduos que habitavam essas áreas. Desse modo, há uma perda de identidade e de consciência sobre o território, mesmo com o



surgimento de outras territorializações que emergem a cada processo de desterritorialização, pois do contrário isso significaria a exclusão do processo social (CORRÊA, 1994).

O declínio das atividades econômicas tradicionais, associado ao novo processo de desenvolvimento agrícola-industrial baseado na agricultura irrigada e no agronegócio, vem se constituindo num dos fatores de promoção de uma nova territorialização ou reterritorialização no Nordeste do Brasil. Isso tem contribuído para a emergência de novas relações de poder, bem como para o surgimento de novos atores sociais envolvidos nessas relações sociais. Elas ocorrem no momento em que houve um desmonte das atividades tradicionais, obrigando grande parte da população do campo a migrar para a cidade, a qual, por sua vez, não tem tido condições de responder às demandas da população, ficando esta submetida aos favores e préstimos de políticos. É nesse contexto que tem emergido um novo território e, por conseguinte, uma nova base de estrutura de poder.

A agricultura irrigada não promoveu apenas a expansão do capital no campo. Ela também promoveu um intenso processo de expropriação do antigo trabalhador, dando origem aos movimentos sociais no campo em busca e em defesa do acesso à terra. Por outro lado, a intensa migração rumo à cidade também contribuiu para a formação dos movimentos sociais urbanos e, desse modo, para a emergência de novos atores sociais, representados, por exemplo, pelos conselhos municipais e associações comunitárias. Assim sendo, novos atores sociais passam a existir, convivendo, na maioria das vezes, com os antigos, que apenas se revestiram para poderem reproduzir-se e manter-se no controle e monitoramento do poder.

A decadência das atividades tradicionais “retira” de cena os antigos coronéis, assim como os grandes latifundiários e promove a migração das populações rurais para as cidades – especialmente para as maiores –, fazendo emergir novas relações de poder, agora não associadas à produção agrária, mas ligadas aos novos instrumentos indicadores dessa relação, que estão embutidos nas políticas públicas implementadas, sobretudo, pelos municípios que contam com recursos federais.

Embora sejamos conhecedores de a reprodução da classe política dominante sempre tem se dado por meio de políticas clientelistas, atualmente o coronel tem se transformado num exímio



administrador que tem, na aparência, demonstrado propósitos democráticos e se apresentado como defensor da participação da sociedade na gestão do território. Entretanto, tais propósitos deixam de existir no momento em que, por exemplo, o morador do município não é atendido no posto de saúde porque não é um aliado político do prefeito. Também ilustra essa relação arcaica de poder o momento das campanhas eleitorais, nas quais os favores prestados são cobrados com o pedido do voto. Por isso, afirmamos que a atual (re)territorialização no Nordeste brasileiro é permeada por novas e velhas relações de poder.

Tratando-se das relações de poder nessa porção do território brasileiro houve, a partir das últimas décadas do século XX, uma mudança de foco, na medida em que essas relações de poder se (re) territorializam e os territórios urbanos – se é que assim podemos considerar a maioria das cidades do interior nordestino – passaram a ser o *locus* das relações sociais de poder. Cabe destacar que essas relações são também baseadas no favor e na dependência, o que mascara determinações políticas ambientais e conflitos sociais. Entendemos, portanto, que há, nessa perspectiva, uma (re)territorialização das relações de poder, uma vez que estas saem, em certa medida, do âmbito do espaço rural e passam a compor-se nos espaços urbanos. Por outro lado, tais relações saem também do domínio oligárquico e do coronelismo e passam agora para um outro domínio, o do prefeito, do vereador ou até mesmo do partido político. O poder dos coronéis se (re) territorializa no urbano no momento em que novos coronéis, ou representantes dos velhos, assumem as prefeituras, as câmaras, as assembleias legislativas etc. Esses se consideram como verdadeiros “donos do poder”, pois se sentem donos de algumas regiões ou áreas geográficas.

Mesmo que as estruturas baseadas na relação de dominação entre grupos oligárquicos e antigos coronéis não tenham sido totalmente extintas, vemos que hoje elas assumem novas posturas e se apresentam com uma cara nova. Isso porque, com a promulgação da Constituição de 1988, que redefiniu as atribuições municipais, criam-se as condições reais de mudança da relação existente entre sociedade e Estado. Nesse sentido, a nova Constituição, promulgada sob o discurso de democracia, propõe uma redefinição da gestão pública, a partir de um modelo pautado na participação dos setores organizados pela sociedade, na formulação de políticas de caráter social, no



controle do processo de execução dessas políticas de caráter social e, principalmente, na fiscalização do uso dos recursos públicos. Isso tem sido um dos entraves para o desenvolvimento socioespacial, visto que parte dos recursos públicos destinados a esse desenvolvimento tem trilhado por caminhos tortuosos.

A retomada do processo de redemocratização da sociedade levou a multiplicidade dos movimentos associativos que passaram a reivindicar a abertura de canais de participação da sociedade no processo de decisão relativo à produção de bens e serviços de natureza social. Daí em diante, toda a estrutura de poder totalitário dominante de outrora foi colocada em xeque, configurando uma crise do Estado, não somente do Estado de Bem-estar, mas do Estado autoritário que prevalecia até então.

Quando se fala de crise do Estado, não estamos nos referindo à exaustão deste, como assinalam alguns neoliberais, até porque ele participa, como antes, da reprodução territorial. Estamos aludindo, acima de tudo, à crise gerada pelo movimento da sociedade civil brasileira, decorrente de outros papéis que lhe são atribuídos, passando a atuar de forma mais organizada, gerando novas relações de poder, permeadas por novas demandas de caráter político e social. Nesse sentido, o clientelismo, baseado no mandonismo pessoal, mesmo ainda existindo, tem perdido a sua forma política do passado. Esse novo modelo de organização social, em que atuam diversos atores representantes das demais categorias sociais existentes, não favorece a permanência do clientelismo, porque, diante da modernização do Estado, as relações interpessoais passam a ser mais freqüentes.

Nesse novo quadro das relações, os atores sociais se beneficiam com a modernização do Estado, embora individualmente algumas perdas sejam evidenciadas. É necessário, portanto, que esses atores, hoje representados, não permitam que as velhas relações de poder sejam recriadas a partir de novas formas de clientelismo.

É no âmbito dessa crise que a sociedade se organiza e as estruturas de poder são redefinidas, principalmente no momento em que a crise possibilita as descentralizações fiscais e administrativas, devolvendo poderes aos estados e municípios. Estes passam a ser os protagonistas do planejamento, da reestruturação urbana e da aplicação das políticas sociais, ao mesmo tempo surgem as condições para a criação de novos atores sociais, por intermédio de



representações da sociedade. Entendemos que essa redefinição traz à tona novas relações de poder, que, associadas a outros elementos de ordem econômica e social, passam a construir um novo momento da construção do território nordestino e, por conseguinte, para a construção de novas territorializações socioeconômicas e políticas.

Temos a convicção de que as oligarquias e o coronelismo no Nordeste brasileiro não foram totalmente extintos. Eles atualmente se renovam e se manifestam de outras formas, como decorrentes das mudanças políticas difundidas pela redemocratização do País, como ressaltado anteriormente. É importante ressaltar que existem municípios no semi-árido nordestino que são governados por um mesmo grupo familiar há mais de vinte anos.

Sabemos que atualmente tem havido uma redefinição das relações de poder, que não passa necessariamente pela posse da terra ou pelo acesso a ela. Mas são outras determinações políticas que estão definindo-as. Na realidade, a essência da prática de dominação continua a mesma. Os instrumentos mudaram: é o acesso às políticas compensatórias dos governos – quer municipal, estadual ou federal – que tem intermediado essas relações e, em muitos casos, tem mantido a sociedade como um todo refém dessas políticas. Embora a propriedade da terra continue sendo importante, o poder político tem ganhado uma relevância maior. Na maioria dos casos, há uma superposição de papéis: o prefeito que é normalmente o grande latifundiário, também é o dono do único supermercado, do único posto de combustível ou da única farmácia existente na cidade.

Nesse sentido, as relações de poder não são apenas aquelas centradas nas relações existentes entre latifundiários *versus* camponeses, mas novos atores passam a fazer parte desse contexto. É o caso do trabalhador assalariado das indústrias que emergiram nas cidades. Sem dúvida, são outras as questões que têm sido colocadas nesta contemporaneidade, pois existe uma nova agenda geográfica em pauta e que decorre da atual (re) territorialização nordestina. Os sindicatos são os interlocutores principais, as representações sociais de bairro ou mesmo as associações comunitárias existentes nos povoados rurais passam a ser atores importantes na discussão das questões básicas que afligem a população. E nós, geógrafos, estamos sendo obrigados a repensar a (re)territorialização nordestina em face das estruturas de poder que tem se reproduzido e promovido um novo processo produtivo e social.



Aliando-se a essas questões, a descentralização político-administrativa promoveu, embora em menor escala, a concorrência entre os grupos do agronegócio e do ramo industrial emergente em algumas áreas do Nordeste do Brasil, o que não significa uma mudança radical na estrutura de poder hegemônico das antigas oligarquias e dos coronéis, já que estes não estão extintos.

Como salientamos anteriormente, a modernização do campo foi um elemento importante, porém não foi o único. A descentralização industrial, que possibilitou a instalação de indústrias do centro-sul no Nordeste; o surgimento de atividades alternativas, como as resultantes da expansão da atividade turística no litoral dos estados de menor crescimento econômico, como o Rio Grande do Norte, o Ceará e a Paraíba; a valorização da pecuária de pequeno porte (ovinos e caprinos), e de outras atividades urbanas, como pequenas indústrias e a expansão do comércio e dos serviços nas maiores cidades nordestinas, notadamente nas capitais, vão construir referências fundamentais na emergência de novas relações de poder e de novos atores sociais e, portanto, vão dar forma as novas territorialidades.

As relações de poder que se expressam no mundo urbano podem ser apontadas como produto de uma apropriação sutil, mas que apresentam grande complexidade e perversidade. Isso porque tem ficado muito claro que os grupos políticos que se revezam no poder, por meio de práticas paternalistas e assistencialistas, conseguem manter sob seu domínio a população de baixa renda e, dessa forma, apropria-se do instrumento mais importante que o cidadão tem na garantia de sua cidadania, que é o voto. A dependência da população de baixa renda aos favores políticos tem sido intensificada, nos últimos tempos, sendo a política paternalista efetivada pelos prefeitos uma forma de esvaziar o debate social, bem como as lutas sociais locais.

O processo de gestão urbana se constitui numa ação de imensa complexidade, permeada por uma série de conflitos resultantes de interesses os mais diversos possíveis. Tais conflitos envolvem as próprias representações que diferentes grupos sociais têm a respeito das suas realidades e também divergências relativas a interesses de caráter local ou meramente econômico ou político.

A partir dos anos de 1990, o processo de gestão pública passou a contar de forma mais concreta com a participação da sociedade,



expressando assim, uma maior eficiência e democracia no ato da gestão pública. Os Conselhos Municipais foram os dispositivos criados para este fim. Tais conselhos se constituem como organismo de composição partidária entre governo e sociedade, atuando principalmente nas áreas de saúde, educação, merenda escolar, questões ligadas ao desenvolvimento da criança e do adolescente e ao desenvolvimento rural.

Cabe destacar que no espaço rural tem acontecido a (re) territorialização do camponês. Na nossa compreensão, isso vem ocorrendo com a política de assentamento rural implementada pelo Estado sob o discurso da reforma agrária. Ao se criar uma nova configuração espacial e uma nova identidade, com o estabelecimento de novas relações, os assentamentos se apresentam como um novo território definido pela construção do lugar. Esse processo interferiu na forma de organização social do campo, na medida em que os movimentos sociais rurais intensificaram a luta pela terra.

Sem a pretensão de se colocar m ponto final nesta discussão, fica claro, para nós, que o processo de (re) territorialização que tem ocorrido no Nordeste brasileiro, no curso dos últimos anos, tem como lastro novas relações sociais e de poder que emergem da interface capital, Estado e sociedade civil, e se mostram cada vez mais seletivas e desiguais para os principais atores sociais desse subespaço.

5 - REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. 4 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ARAUJO, Tânia Bacelar. **O desenvolvimento brasileiro diante do desafio da globalização**. Rio de Janeiro: ABDE, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.



ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003.

HARVEY, David. A globalização contemporânea. In: **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía económica**: la lógica espacial del capitalismo global. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1997.

SACK, Robert. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

Normas para publicação na GEONORDESTE

A Comissão Editorial da GEONORDESTE, Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, torna público aos interessados que receberá, **de forma contínua**, textos de entrevistas, traduções de documentos e textos clássicos, artigos, resenhas e relatórios de trabalho de campo, de caráter inédito, cujas matérias tratem das teorias, objetos e metodologias da Geografia resultantes ou não de pesquisas empíricas que compreendam discussões no âmbito geográfico. Os referidos textos deverão conter as seguintes cláusulas:

1. Os textos encaminhados à Comissão Editorial da GEONORDESTE serão apreciados por 2 (dois) **pareceristas indicados pela comissão**, que poderão aceitá-los integralmente, propor reajuste ou recusá-los, com base em critérios técnicos e deverão obedecer às normas de **FORMATAÇÃO DOS TRABALHOS**, estabelecidos nesta Revista.
2. Os textos que não observarem os padrões aqui estabelecidos não serão publicados, e a GEONORDESTE, não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.
3. Os autores que tiverem trabalhos selecionados receberão 2 (dois) exemplares da Revista GEONORDESTE, não sendo pagos direitos autorais.
4. O conteúdo dos textos deve ser analisado criteriosamente por um profissional de gramática e é de responsabilidade exclusiva de seus autores realizar a tarefa de enviar ao NPGeo.
5. Os artigos deverão conter no máximo 20 laudas, as resenhas e comunicações breves 5 (cinco), as notas técnicas (relatórios de trabalho de campo) 10 e avanços metodológicos resultantes de pesquisas 5 (cinco).
6. Os casos omissos serão discutidos e deliberados pela Comissão Editorial.



FORMATAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos deverão ser digitados em Word for Windows e enviados para a Geonordeste (endereço abaixo) com uma cópia impressa e em CD-ROM. O CD deve ser identificado com o nome do autor(a).

Configuração da página: formato A4; orientação retrato (em todo o trabalho); margens: superior e esquerdo 3,0 cm; inferior e direita 2,0 cm; cabeçalho e rodapé 1,5 cm.

Formatação: Fonte Times New Roman; tamanho 12, justificado; recuo inicial de parágrafo 2 cm, espaçamento 1,5; sem espaço entre os parágrafos; sem paginação.

Estrutura do Trabalho: Título do trabalho: todo em maiúsculo, negrito, centralizado, tamanho 12. Autores: alinhamento à direita, tamanho 12, espaçamento simples (quando mais de um autor); em nota de rodapé, informar: formação, vinculação institucional de cada autor, endereço eletrônico.

Textos e Ilustrações: Apresentar o texto em um único arquivo com ilustrações (figuras, fotografias, desenhos, gráficos, mapas, quadros, tabelas etc.), centralizados na página e inseridas em seus devidos lugares (conferir normas ABNT). Todas as ilustrações apresentadas no texto deverão ser gravadas também numa “pasta” em separado, no formato.JPG. Os mesmos deverão conter identificação de seqüência conforme a ordem do texto. OBS: todas as figuras deverão estar em escala de cinza, não serão publicadas figuras coloridas.

Título: deve ser em português, com versão em inglês ou espanhol.

Resumo: dois espaços abaixo dos nomes dos autores com espaçamento simples e em língua portuguesa com no máximo 200 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (abstract, para inglês ou resumen, para espanhol). NOTA: Recomenda-se passar por revisão de profissional especializado. Não utilizar tradutor automático.

Palavras-chave: devem representar o conteúdo do texto, em português ou língua estrangeira escolhida (keywords, para inglês e palabras clave, para espanhol).

Citações: com mais de 3 (três) linhas devem ser destacadas com recuo de 4,0 cm da margem esquerda, justificado, espaçamento simples, mesma fonte, tamanho menor que a do texto utilizado e sem aspas, sem parágrafo e sem itálico. (ver normas ABNT).



Notas de rodapé: devem ser apresentadas em ordem crescente e em algarismos arábicos em chamadas na mesma página, com fonte Times New Roman, tamanho 10, justificado.

Referências: devem seguir as normas da ABNT NBR 6023/2002, e relacionados somente os autores citados.

Exemplos:

LA BLACHE, Vidal de. Princípios de Geografia Humana. 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

KAYSER, Bernard. La cultura, un incentivo para el desarrollo local. In: Cultura y Desarrollo. Revista Leader Magazine. Bruxelas, 1994. n. 8. Disponível em: <<http://europa.eu/comm/archives/leader2/rural-es/biblio/culture/art03.htm>>. Acesso em: 12 maio 2006.

PEET, Richard. O Desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. In Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 225 – 254

SILVA, José Borzacchiello da; SANTOS, Vitória Carme Correia. Estado e a questão regional: uma discussão. In: Gonordeste, Ano XVIII, n. 1. São Cristóvão: UFS, 2006.

Informações sobre o periódico podem ser solicitadas aos editores, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS, pelo telefone (telefax) (79) 2105-6782 ou via e-mail geonordeste@ufs.br ou geonordeste@gmail.com

Os trabalhos escritos deverão ser enviados para:

Revista GEONORDESTE

Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/UFS – Didática II

Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, S/N

São Cristóvão – Sergipe / CEP: 49.100-000



